

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

RENATA DE SOUZA FRANCISCO

**TROPA DE ELITE NO FEMININO: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO
BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS DO RIO DE JANEIRO
– BOPE**

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2013

RENATA DE SOUZA FRANCISCO

**TROPA DE ELITE NO FEMININO: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO
BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS DO RIO DE JANEIRO
– BOPE**

Trabalho de conclusão de curso para
obtenção do título de Mestre em Sociologia
Política apresentado à Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro – UENF

Orientador (a): Marinete dos Santos Silva

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2013

RENATA DE SOUZA FRANCISCO

**TROPA DE ELITE NO FEMININO: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO
BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS DO RIO DE JANEIRO
– BOPE**

Trabalho de conclusão de curso para
obtenção do título de Mestre em Sociologia
Política apresentado à Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro – UENF

Orientador (a): Marinete dos Santos Silva

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marinete dos Santos Silva - Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro (UENF)

Prof^a. Dr^a. Denise Cunha Tavares Terra - Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro (UENF)

Prof^o. Dr^a. Luciane Soares da Silva- Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro (UENF)

Prof^o. Dr^o. Sebastião Pimentel Franco- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

DEDICATÓRIA

Às mulheres do BOPE Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha filha Brenda Kerolly de Souza Guimarães pelo carinho, paciência e pela compreensão durante esses dois anos de Mestrado, fonte de toda minha força e inspiração, que me acompanhou e deu coragem durante essa longa trajetória. Pela compreensão nas minhas ausências em alguns programas de fim de semana e em nossas conversas cotidianas que eram sempre interrompidas, porque a mamãe estava escrevendo a dissertação. Toda a distância e renúncia serão recompensadas, pois colheremos os frutos desse mestrado. Ao George de Matos Guimarães, pessoa com quem amo compartilhar minha existência, pela compreensão e pela sua capacidade de me alegrar, mesmo nos momentos mais difíceis. Aos meus familiares, que mesmo sem saber e/ou entender o que faço na UENF, me apoiaram cada um a sua maneira.

Aos funcionários do CCH/UENF em especial a Rachel Quintanilha, pelo carinho e por nos presentear com o lindo Davi que veio para alegrar a família “Direção do CCH”. A Solange Cordeiro, com sua linda e singular Thalia, pelo carinho e por ser uma pessoa que me inspira com sua força e coragem, sempre disposta a ajudar nos momentos mais difíceis dessa minha longa trajetória *uenfiana*; caminhada essa, que já se somam sete anos, entre Graduação e Pós-Graduação. Luiz Alberto da Graça pelo carinho, competência, pelas dicas de viagens, que um dia realizarei e pelas boas músicas que me apresentou. Agradeço a todos vocês por me darem a honra de pertencer a suas vidas, por compartilharmos mais alegrias do que tristezas e por me ouvirem nos momentos mais difíceis da minha vida. Amigos que guardarei para além dos muros da UENF. Ana Bianca Rocha Miranda, futura Juíza, pelo carinho e pelas risadas garantidas, pelo seu constante bom humor. Maridelma Pourbaix por enxergar uma Renata Francisco vencedora e guerreira que muitas vezes esquecia que habitava em mim. Aos funcionários da ASTRAN/UENF, Edwirges, Fernanda e principalmente o motorista Luiz Carlos “Sará”, com quem muitas vezes compartilhei as alegrias e frustrações do trabalho de campo.

Aos amigos da UENF e da turma de Pós-Graduação do Programa de Sociologia Política de 2011, em especial à Luana Rodrigues, pessoa com quem compartilho desde a graduação muitas alegrias e também sofrimentos, já que compartilhamos da mesma angústia da escrita, e da voracidade da “selva acadêmica”, pois sentimos na pele durante todos esses anos como é difícil para uma mulher negra, advinda das classes populares, com todas as dificuldades que a vida nos impôs, romper com os papéis sociais e de gênero reservados as mesmas. Amiga, todas as lágrimas, tristezas, privações, derrotas e vitórias do mestrado, valeram para nos tornarmos mais fortes, pois se chegamos até aqui é porque fizemos por merecer. Marusa Bocafoli, pela delicadeza, gentileza, carinho e amizade que se construiu na academia e que pretendo cultivar para o resto da vida. Ao amigo Rafael França, mais uma vez pela paciência, diálogos e leituras. Fabio Bila, pelos conselhos e amizade. Sana Gimenes, pelas palavras de conforto, carinho e pela confiança. A minha grande amiga Quésia de Souza Francisco, por ter me hospedado em sua casa na Cidade do Rio de Janeiro, durante o trabalho de campo e por ter me apresentado às Ciências Sociais. Pelas nossas acaloradas conversas, corridas, passeios e nossa linda amizade. Te admiro muito.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, em especial: Wânia Mesquita, pelo carinho comigo e com a minha filha Brenda e a Luciane Soares da Silva, por todo o conhecimento transmitido nas disciplinas.

À Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ, por permitir minha entrada e permanência no BOPE, para realização da pesquisa de campo. Ao comandante do BOPE do Estado do Rio de Janeiro e seus integrantes pela deferência, em especial aos policiais que foram entrevistados, por terem dedicado atenção e parte do seu tempo à minha pesquisa. Às mulheres do BOPE, pela atenção e respeito durante todo o trabalho de campo, em especial a Capitã Alexandra Viscente, pelas bibliografias e pelo carinho.

Agradeço à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Instituição essa, que devo minha vida acadêmica e meu crescimento intelectual, cultural e político. À FAPERJ, pelo financiamento da pesquisa no período de 2011 a 2013, proporcionando, assim, a realização dessa dissertação.

Aos professores da banca examinadora por aceitarem o meu convite.

À professora Marinete dos Santos Silva, minha orientadora, pela sua paixão à carreira docente e por ser uma pessoa que admiro e agradeço, por sua paciência, dedicação e disponibilidade durante esses anos. Obrigada pela confiança e pelos momentos de apropriação de conhecimento que obtive ao seu lado. Obrigada pelos vários momentos de diálogo e aprendizagem.

Meus sinceros agradecimentos!

EPÍGRAFE

Os processos fisiológicos não comandam mais a vida das mulheres. A contracepção, pondo fim aos ditames da natureza, revelou uma verdade impensável ainda há pouco tempo: o destino feminino não está mais circunscrito à maternidade. (Elisabeth Badinter).

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é analisar a atuação das mulheres que compõem o Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro (BOPE-RJ), assim como, verificar quais os papéis/atividades desempenhados por elas em um ambiente tradicionalmente masculino onde a força física e a agressividade são consideradas como elementos indispensáveis. Busca-se assim, verificar como as mulheres se constituem enquanto policiais femininas em uma instituição cujo paradigma é a masculinidade. Para desenvolver a pesquisa utilizou-se o gênero como categoria de análise das relações estabelecidas entre homens e mulheres na instituição. A investigação foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, onde foram entrevistadas as seis integrantes militares, e também a pedagoga civil que completa o quadro feminino. Além das mulheres foram entrevistados nove policiais tanto do círculo dos oficiais quanto dos praças, que compõem a tropa, entre os meses de julho a novembro de 2012. Buscando-se então compreender como a participação feminina é percebida e como se estabelecem as relações de trabalho entre os distintos grupos. As observações de campo nos permitem afirmar que a presença feminina no BOPE tem impactado sutilmente/lentamente a prática profissional da corporação, por mais tímida, lenta e numericamente inferior que possa ser a participação das mulheres.

Palavras-chave: Bope; Polícia Militar; Gênero; Mulheres.

ABSTRACT

The goal of this research is to analyze the performance of the women who make up the Special Police Operations Battalion of the Rio de Janeiro (BOPE-RJ), as well as check which roles / activities performed by them in a traditionally male environment where physical strength and aggression are considered indispensable elements. The aim is thus to identify how women are constituted as women officers in an institution whose paradigm is masculinity. To develop the research used gender as a category of analysis of relations between men and women in the institution. The research was conducted in the city of Rio de Janeiro, where they were interviewed six members of the military, and also the pedagogue civil completes the picture female. Besides women were interviewed nine police officers of both the circle as the squares that make up the troop, between the months from July to November 2012. Seeking to then understand how female participation is perceived and how they establish working relationships between the different groups.

Key-words: Bope; Military Police; Gender, Women.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOPE: Batalhão de Operações Policiais Especiais

BPTUR: Batalhão Policial de Turismo

CAO: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

CAT: Curso de Ações Táticas

CIA CHOQUE: Companhia de Choque

COESP: Curso de Operações Especiais

GAM: Grupamento Aéreo Marítimo

HCPM: Hospital Central da Polícia Militar

PM: Policial Militar

PMDF: Polícia Militar do Distrito Federal

PMERJ: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

MMA: Artes marciais mistas

UFC: Ultimate Fighting Championship

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Lista de Abreviaturas Siglas.....	11
Introdução.....	14
Capítulo I- A Odisseia feminina: em busca da vida pública.	
1.1- Gênero: organização social da diferença sexual.....	19
1.2- Tornando o invisível visível: a dominação masculina.....	19
1.3- O machismo e seus estereótipos sociais.....	24
1.4- As mulheres na esfera pública.....	27
1.5- Profissões femininas: mito ou verdade?.....	32
1.6-Cidadania feminina: um longo caminho ainda a ser percorrido.....	33
Capítulo II- A criação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.	
2.1- A intendência Geral de polícia.....	38
2.2- A Divisão Militar da Guarda Real de Polícia.....	40
2.3- As mudanças políticas de 1831 e a criação da Guarda Nacional.....	42
2.4- A criação da Polícia Militar e a admissão das classes populares.....	44
Capítulo III- O nascimento da Tropa de Elite.	
3.1- O mito de origem.....	47
3.2- A mística do BOPE.....	48
3.4- O clã da caveira.....	52
3.5- Os cursos Especiais do BOPE: COESP e CAT.....	55
3.6- O Batalhão de Operações Policiais Especiais hoje.....	57

Capítulo IV- As Mulheres e o Militarismo.	
4.1- A participação feminina no <i>Front</i> das Guerras.....	62
4.2- A inserção feminina na Polícia: primeiros casos.....	69
4.3- Brasil: antecedentes históricos da participação feminina na Polícia Militar....	71
4.4-“Batom na caveira”: a participação feminina no BOPE do Rio de Janeiro.....	82
4.5- O cenário atual da participação feminina na Polícia do Rio de Janeiro.....	86
Capítulo V- Notas Metodológicas: Campo, Observação e Participação.	
5.1- Campo: primeiros contatos.....	87
5.2- Quem são as mulheres do BOPE?.....	102
5.3- Ser uma PM feminina.....	106
5.4- Olhar masculino sobre as mulheres.....	125
Considerações finais	132

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa é observar a participação feminina nos quadros da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em uma Unidade Especial, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE). Área onde a participação de mulheres antes da década de 1980 era impensada, já que os padrões socioculturais vigentes acompanhados de um conjunto simbólico de representações sobre o feminino aprisionavam as mulheres em atividades domésticas, que são consideradas qualidades naturais das mesmas. Assim sendo, a presente pesquisa tem como meta verificar quais atividades e papéis as mulheres desempenham dentro do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), um campo de trabalho majoritariamente masculino.

Busca-se dar visibilidade a presença feminina em uma Unidade de Operações Especiais, que tem como finalidade atuar em situações críticas ou missões específicas, constituída de Policiais Militares dotados de elevado preparo técnico, tático e psicológico. Apesar de ter sido criado em 1978, o BOPE só passou a ser conhecido nacionalmente, em 2006 depois do lançamento do livro “Elite da tropa” baseado em acontecimentos reais que retratavam o cotidiano do batalhão. Escrito por integrantes da tropa, nele o BOPE foi narrado como uma Unidade onde a corrupção é um valor a ser combatido e a agressividade um elemento necessário de pertencimento. Porém o ápice do BOPE veio em 2007, com o lançamento do filme “Tropa de Elite”, que deu visibilidade internacional ao Batalhão e aos seus integrantes.

A ideia de tornar as policiais do BOPE nosso objeto de reflexão surgiu após a leitura do livro “Mulheres policiais: presença feminina na Polícia do Rio de Janeiro” das autoras Musumeci e Soares¹, que fala do Batalhão, porém, não menciona a existência de mulheres na corporação, abordando a unidade do ponto de vista da sua relação com a morte, que segundo as autoras “[...] aparece de forma ainda mais crua e macabra no símbolo da corporação [...]”². A partir desta leitura tivemos a ideia de trabalhar a participação feminina na unidade. Porém restava a dúvida: Existe mulher (es) no BOPE? A partir dessa suspeita começamos a pesquisa exploratória. O primeiro contato com a unidade se deu por telefone com um subtenente da sessão de comunicação, pois antes de dar início à investigação fomos nos certificar da existência de mulher (es) no Batalhão, já que tanto os livros “Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia do Rio

¹ SOARES, Barbara Musumeci, MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

² Idem, *Ibidem*, p. 91.

de Janeiro” e “Elite da Tropa” quanto o filme “Tropa de Elite” não foram feitas nenhuma referência sobre a participação feminina na corporação. A resposta que tivemos foi positiva: existiam 6 mulheres na unidade. A partir dessa informação iniciaram-se os acertos burocráticos para oficializar a pesquisa de campo.

A Polícia Militar é uma instituição construída em cima de um modelo de masculinidade, onde a socialização secundária dos cursos de formação “imprime” em seus integrantes valores que culturalmente nossa sociedade atribui ao masculino, tais como: força física, honra, lealdade, disciplina, obediência e coragem que devem ser internalizados e reproduzidos por seus integrantes. Nos batalhões operacionais esses valores da masculinidade são potencializados, já que o Curso de Operações Policiais Especiais visa testar o candidato em seu limite físico e psicológico, com o objetivo de selecionar os “melhores” homens para atuar em situações de crise, que fogem as atividades rotineiras da polícia convencional. Nesse sentido, Storani³ ressalta que o Curso de Operações Especiais COESP⁴, “grosso modo, é um programa de treinamento que tem por objetivo socializar conhecimentos e desenvolver habilidades específicas de policiais que se submetem voluntariamente ao processo que os preparam para atuar como último nível de ‘força’ empregada pelo Estado”.⁵ Deste modo, a propalada superioridade e “invencibilidade” dos caveiras fica por conta do Curso de Operações Especiais- COESP que é uma das formas de ingresso na instituição⁶. Segundo os próprios integrantes do batalhão é onde morre o “barriga azul” (forma de se referir aos policiais que não fazem parte do BOPE) e nasce o caveira. O “novo homem” nasce após o neófito concluir seu rito de passagem que dura 17 semanas, isolado do mundo exterior tendo uma carga horária diária de 22 horas de atividades práticas e teóricas, onde a violência física e simbólica são elementos indispensáveis, tendo apenas intervalos de duas horas fracionadas para descanso. O objetivo do curso é socializar conhecimentos e treinar os alunos para tomar decisões em situações onde o nível de estresse e pressão é altíssimo. Durante o curso, os alunos são testados em seu nível máximo, onde o psicológico e a capacidade física dos mesmos são exigidos 24 horas por dia.

³ STORANI, Paulo, *Vitória sobre a morte: a glória prometida. O rito de passagem na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE/PMERJ*. Dissertação de mestrado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008

⁴ Um dos Cursos que habilita o Policial Militar a integrar o BOPE.

⁵ Idem, *Ibidem*, p.46.

⁶ Para fazer parte da instituição é necessário ser policial Militar do Estado do Rio de Janeiro e concluir um dos cursos oferecidos pela unidade: o Curso de Ações Táticas (CAT) ou o Curso de Operações Especiais (Coesp).

O batalhão adotou em 1980 um símbolo⁷ que é a marca registrada da corporação e responsável pelo epíteto atribuído aos policiais que o integram, um disco preto, representando o luto permanente, adornado por uma borda em vermelho que representa o sangue derramado em combate; no centro do disco um crânio humano, que representa a morte, com um sabre de combate cravado de cima para baixo, representando a vitória sobre a morte em combate, além disso, duas garruchas douradas cruzadas, que são o símbolo internacional da polícia militarizada. E é por causa deste símbolo que os integrantes do BOPE são também conhecidos e se autodenominam “caveiras”.

Deste modo, é possível verificar que esse rito de passagem que transforma homens comuns em verdadeiras máquinas de guerra, não é um curso fácil e muito menos convencional, uma vez que a exaltação da virilidade, da força física e de um conjunto simbólico de valores que a nossa sociedade definiu como sendo própria aos homens é a base do programa pedagógico do COESP. Todo esse treinamento duro e a especialização faz com que o BOPE tenha sua lógica atrelada no combate ao inimigo. Uma estrutura militarizada, ou seja, voltada para a guerrilha urbana onde a “vitória sobre a morte” é propalada em suas canções. O militarismo é considerado uma atividade tipicamente masculina e conseqüentemente “nobre” e sendo a entrada das mulheres na PM brasileira, segundo Musumeci e Soares, uma reforma cosmética que tinha por objetivo dar uma roupagem moderna à antiga instituição como elemento de *marketing*, ou seja, as mulheres foram incorporadas e não se verificou nenhum processo de reforma na cultura institucional. A instituição continuou pautando sua lógica de atuação no policiamento com viés bélico e repressivo, e no que tange ao BOPE isso é mais acentuado. Com a pesquisa buscamos saber: Por que as mulheres ingressam no BOPE? Quais e que tipo de atividades/papéis elas desenvolvem dentro da tropa? Como as mulheres são vistas pelos colegas de trabalho, e principalmente por seus superiores hierárquicos? Como elas se veem no BOPE? Quais são as características dessas mulheres? E quais as vantagens de fazer parte de uma corporação onde, segundo relatos de (ex-) integrantes, a humilhação, a exaustão física e mental são componentes dos seis meses de treinamento para ingressar na tropa? Passariam as mulheres também por esse treinamento duro? Que atividades elas desenvolvem efetivamente?

Para realização da pesquisa privilegiou-se os métodos qualitativos, tais como entrevista semiestruturada e observação participante. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira “[...] ‘observação participante’, o que significa dizer que o pesquisador assume um papel

⁷ Vide, p. 54.

perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação”⁸. Pois, tratando-se de uma instituição total⁹ e militar o fato da nossa presença na Unidade estar autorizada pelo comandante geral da PMERJ não nos garantia a afeição dos “caveiras”, sendo então necessário um tempo de adaptação de um “ver” e ser “vista” semanalmente pelos mesmos para que houvesse uma empatia que facilitasse a aplicação dos questionários elaborados, pois sem esse tempo de adaptação/aproximação as tentativas de uma entrevista formal não obteriam sucesso.

O trabalho foi estruturado da seguinte forma: o capítulo I, trata das reflexões sobre as questões de gênero, que é o nosso referencial teórico, além de problematizar os vários olhares sobre a imagem da mulher, ou seja, como as atividades desenvolvidas por mulheres foram vistas em momentos históricos distintos, bem como os momentos de crises e guerras contribuíram para a entrada da mulher no mercado de trabalho. O capítulo II tem como objetivo fazer uma abordagem panorâmica sobre a criação da Polícia Militar do Rio de Janeiro, analisando o processo histórico em que foi produzida, para assim compreendê-la. A Instituição que foi criada em 1809, com a vinda da família Real para o Brasil, tinha como objetivo implantar a disciplina e a civilidade que a elite monárquica trouxe como padrão a ser empregado no Brasil colonial. Deste modo, nossa análise segue a trajetória institucional da PMERJ desde sua criação, passando pela sua atuação no período da ditadura militar. Com objetivo de analisar sua performance em diferentes momentos históricos, a partir dessa retrospectiva verificamos que práticas policiais do século XIX ainda são amplamente utilizadas no século XXI. Já no capítulo III, traçou-se um panorama sobre a história do Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro (BOPE), narrando seu mito de origem bem como jogando luz sobre suas formas de atuação filosofia, canções e símbolos. No capítulo IV abordamos a entrada das mulheres na Polícia, evidenciando os casos internacionais e verificando como essa inserção se deu em vários Estados do Brasil e principalmente na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Analisaremos a trajetória, bem como um quadro comparativo da participação feminina em 27 Estados da Federação para entendermos melhor quando as Polícias Militares abrem suas portas para a

⁸ OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: Editora UNESP, 1998, p.24.

⁹ “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1974,p.11.

participação de mulheres. No capítulo V será feita a análise das entrevistas e descrição do trabalho de campo e seus procedimentos metodológicos, além das considerações finais.

Capítulo I- A odisseia feminina em busca da vida pública.

1.1- Gênero: organização social da diferença sexual.

Scott entende gênero como o saber a respeito das diferenças sexuais, e usa saber como categoria de análise, pois o saber é a compreensão que cada cultura ou sociedade tem acerca das relações humanas, nesse caso, relações entre homens e mulheres. E diz que esse saber não é definitivo ou verdadeiro, mas sempre relativo, pois, cada sociedade vai produzir o saber conforme seus objetivos políticos bem determinados de dominação e poder, já que todas as decisões tomadas em grupo trazem sempre a disputa política pelo poder. Segundo a autora o saber não se refere somente a ideias, mas também estão incluídas as instituições, as práticas cotidianas e uma vez que o saber é uma forma de organizar o mundo, enquanto gênero é a forma de organização social da diferença sexual.

Assim, gênero é o saber que vai definir as diferenças sexuais entre homens e mulheres, pois para Scott os significados corporais não são fixos e variam de cultura para cultura, de grupo social para grupo social e depende também do momento histórico “ [...] já que nada no corpo incluindo aí os órgãos reprodutivos femininos determina univocamente como a divisão social será definida.”¹⁰ Portanto, a diferenciação sexual é meramente produzida pelo nosso saber sobre o corpo, e esse saber está embebido de várias relações e significados. Assim, a diferença sexual não é o que determina a organização social. Em outras palavras gênero é a construção social que fazemos a respeito da diferença anatômica do corpo masculino e do corpo feminino, é uma categoria política e social a respeito do biológico.

1.2- Tornando o invisível visível: a dominação masculina

Segundo Pierre Bourdieu existem em várias sociedades formas e condições de existência intoleráveis que passaram ao longo dos tempos a serem vistas como algo aceitável ou até mesmo natural e aponta a dominação masculina como exemplo perfeito:

¹⁰ SCOTT, Joan W. Prefácio a Gender and of History, In: *Cadernos Pagu*, São Paulo, número 3, 1994. p. 13

Sempre vi na dominação masculina, e no modo como ela é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.¹¹

Assim, podemos verificar que a dominação masculina se apresenta de forma tão silenciosa ou “invisível” que suas vítimas são muitas vezes incapazes de reconhecer que estão submetidas a ela, e esse não conhecimento tem suas raízes solidificadas na cultura de um povo, que reproduz a dominação de geração em geração levando a mesma a ser vista como algo natural e normal. Os agentes que se negam a se submeter à dominação estão fadados a sofrer sanções /castigos e passam a serem vistos como anormais. Bourdieu aponta também o desconhecimento como forma de perpetuação da dominação masculina, pois quem não percebe que está sendo violentado simbolicamente, é incapaz de se insurgir contra, e assim, acaba reproduzindo a lógica dominante. Mesmo a dominação sendo simbólica ela é capaz de causar efeitos práticos e visíveis nos dominados, tais como sua manifestação através de emoções corporais, como vergonha, humilhação, culpa, onipotência, submissão e admiração. A submissão feminina não é algo inato às mulheres, e sim uma submissão que está inscrita na construção prática da lógica androcêntrica que rege as relações sociais e suas estruturas objetivas. Assim, fazendo com que as mulheres sejam vistas como um ser inferior ao homem e essa inferioridade também passa a ser sentida e consentida pelas próprias mulheres que estão amalgamadas no *habitus* social, não podendo ou não sendo permitido às mesmas romperem as barreiras físicas e simbólicas impostas pela ditadura da masculinidade.

Segundo Pierre Bourdieu a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas e é vista como algo normal e natural e, por isso, ninguém a questiona. Bourdieu acredita que a consonância/aceitação entre as “estruturas objetivas” e as “estruturas cognitivas”, torna possível essa aceitação da divisão da sociedade entre homens e mulheres como algo normal, natural e legítima. Dispensando ao homem qualquer justificação, impondo o masculino como a ordem social sob a qual todos devem se submeter. Isso porque a dominação masculina está tão enraizada em nossa cultura que encontrou na mesma as condições favoráveis ao seu pleno

¹¹BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 7- 8

desenvolvimento, pois a divisão sexual do trabalho, a produção e reprodução biológica e social convergem para exaltar/beneficiar os homens e colaboram com os *habitus* masculino.

Assim, todo o movimento social gira em torno da lógica androcêntrica, fazendo com que o dominador encontre em suas “vítimas” reconhecimento e legitimidade de seu poder, sendo as relações de dominação vistas como normais e naturais. “A violência simbólica se instituiu por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (...)”¹². Verificamos assim, que a dominação masculina se processa por meio do conhecimento ou até mesmo do desconhecimento de seus subordinados. O autor também aponta a divisão sexual do trabalho como o ponto chave da dominação masculina, uma vez que é a divisão do trabalho que determina os lugares específicos para homens e mulheres. Assim, nas palavras do autor:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres.¹³

Assim, limitando o espaço público como lugar exclusivamente masculino e o espaço privado como local apropriado às mulheres, delineou-se que as atividades femininas estavam ligadas ao privado, às atividades menos prestigiosas, tais como cuidar da casa, dos filhos e da limpeza, já que as mesmas agem pela emoção, negando-lhes uma cidadania social e política. As atividades ditas tipicamente femininas parecem ser uma marca que já nasce impressa no DNA de cada mulher, pois, desde meninas elas são ensinadas a treinar o papel de dona de casa que fatalmente será encenado na vida adulta, bem como, são levadas a aprender trabalhos manuais para que possam ser “moças prendadas” e conseqüentemente boas esposas que estarão sempre com sua linha e agulha prontas a pregar o botão da camisa do marido. Aos homens delimitou-se sua atuação no âmbito da coisa pública, uma vez que, a eles são atribuídas características como a razão. Contudo, estabeleceram-se simbolicamente os lugares e as áreas onde as mulheres poderiam ir e atuar, criando-se uma segregação sexual da cidade. O espaço público é até permitido às mulheres, porém, com muitas restrições, tanto de horários como de vestimentas. Segundo Michelle Perrot as normas do espaço público são determinadas pela

¹² Idem, ibidem, p. 47.

¹³ Idem, ibidem, p. 18.

lógica masculina, tais como: “Para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres, o privado e seu coração, a casa.”¹⁴ E também:

Assim, o espaço da cidade nunca é simples para as mulheres. Contudo, de dia, elas circulam à vontade, contanto que tomem certas precauções. Mas, à noite, a cidade pertence aos homens e às mulheres profissionais dedicadas ao uso deles. As outras correm perigo.¹⁵

Podemos observar que tanto o corpo masculino quanto o feminino sofrem uma construção social identitária, onde o sexo biológico passa por um processo de socialização impingindo a cada um, um papel diferenciado, uma norma, uma regra de agir conforme sua anatomia. Para Bourdieu o significativo respaldo da diferenciação entre homens e mulheres se concentra na diferença visível que existe entre os corpos, pois a dominação e a inferiorização da mulher se realiza através da diferença biológica que vai hierarquizar e organizar simbolicamente a sociedade, parecendo a divisão entre gêneros algo natural, pois as funções tais como a reprodução biológica servirá para fundamentar a divisão sexual e a social do trabalho, uma vez que:

a força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada.¹⁶

O homem e a mulher são, então, claramente diferenciados por uma existência relacional. Ser homem implica em primeiro lugar possuir um *habitus* viril, ser forte, ativo. O ser mulher implica um *habitus* feminino, ou seja: frágil, emotiva, submissa, entendendo *habitus* como:

O produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas linhas

¹⁴ PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998, p.10

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 29.

¹⁶ BOURDIEU, op. cit., p. 33.

de demarcação mística, conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um habitus, lei social incorporada.¹⁷

Assim, Bourdieu aponta que esta construção também rege toda a sociedade e suas instituições, por isso, a exclusão das mulheres de lugares tipicamente masculinos. Para as mulheres restam atividades exclusivamente femininas, nas quais o prestígio passa longe, cabendo reconhecimento e nobreza apenas às atividades desenvolvidas pelos homens.

A diferenciação dos gêneros vai também determinar as formas de uso do corpo, pois a identidade feminina exige que a mulher tenha atitudes comedidas, curvar-se, abaixar-se e ser dócil, já ao homem cabe andar com a postura ereta e nunca curvar-se ou abaixar o olhar. Essa divisão vai classificar não só as posturas femininas e masculinas, mas também todas as práticas sociais, assim:

Cabendo aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra [...]. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido do baixo, do curvo e do contínuo, vêm ser-lhes atribuído todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados [...].¹⁸

E essa formatação da anatomia tem efeitos bem práticos também nas relações sexuais, que Bourdieu aponta como sendo uma relação de dominação, uma vez que os atores envolvidos não se relacionam de forma simétrica, isto porque homens e mulheres têm expectativas diferentes em relação ao ato sexual. As mulheres em nossa sociedade são socialmente preparadas para viver uma experiência sexual cheia de sentimentalismos e intimidade, ou seja para viver o “amor”. Já os homens, estão socialmente programados para possuir e conquistar o maior número possível de mulheres, onde a lógica é fazer sexo para se satisfazer e para respaldar sua virilidade, uma vez que a autopropaganda é um fator importante entre as conversas masculinas, onde contam as vantagens a respeito de suas relações sexuais. O orgasmo feminino é a prova cabal de que o homem é potente e viril, assim, Bourdieu corrobora a tese de Catharine Mackinnon que diz que a “simulação do orgasmo” por parte das mulheres é

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 6-7

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 41

a comprovação do poder masculino. Pois as mulheres fingindo prazer estão dando a prova de que o homem é mesmo viril e dominador, já que a satisfação dela depende dele e a satisfação dele só depende dele próprio. Isso se deve ao fato de que em nossa sociedade os papéis sexuais estão bem delimitados e divididos entre o masculino ativo e o feminino passivo e são estes os princípios norteadores das regras sociais e que, segundo o autor, organizam e dirigem também o desejo, assim:

O desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação.¹⁹

1.3- O machismo e seus estereótipos sociais

Segundo Castañeda o machismo não significa necessariamente que o homem prenda sua mulher em casa ou nem mesmo que ele faça uso da violência física contra seus subordinados. Para a autora, o machismo, produto direto do patriarcalismo autoritário, se manifesta por uma atitude que já foi naturalizada por nossa sociedade, desta forma podendo aparecer de forma sutil, assim como a violência simbólica, através do olhar, pelos gestos, brincadeiras, pela falta de atenção ou pelo simples fato de ignorar o outro. Deste modo não havendo nenhuma ação concreta, estabelece-se, porém, uma relação desigual onde o homem se coloca como superior, ou seja, uma dissimetria que tende a inferiorizar as mulheres. Desta forma a autora nos diz que o machismo pode ser definido como:

[...] um conjunto de crenças, atitudes e condutas que repousam sobre duas ideias básicas: por um lado, a polarização dos sexos, isto é, uma contraposição do masculino e do feminino segundo a qual são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes; por outro, a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes.²⁰

Deste modo o machismo constitui todo um rol comportamental que vai interferir em todas as relações interpessoais, tais como amor, amizade, trabalho, tempo livre e

¹⁹ BOURDIEU, op. cit., p. 31.

²⁰ CASTAÑEDA, Marina. *O machismo invisível*. São Paulo: A Girafa Editora, 2006, p. 16.

principalmente na política, orquestrando o funcionamento desses segmentos com objetivo de domínio sobre os demais, principalmente sobre as mulheres. A rivalidade e a disputa entre pares também é uma característica do comportamento machista que delega o posto de homem de verdade àqueles que conseguem múltiplas conquistas sexuais, que fazem uso da exibição de força física, agressividade, coragem, indiferença à dor e principalmente desprezo pelas características ditas femininas; são esses alguns dos traços de virilidade que a nossa sociedade convencionou como pré-requisitos básicos da essência masculina. Essas características estando enraizadas em nossa sociedade acabam sendo vistas de forma naturalizada, ou seja, não há estranhamento desse comportamento masculino, ele acaba sendo visto como constituinte da biologia do homem, pois já faz parte do discurso comum, tornando-se quase invisível. Essa diferença radical estabelecida pelo machismo entre homens e mulheres propõe papéis excludentes em todos os âmbitos da vida social, assim:

De acordo com essa perspectiva, as pessoas são aptas ou não em certas áreas de estudo ou ocupação, e até se permitem ou não certas emoções, com base em seu gênero sexual e não em suas características individuais. De acordo com essa visão, por exemplo, os homens não são capazes de cuidar de um bebê e as mulheres não podem ser boas engenheiras ou maestrinas²¹.

Castañeda lembra que o machismo não é um atributo pessoal inato, ou seja, os homens não nascem machistas; aprendem no seio da sociedade como sê-los, pois toda relação de poder estabelece papéis e personagens que parecem naturais. Assim, como o machismo é aprendido, existem várias formas de ser homem, segundo a autora não necessariamente machista, onde cada sociedade vai delinear seu próprio ideal de masculinidade, que dentro de uma mesma sociedade vai ser plural dependendo das condições econômicas, sociais e profissionais. Desta forma:

[...] Não existe apenas um único tipo de masculinidade e que esta não responde a um imperativo biológico, mas a uma construção social. O machismo, portanto, é algo que se aprende, e assim parece natural e inevitável, mas não o é. Parece natural porque a sociedade inteira, a família, a escola, a cultura em geral, fomentam-no tão universal e constantemente, desde o nascimento, que percebemos sua incorporação gradual a nosso modo de viver, pensar e sentir, comunicar e atuar²².

²¹ Idem, ibidem, p. 17.

²² Idem, ibidem, p. 74.

Outro termo que nos interessa diretamente, e que é também naturalizado em nossa sociedade, é a agressividade masculina, pois é muito comum ouvir dizer que a agressividade é um atributo/característica de uma dita natureza masculina de caráter biológico. Castañeda nos chama a atenção dizendo que esse termo tem sido usado de forma indiscriminada quando se fala em raiva, ambição, competição, crime e guerra. Segundo a autora, temos que levar em consideração fatores históricos e sociais que levaram a sociedade a associar a agressividade como um atributo “natural” do homem, ou seja, os mesmos sempre foram forçados a entrar na guerra por meio de doutrinação, treinamento, disciplina e ameaças. Assim, os homens não foram naturalmente à guerra e esta não depende de testosterona e sim de fatores históricos e políticos. Deste modo, eles foram impelidos a situações onde a vida deles dependia da manifestação da agressividade e da violência, sendo então esses termos atribuídos aos homens ao longo da história, passando a ser naturalizados como um imperativo biológico masculino. Assim, para a autora, o machismo não requer homens e mulheres em si, porém se nutre de seus papéis, pois as definições sociais de gênero vigente em nossa sociedade requerem uma relação de poder baseada na desigualdade, onde os homens se colocam como superiores às mulheres; como essa dominação machista está inscrita na ordem do dia as mulheres encampam o discurso da inferioridade feminina, corroborando assim a perpetuação do machismo patriarcal introjetado em nossa sociedade.

Bourdieu colabora com a discussão sobre o machismo quando aponta o alto custo social e psicológico que os homens pagam por encenar essa postura. Assim, segundo o autor, se as mulheres estão submetidas a uma ordem que tende a inferiorizá-las e a negá-las, com os homens não é diferente, pois a mesma força que faz das mulheres objetos da dominação masculina faz os homens vítimas de sua própria dominação. O homem viril e dominador não nasce pronto, ele é um produto construído socialmente de forma relacional ao sexo feminino, sendo a base desta construção a negação de toda e qualquer característica feminina. Ao contrário das mulheres, onde se convencionou a menstruação como indicador natural, sinalizando que a menina se tornou mulher, os homens não têm nenhuma garantia de que deixaram de ser meninos e passaram a ser homens, sendo então a masculinidade aprendida, ou como prefere Elisabeth Badinter, adquirida por um alto preço. Assim, nas palavras da autora:

A primeira menstruação chega naturalmente, sem esforço quando não sem dor, e eis a rapariguinha declarada mulher para sempre. Nada de semelhante, hoje em dia, no que toca ao rapazinho da civilização

ocidental. Não que a necessidade arcaica de provar a virilidade tenha desaparecido. Mas nunca foi tão grande a contradição entre a necessidade de exhibir o seu gênero e a ausência de provas certas e definitivas.²³

E também:

Dever, provas, experiências, estas palavras dizem que há uma verdadeira tarefa a cumprir para vir a ser um homem. A virilidade não é dada de uma vez por todas, antes deve ser construída, digamos 'fabricada'.²⁴

Contudo, ser homem implica diretamente não ter características femininas, ser moral, ter coragem física e encenar todos os *habitus* que as regras sociais condicionaram ao tipo ideal de homem de verdade, já que, ser homem no sentido pleno implica, um dever-ser, uma norma a seguir. Porém, Bourdieu nos chama a atenção para o fato de que o privilégio masculino é na verdade uma cilada, pois exige a todo o momento que o homem afirme a sua masculinidade para todos ao seu redor uma vez que não basta provar somente para ele mesmo ou para a sua família que ele é viril, é necessário o reconhecimento social da sua virilidade, pois a mesma tem que ser avaliada pelos outros homens. Podemos então, verificar que a noção de virilidade é construída e ratificada em comparação com os outros homens, assim a identidade masculina é construída para os outros homens e contra as mulheres. Para Badinter, o conceito de masculinidade vai variar segundo o momento histórico de cada sociedade, e também vai mudar conforme a classe social, a raça e a idade do homem, assim podendo ser desconstruído e novamente construído conforme o interesse dos dominantes.

1.4- As mulheres na esfera pública.

Os processos fisiológicos não comandam mais a vida das mulheres. A contracepção, pondo fim aos ditames da natureza, revelou uma verdade impensável ainda há pouco tempo: o destino

²³ BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 16

²⁴ Idem, *ibidem*, pp. 16-17.

feminino não está mais circunscrito à maternidade²⁵.

Foi desqualificando as mulheres que os homens tentaram mantê-las fora da esfera pública. Mantiveram assim o poder falocrático, conquistado às custas da inferiorização da imagem das mesmas. Jean Jacques Rousseau, filósofo iluminista, influenciou muitos homens e mulheres com seu pensamento político. Ao publicar o seu manual pedagógico “O Emílio ou da Educação” Rousseau propalava o princípio da natureza superior do homem, e o da natureza feminina doméstica. Foi praticamente uma sentença que condenava as mulheres à esfera privada. Rousseau pode ser considerado o “responsável” pelo modelo de comportamento adotado no fim do século XVIII. Modelo que “obrigava” as mulheres a ficarem no lar parindo, aleitando e cuidando de seus filhos. Assim, a capacidade biológica das mulheres de gerar filhos foi, ao longo da história, socializada como se fosse um dever natural das mesmas e, caso recusassem-se ao seu destino, poderiam ser punidas severamente pela natureza. Além do mais, as mulheres se mantendo no espaço doméstico contribuiriam enormemente com a sociedade, criando e cuidando dos seus cidadãos. Segundo Elisabeth Bandinter “Emílio” imprimia e popularizava essa ideologia entre as mulheres da pequena e média burguesia. Assim, o pensamento e as ações das mesmas foram formatados a partir da filosofia Rousseauiana.

Efetivamente, Rousseau era o grande triunfador do fim desse século. A publicação do Emílio, em 1762, havia cristalizado a revolução das mentalidades, dando-lhe sua justificação filosófica. A aspiração a felicidade que marca a segunda metade do século XVIII buscava sua realização num novo modelo familiar, fechado para o exterior e centrado no amor conjugal e parental. Nesse momento, tudo dependia da mulher e de sua aptidão para bem representar os papéis que lhe eram destinados: esposa virtuosa e fiel, mãe até o sacrifício de si mesma, dona de casa consumada. Com essas três condições, a felicidade do homem e da sociedade inteira estavam garantidas²⁶.

Condorcet, diferentemente de Rousseau, era considerado um homem à frente de seu tempo e até mesmo uma exceção, pois em um momento que foi o marco da história da humanidade, onde a Revolução Francesa inaugurava a modernidade, ele

²⁵ BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro; relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 258.

²⁶ BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.19.

diagnosticou/percebeu a contradição de seus contemporâneos em relação aos seus desígnios revolucionários, já que todas as reivindicações visavam ideais de liberdade e igualdade entre os cidadãos, bem como objetivava quebrar a estrutura hierárquica entre os homens, e principalmente a superioridade divina e natural dos reis. Assim, a contradição propalada por Condorcet diz respeito à exclusão das mulheres dos ideais revolucionários, sendo a Declaração dos Direitos do Homem feita literalmente para o homem branco, cristão e macho.

Segundo Michelle Perrot ao longo da história o espaço privado sempre foi considerado ideal para as mulheres. Sempre se temeu a participação feminina nos assuntos da cidade, principalmente na política, que era considerada uma atividade viril e conseqüentemente um locus masculino. Desta forma, a autora nos diz que a representação da mulher como nascida para ser mãe e cuidar da casa, ou seja, o pensamento simbólico da diferença entre os sexos atravessou a espessura do tempo tornando-se um poder estruturante da sociedade. Assim, “[...] para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres o privado e seu coração, a casa²⁷.” A partir da estruturação do mundo segundo as diferenças sexuais definiu-se o que são atividades próprias às mulheres bem como se limitou seus horários de circulação na cidade, definindo-se também os papéis próprios a serem encenados pelas mesmas. Deste modo, estar no espaço público não é uma tarefa fácil e nem simples, pois, segundo Perrot, no espaço público as mulheres, principalmente as burguesas, tinham quase que um dever de beleza, bem como o de ostentar a partir de suas jóias e roupas caras a riqueza de seus maridos.

Desta forma, podemos verificar que a distinção de gênero organiza tanto o espaço físico como os períodos do dia e da noite, gerando o que Michelle Perrot denomina de segregação sexual do espaço público. A partir dessa segregação, passou a existir lugares proibidos às mulheres, principalmente o político, o judiciário e o intelectual e conseqüentemente os apropriados às mesmas, como lavanderias, grandes magazines e salões de chá, sendo estes os lugares de sociabilidade feminina. Até mesmo as expressões corporais tinham um padrão definido como próprio a uma mulher decente. Essa divisão vai classificar não só as posturas femininas e masculinas, mas também todas as práticas sociais. Consolidando assim, um *habitus* feminino e uma identidade que pressupunha docilidade, bondade e delicadeza. Neste sentido a autora nos diz que o tipo ideal de mulher que se solidificou no imaginário popular é

²⁷ PERROT, Michelle, op.cit., p.10.

daquela que se conforma, se cala, que nunca se impõe e nem questiona o *status quo*. Assim, nas palavras de Michelle Perrot:

[...] sua postura normal é a escuta, a espera, o guardar as palavras no fundo de si mesma. Aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Pois este silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da palavra, mas também o da expressão, gestual ou escriturária.²⁸

Michelle Perrot mostra que a imagem feminina estará associada a vários objetos, desde um simples saleiro a sofisticados automóveis. Associa-se a figura erótica e sedutora das mulheres a esses artefatos, pois consumir esses objetos é como consumir a mulher. “A cidade é um harém que promete a volúpia, mas também um lugar saturado até a náusea por essa insossa doçura da mulher objeto, insaciável e prisioneira.”²⁹ Para a autora a cidade é como um teatro dirigido pelos homens, no qual as mulheres são o cenário, a decoração, marionetes manipuladas pelos mesmos, que decidem onde e como podem frequentar esse espaço. Assim sendo, verifica-se que o fato das mulheres estarem presentes em espaços masculinos não significa que elas sejam respeitadas ou tenham voz nestes lugares, pois “reificar, deificar a mulher é uma maneira de colocá-la “em seu lugar”, sobre os altares, isto é, à parte e em parte nenhuma.”³⁰ Para Michelle Perrot, a autonomia das mulheres é o grande medo dos homens, pois a liberdade feminina ameaça a ordem patriarcal e as relações seculares entre os sexos e principalmente os privilégios falocráticos.

Assim como Michelle Perrot, Bourdieu também acredita que a dissimetria entre homens e mulheres é radical, já que elas são consideradas objetos de troca entre os homens. E é justamente essa dissimetria radical entre homens e mulheres, que inferioriza e exclui as mesmas, fazendo com que esses princípios sejam à base da divisão de todo o universo. Segundo Bourdieu, as mulheres no terreno das trocas simbólicas, e nas relações de produção e reprodução, têm como objetivo central o mercado matrimonial, uma vez que o matrimônio está na base da ordem social de todas as sociedades. Portanto, “as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é

²⁸ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*, Bauru/SP, EDUSC, 2005 p. 10.

²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 179.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p.182.

contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens.”³¹ Ou seja, as transações matrimoniais tem um cunho político, já que as mulheres servem para ampliar o poder dos homens, evitar a guerra e para aumentar o capital simbólico e social dos mesmos. Desta forma, o autor nos diz que:

[...] as mulheres são valores que é preciso conservar ao abrigo da ofensa e da suspeita; valores que investidos nas trocas, podem produzir alianças, isto é, capital social e aliados prestigiosos, isto é, capital simbólico.³²

As mulheres são consideradas objetos de trocas simbólicas, por isso as mesmas são excluídas do espaço público tornando-as instrumentos de produção e reprodução do capital simbólico e social dos homens.

Elisabeth Badinter, ao analisar a imagem das mulheres produzida durante a Revolução Francesa, diz que raros foram os historiadores que se interessaram pelo destino das mesmas. Quando não foram simplesmente esquecidas, a imagem pintada não era das melhores. Dois tipos de mulheres foram concebidos durante a Revolução Francesa, uma anônima, que tinha como representante a mulher do povo, pois segundo a autora, foram as primeiras a reagir em períodos de miséria. E as outras eram as mulheres de letras, que segundo Elisabeth Badinter mal sabiam escrever, como é o caso de Olympe de Gouges, porém, isso não a impedia de reivindicar direitos e participação na soberania popular, assim como era permitido aos homens. Deste modo, é desconsiderando a participação feminina na Revolução que os homens conseguiram excluí-las da cidadania, bem como moldando uma imagem totalmente distorcida das mulheres para ratificarem a exclusão das mesmas. De tal modo, a autora nos diz:

Com raras exceções, seus contemporâneos não demonstraram ternura para com elas. Alvos privilegiados da imprensa monarquista e dos burgueses bem pensantes, todas foram escarnecidas, caricaturadas e arrastadas para a lama. Uma maioria de historiadores do século XIX, reunindo calúnias e mentiras, chegando mesmo por vezes a criar novas, relegaram-nas à seção de crônicas escandalosas. Inventou-se que tinham uma sensualidade desenfreada, e uma

³¹ BOURDIEU, Pierre. Op.cit., p. 55.

³² Idem, Ibidem, p.58.

violência incontrolável. Em suma, fez-se delas a imagem de mulheres pouco respeitáveis e perigosas. Em uma palavra: loucas.³³

1.5- Profissões femininas: mito ou verdade?

Michelle Perrot nos diz que as mulheres sempre trabalharam, porém, nunca exerceram profissões, já que o trabalho desenvolvido pelas mesmas sempre foi considerado de menor importância. Isso porque, as atividades domésticas são consideradas insignificantes quando desenvolvidas no próprio lar, já que esse trabalho não gera nenhum ganho financeiro, e tornou-se comum ouvir dizer que quando uma mulher não trabalha fora de seu lar ela não faz nada, desconsiderando todos seus esforços de organizar a casa e educar os filhos. Ela observa ainda que mesmo a mulher tendo conquistado o mercado de trabalho, esse segue, como já nos disse Bourdieu, uma rígida divisão sexual, pois existem “profissões de mulheres” que adotam um conjunto de critérios, pois tais atividades não podem impedir que as mulheres realizem suas atividades domésticas que são consideradas de fato suas atividades primordiais. Assim:

Estas profissões inscrevem-se no prolongamento das funções ‘naturais’, maternais e domésticas. O modelo de mulher que auxilia, [...] mulher que cuida e consola, realiza-se nas profissões de enfermeira, de assistente social ou professora primária. Crianças, idosos, doentes e pobres constituem os interlocutores privilegiados de uma mulher dedicada às tarefas caritativas e de socorro [...].³⁴

Verifica-se que as profissões ditas “próprias para mulheres” são aquelas que colocam em prática as qualidades físicas e morais que a nossa sociedade condicionou como se fossem inatas, em uma mulher, qualidades que segundo Michelle Perrot são frutos de uma educação tradicional que condiciona as mulheres à passividade, organização e principalmente à feminilidade. Para a autora são qualificações reais que se conquistam a partir da educação diferenciada, reservada para as moças, disfarçadas de qualidades naturais. Desta forma, essa educação diferenciada faz das mulheres as mais hábeis em determinadas profissões, porém profissões menores. Perrot aponta também que a inserção das mulheres em algumas atividades

³³ PERROT, Michelle. Op. Cit., p.252.

³⁴ PERROT, Michelle, op. Cit., p. 252.

tipicamente masculinas se fez de forma pacífica devido ao fato de no momento que elas são incorporadas os homens foram promovidos a uma categoria superior, resolvendo alguns problemas de carreira, já que a presença das mulheres não colocaria em risco seus postos superiores de trabalho. Outro ponto levantado pela autora é no que tange à carreira, pois segundo a mesma, fazer carreira é considerado uma característica exclusivamente masculina, já que a ambição é um sinal de virilidade e contrário ao que se espera de uma mulher. Além do mais, se criou o mito de que para as mulheres seguirem uma carreira elas deveriam renunciar à algumas de suas atividades ditas naturais principalmente à maternidade e o casamento, uma vez que se dedicar ao trabalho colocaria em risco o tempo para as atividades domésticas que são consideradas atividades primordiais do sexo feminino.

1.6- Cidadania feminina: um longo caminho ainda a ser percorrido.

Segundo Pinsky e Pedro³⁵, tanto a Revolução Francesa quanto a Americana marcaram de maneira paradoxal a história da cidadania das mulheres, já que esses eventos mostraram que era possível romper com as tradições que ditavam a ordem social e também com as hierarquias de poderes vigentes. Porém, essa possibilidade de fratura/rompimento com o *status quo* é anterior à ideia de domesticidade e exclusão das mulheres que ganhariam corpo nas primeiras décadas do século XIX. Desta forma, as autoras nos lembram que no século XVIII, as mulheres da América inglesa não participavam da vida pública. Deste modo, verificou-se que a luta feminina pela conquista da igualdade de direitos e pela cidadania foi marcada por mudanças e permanências ao longo da história. Assim, as autoras apontam que foi também nas teorias iluministas do final do século XVIII que as mulheres se instruíram e se apoiaram para reivindicar direitos e liberdade para elas, uma vez que a ideologia do Iluminismo propalava que cada indivíduo era possuidor de direitos inalienáveis, e que os valores da sociedade deveriam se basear na razão e não mais nos costumes. Porém, as correntes iluministas eram divergentes no que tange a situação dos direitos e capacidade das mulheres. Para Rousseau como se sabe, as mulheres eram incapazes de raciocinar da mesma

³⁵ PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi. História da cidadania. São Paulo: Contexto. 2003, p. 265-309.

forma que os homens, sendo movidas pelas paixões, representando por isso, um perigo para a ordem política. As autoras nos mostram que as bandeiras dos homens das luzes eram bem plurais, porém, as mulheres não eram contempladas como merecedoras desses direitos, deste modo:

Alguns deles chegaram a defender os direitos dos homens comuns, dos cidadãos, dos escravos, dos judeus, dos índios e das crianças, mas não os das mulheres. Frequentemente à custa de sua própria lógica, continuaram a reafirmar que as mulheres eram inferiores aos homens nas faculdades cruciais da razão e da ética e que deveriam, portanto, estar subordinadas a estes. A maior parte dos homens das luzes ressaltou o ideal tradicional de mulher silenciosa, modesta, casta, subserviente e condenou as mulheres independentes e poderosas³⁶.

O modelo ideal de mulher dona de casa acabou gerando uma divergência entre as mulheres que não queriam a casa como único destino. Sendo então, essas últimas vistas como mulheres impuras, acusadas de subverter a ordem natural da sociedade, logo, taxadas de prostitutas, ou seja, mulheres que não precisavam ser respeitadas, pois ser casada e submissa ao marido era um pré-requisito para ser considerada uma mulher digna de respeito.

As autoras afirmam que durante a Revolução Americana as mulheres não participaram diretamente na esfera pública, deste modo, a participação feminina teve uma maior abrangência na esfera privada, onde as mesmas mantinham sozinhas, seus familiares, as propriedades e algumas vezes se empenhavam em atos cívicos. Para tanto, as autoras dizem que essas atividades desempenhadas pelas mulheres foram os primeiros sintomas da importância e capacidade da atuação feminina, assim, abrindo portas para que elas começassem a reivindicar acesso a uma educação melhor. Nascendo assim, um modelo feminino diretamente divergente do protótipo de mulher idealizado pelos republicanos, já que para eles cabia a mulher apenas o papel exclusivo de procriar e cuidar da família, sendo essa condição suficiente para uma mulher ser considerada cidadã.

As mulheres depois da independência começam a se organizar em associações que tinham como objetivo ajudar os necessitados. Na maioria das vezes, essas associações estavam ligadas à igreja, mas, mesmo estando ligadas a tal instituição, essas iniciativas lançaram as

³⁶Idem, *ibidem*, p. 267.

primeiras sementes para que as mulheres viessem a se envolver em causas mais consistentes, no fim do século XIX, tais como o movimento abolicionista e feminista, brotando desta forma as primeiras lutas pela emancipação feminina.

No que tange à Revolução Francesa as autoras nos apontam caminhos diferentes dos trilhados pelas americanas, pois as francesas haviam participado na esfera pública lado a lado com os homens dos momentos iniciais, sendo suas reivindicações levantadas como bandeiras. Apontam que as mulheres presenciaram como testemunhas oculares da queda da Bastilha e da Marcha até Versalhes. No decorrer da revolução as mulheres tiveram a liberdade e autonomia para fazer reclamações contra o Estado, à economia e até mesmo reivindicarem direitos.

As autoras apontam que durante a Revolução as mulheres chegaram a conquistar alguns direitos civis, no entanto, no desenrolar do processo as mesmas foram postas de lado, ou seja, a elas foram dados direitos limitados e lhes proibiram a atuação política. Grande parte dos revolucionários do sexo masculino, eram unânimes em considerar que os ideais e conquistas da Revolução tais como: liberdade, igualdade e fraternidade não deveriam ser estendidos às mulheres. Mesmo elas tendo lutado conjuntamente com os homens, as mulheres não deveriam ser contempladas. Alcançado o objetivo dos ideais revolucionários, as mesmas deveriam fazer um movimento de regresso ao lar, pois os revolucionários propalavam que as mulheres sentiriam os benefícios da Revolução Francesa dentro de suas casas. As mulheres estariam dando uma enorme contribuição social para a nação atuando como mães. Todavia, por mais que tenha sido insípida quantitativamente a participação feminina nas lutas da Revolução Francesa as mesmas foram para as ruas conjuntamente com os homens para reivindicar cidadania e direitos. Deste fato, Scott nos diz que a exclusão feminina tem sido parte constitutiva da filosofia política da França desde a Revolução Francesa.

Visto isso, é possível afirmar que mulheres em diversos países em momento de avanços democráticos e ampliação de direitos não foram contempladas do mesmo modo que os homens. Pinsky e Pedro também dizem que houve omissão da discussão em torno da contracepção, direitos e até mesmo a evolução das roupas, que eram essenciais para que as mulheres melhorassem sua qualidade de vida e pudessem, a partir desses pontos, reivindicarem a valorização social. A igualdade de oportunidades e o reconhecimento de demandas específicas foram negligenciadas. Então, partindo do século XIX as autoras nos falam:

É verdade que esse século popularizou a ideia da mulher restrita à esfera doméstica, limitada ao cuidado do lar e da família, maximizou o imaginário da segregação sexual dos espaços público e privado, reforçou concepções tradicionais da inferioridade feminina, negou às mulheres muitos direitos e impôs muitos obstáculos à sua independência. Por outro lado, ampliou possibilidades e, entre outras coisas, viu florescer o feminismo e a ação das mulheres em diversos movimentos sociais.³⁷

Na era pré-industrial, segundo as autoras, a economia familiar era voltada para a produção doméstica, tanto no campo, nas oficinas e nos pequenos comércios, as atividades eram desenvolvidas por todos os membros da família. A taxa de mortalidade infantil era alta, já que as mulheres tinham pouco tempo para se dedicar aos filhos, e o conceito de criança que conhecemos hoje não era o utilizado por elas. As crianças eram consideradas adultos pequenos e eram colocadas para trabalhar assim que começavam a andar e sua expectativa de vida era muito curta.

As transformações econômicas, tais como o capitalismo comercial e industrial foram os responsáveis pelas mudanças no padrão de vida da população e principalmente no da vida das mulheres. A riqueza das nações permitiu que as mulheres vivessem melhor do que as gerações passadas, uma vez que, as casadas puderam ser substituídas por empregados, portanto foi possível a elas se dedicarem a outras atividades. Assim sendo, as autoras nos dizem que, ter uma mulher que não trabalhasse em casa e nem fora era sinal de status para o marido, que exibia isso como um troféu em reconhecimento ao seu sucesso econômico. Deste modo, esse novo padrão iniciou-se na Inglaterra, que foi a vanguarda do progresso industrial e econômico, tendo a Revolução Industrial iniciado neste país.

Esse novo momento trazia à tona velhos fantasmas para assombrar as mulheres que saíam de seus lares para trabalhar como doméstica, pois, a ideia conservadora de que lugar da mulher-mãe era em casa, tentava desqualificar a inserção das mesmas no mercado de trabalho. Sob discurso de que o trabalho das empregadas domésticas era a extensão dos papéis femininos tradicionais, já que as mesmas saíam de suas casas para desempenharem as mesmas atividades que elas têm que fazer em seu próprio lar. Desta forma, diziam que em nada mudava a condição delas, não levando em consideração a emancipação financeira e ideológica decorrente da

³⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 266-267.

atividade feminina remunerada, que segundo Maria Lygia Quartim de Moraes³⁸, é o ponto central para romper com o modelo familiar vigente até aquele momento, que era o da subordinação econômica da mulher ao marido.

O século XIX foi marcado pela agitação social em busca da cidadania, porém a cidadania conquistada foi deficiente para os homens do povo e principalmente para as mulheres, assim, as autoras dizem que foram muitos os retrocessos legais que as mulheres enfrentaram, tal como a perda da autonomia da mulher casada, já que as mesmas ficaram impossibilitadas de gerir suas propriedades e ganhos monetários, sendo o homem a autoridade familiar máxima. Nesse período, também a educação formal para mulher visava forjar nas mesmas papéis sociais condizentes com a lógica androcêntrica, ou seja, uma identidade feminina pautada na submissão e na docilidade. Assim, a diferença entre os homens e as mulheres era definida/reforçada através da educação formal que se dava para cada um dos gêneros.

³⁸ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi. História da cidadania. São Paulo: Contexto.2003, p.494-515.

Capítulo II- A criação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

2.1- A Intendência Geral de Polícia.

O que conhecemos hoje como Polícia Militar do Rio de Janeiro teve início com a vinda da Família Real Portuguesa, no século XIX, quando Napoleão Bonaparte decreta o Bloqueio Continental, ou seja, o país europeu que comerciava com a Inglaterra teria seu território invadido e ocupado pelo exército francês. Diante da incapacidade militar de enfrentar as tropas francesas, o príncipe regente de Portugal, D. João, transfere a Corte Portuguesa para sua colônia mais importante, o Brasil, com a ajuda da Inglaterra. O início do século XIX, segundo Caio Prado Junior³⁹, assinala para nós uma etapa decisiva em nossa evolução e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico uma nova fase.

O Rio de Janeiro foi o lugar escolhido para instalar a Corte Portuguesa e junto com a família Real vieram para o Brasil em torno de 15.000 pessoas. Com a transmigração da realeza de Portugal para o Brasil, esse último ganhou todos os serviços públicos necessários a sua nova condição, de sede da realeza. Isso porque o Brasil era uma colônia de exploração que não tinha uma infraestrutura comparada à da metrópole, e dentre os déficits da nova capital da realeza estava a segurança pública. Antes da vinda da Família Real para o Brasil a segurança pública da cidade do Rio de Janeiro estava sob a responsabilidade dos quadrilheiros, que era constituído por um grupo de cidadãos, equipados com uma longa lança, que se revezavam no patrulhamento noturno das ruas. Para Holloway, o objetivo de se criar uma polícia vem da necessidade do Estado em controlar o espaço público e administrar o comportamento das pessoas. Ele aponta a Polícia como uma das instituições fundamentais para o mundo moderno. Assim, o autor nos afirma que:

Usando a Polícia, o Estado assumiu a tarefa de proteger a propriedade, o que na sociedade tradicional ficava a cargo principalmente de particulares, e começou a exercer controle sobre o comportamento

³⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.9.

público, o que não era uma preocupação central do Estado pré-moderno.⁴⁰

Sendo o sistema de patrulhamento dos quadrilheiros ineficiente para a nova configuração da cidade, D. Pedro cria no Brasil um sistema existente em Lisboa desde 1760 que é a Intendência Geral de Polícia. Uma polícia que concentrava as funções judiciais e policiais em suas atribuições, uma instituição que se baseava no modelo Francês, onde ela era responsável “[...] pelas obras públicas e por garantir o abastecimento da cidade, além da segurança pessoal e coletiva, o que incluía a ordem pública, a vigilância da população, a investigação dos crimes e a captura dos criminosos”⁴¹. Francisco Alberto Cotta defende a tese de que a criação da Intendência Geral de Polícia no Brasil, tinha como objetivo “[...] organizar os espaços da cidade e disciplinar os costumes de sua população segundo o paradigma da civilização europeia⁴²”, uma instituição que disseminaria a nova ordem social e simbólica que se pretendia implantar no Brasil.

Cabia ao intendente de polícia decidir o que era ou não crime, ele é quem definia quais comportamentos seriam considerados criminosos. Ele também ficava com a responsabilidade de prender, julgar e punir os criminosos. Observa-se que a figura do intendente era polissêmica, já que o mesmo ocupava o cargo de Desembargador, Juiz e Ministro de Estado. Logo “[...] ele representava, portanto, a autoridade do Monarca absoluto e, coerentemente com a prática administrativa colonial, seu cargo englobava poderes legislativos, executivos (polícia) e judiciários⁴³.” Vemos assim que a estratégia adotada pelo Estado Português de enquadrar e manter sob o seu controle a população existente no Brasil, foi possível a partir da criação de um aparato repressor, ou seja, civilizar pela repressão e violência.

⁴⁰ HOLLOWAY. Thomas H. op. cit., p. 23.

⁴¹ Idem, Ibidem, p. 46.

⁴² COTTA, Francisco Alberto. *Olhares sobre a Polícia no Brasil: a construção da ordem Imperial numa sociedade mestiça*. In: Revista de História e Estudos Culturais. Vol.6, anoVI, n°2. Abril/maio/junho de 2009,p. 6.

⁴³ Idem. Ibidem, p. 46.

2.2- A Divisão Militar da Guarda Real de Polícia

A Intendência Geral de Polícia tinha um caráter mais voltado para a administração e assim surgiu a necessidade de uma força de intervenção, uma polícia de tempo integral e organizada militarmente. Dessa forma, em 13 de maio de 1809, foi criado, um arremedo brasileiro da Guarda Real da Polícia de Lisboa, que era a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (DMGRP). O Príncipe regente justificava a criação da DMGRP dizendo:

Sendo de absoluta necessidade prover a segurança e tranquilidade pública desta cidade, cuja população e tráfico tem crescido consideravelmente e se aumentará todos os dias pela afluência de negócios, inseparável das grandes capitais, e havendo mostrando a experiência que o estabelecimento de uma Guarda Militar de Polícia é mais próprio não só para aquele desejado fim da boa ordem e sossego público [...] sou servido criar uma Divisão Militar da Guarda Real da Polícia.⁴⁴

A DMGRP era subordinada a Intendência Geral de Polícia e se constituía por um Estado Maior e três companhias de infantaria e uma de cavalaria. O objetivo da nova Guarda era basicamente manter a ordem civil através de patrulhas permanentes na área do centro da cidade para assim ter uma resposta rápida aos distúrbios civis. “Mesmo pequena, contando 75 homens em 1818 e cerca de 90 no final da década de 1820, sua missão de policiar em tempo integral tornava-se mais eficiente do que o antigo sistema de vigilância esporádica por guardas civis⁴⁵.”

Inicialmente a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia foi comandada por um Brigadeiro que pertenceu a Guarda Real de Lisboa e dentre os vários comandantes que teve o mais famoso foi Miguel Nunes Vidigal, mais conhecido como Vidigal. O comandante ficou eternizado na história como o temível chefe de polícia colonial pelo grau de autoritarismo e violência que dispensava em suas diligências, nas quais tinha como companhia um chicote de

⁴⁴ Decreto de criação da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte. Príncipe Regente. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1809. Coleção das leis brasileiras e mais artigos oficiais desde a chegada da corte até a época da Independência (CLB). Ouro Preto: Tipografia Silva, 1834. Apud: COTTA, Francisco Alberto. Olhares sobre a Polícia no Brasil: a construção da ordem Imperial numa sociedade mestiça. p.7/8. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. vol.6, anoVI, n 2. Abril/junho, 2009

⁴⁵ HOLLOWAY. Thomas H. op.cit., p. 48.

couro que servia para impor as regras. Além de agir como polícia ele também se portava como a justiça da época. Holloway nos diz que:

Vidigal tornou-se o terror dos vadios e ociosos, que podiam encontrá-lo ao virar a esquina à noite ou vê-lo aparecer de repente nos batuques que aconteciam com frequência nos arredores da cidade. Dessas reuniões participavam pessoas comuns, na maioria escravos, que confraternizavam, bebiam cachaça e dançavam ao som de músicas afro-brasileiras até tarde da noite. Sem ligar a mínima aos procedimentos legais, nem mesmo *pro forma*, Vidigal e seus soldados, escolhidos a dedo em função do tamanho e da truculência, batiam em qualquer participante, vadios ou tratantes que conseguissem capturar⁴⁶.

Segundo a apostila de História da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro⁴⁷, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia era muito truculenta, e o espancamento de presos no percurso até a cadeia pública se fazia comum. Deste modo, é possível verificar que a Polícia Militar tem em seu embrião a violência como elemento constitutivo da cultura institucional, já que, a mesma nasceu para atender os anseios da elite monárquica do período e fez da truculência e da brutalidade elementos rotineiros da prática profissional. Desde os primórdios da criação da instituição Polícia Militar a mesma esteve a serviço da elite, marginalizando todos que dela não fizessem parte. Assim sendo:

A justificativa fundamental das organizações militares é concentrar, regular e dirigir forças contra o inimigo. O inimigo da polícia do Rio de Janeiro era a própria sociedade – não a sociedade como um todo, mas os que violavam as regras de comportamento estabelecidas pela elite política que criou a polícia e dirigia a sua ação⁴⁸.

E também:

Ainda nos moldes de um exército permanente concebia-se a força policial como instrumento coercitivo daqueles que a tinham criado e que a mantinham e controlavam. [...] A meta era reprimir e subjugar, manter um nível aceitável de ordem e tranquilidade que possibilitasse o funcionamento da cidade no interesse da classe que elaborou as regras e criou a polícia para fazê-las cumprir⁴⁹.

⁴⁶ Idem. Ibidem, pp. 48-49.

⁴⁷ Apostila de História da PMERJ. Disponível em:

<http://dc252.4shared.com/doc/CqUy5YaF/preview.html>. Acessada em 25/02/13

⁴⁸ HOLLOWAY. op.cit., p.50.

⁴⁹ Idem, Ibidem.

O comportamento agressivo era uma exigência institucional contra os negros libertos, os pobres e principalmente para com os escravos existentes no Brasil. Só as pessoas brancas eram poupadas das penas severas utilizadas para punir os demais marginalizados. Na maioria das vezes as leis eram feitas sob medida para os negros, como no caso das prisões por fuga e pela prática da capoeira. Holloway afirma que até mesmo um edital de polícia foi publicado onde se dizia que se algum escravo fosse encontrado portando uma faca, canivete ou qualquer instrumento que pudesse ferir ou matar, receberia 300 açoites e seria condenado a três meses de trabalho forçado, mesmo não tendo cometido crime, bastando estar de porte de algum desses instrumento. Isto era, “[...] uma medida draconiana que privava os escravos dos instrumentos de agressão e autodefesa.”⁵⁰ Verifica-se que a relação entre a polícia e a sociedade foi forjada em cima de valores que inferiorizavam e tornavam culpados todos que não pertenciam às classes dominantes e que não eram brancos. A Guarda Real ,portanto, ocupava a maior parte do seu tempo tentando colocar os escravos na linha traçada pela elite, como apontou Holloway. Mesmo tendo se passado dois séculos de existência da instituição Polícia Militar, a impressão que se tem é que tal instituição ainda é regida pelos mesmos valores que a construíram, já que é muito comum se ver nos noticiários que um jovem negro foi espancado ou humilhado por um policial em serviço, mesmo que ele não tenha cometido nenhum delito, ou ainda que um morador de comunidade carente teve sua casa invadida e sua intimidade devassada pelo operador da lei que agia em nome do Estado. Desta forma, verifica-se que “[...] o papel inicial da polícia como agente disciplinador voltado contra os escravos deixou um legado persistente de técnicas policiais e atitudes mutuamente hostis entre a polícia e os setores da sociedade que sentiam a sua ação.”⁵¹

2.3- As Mudanças políticas de 1831 e a criação da Guarda Nacional

Com a abdicação de Dom Pedro I, em 1831, o Brasil viveu um período de efervescência política. Nesse momento, a Assembleia Geral aprovou a lei que determinava o fim da Guarda Real de Polícia, devido à sua insubordinação coletiva. Implantou-se no Brasil uma monarquia constitucional e representativa, porém o tema da escravidão foi ignorado. Nesse período de crise,

⁵⁰ Idem. Ibidem, p. 55.

⁵¹ Idem. Ibidem, p. 257

nasceram várias instituições políticas, dentre elas a Guarda Nacional, ou seja, uma nova força policial militarizada subordinada ao Ministro da Justiça, que segundo Holloway, serviu de modelo para o sistema policial durante o resto do Império. A Guarda Municipal, como também era chamada, foi uma organização nacional, que formava unidades por todo o país. Era constituída por um destacamento de civis em regime de meio expediente não remunerado, organizado pelo Estado, onde a exigência de renda era um dos requisitos para compor seus quadros. Deste modo, o autor afirma que essa foi a melhor maneira de aglutinar pessoas interessadas em aumentar a repressão. “Para integrar a guarda municipal, não bastava querer ajudar no combate à desordem. Era preciso pertencer a um segmento superior definido especificamente na hierarquia econômica⁵²” Holloway também nos chama a atenção para os vários embates entre os membros da guarda e a população marginalizada, principalmente os escravos, pois para o autor essas batalhas de rua eram a forma mais evidente da demonstração de ressentimento entre a elite e as classes “inferiores”. Cabia a Guarda Nacional:

Além do dever genérico de defender a constituição e a liberdade, a independência e a integridade da nação, a guarda ajudaria o Exército na defesa das fronteiras da nação. Como força policial interna, a Guarda Nacional deveria ‘prestar obediência à lei e preservar ou reestabelecer a ordem e a tranquilidade pública. [...]. Cabia-lhe ser instrumento e não agente da autoridade ficando formalmente subordinada ao ministro civil da justiça em nível nacional [...].⁵³

A exigência de renda que se fazia para ser integrante da Guarda Municipal era a mesma que se pedia para o exercício do voto, logo os homens que atendiam a esses pré-requisitos eram obrigados a se tornar um membro da Guarda Nacional. Enquanto isso, o restante da população urbana sem renda monetária suficiente para o alistamento obrigatório na Guarda Nacional iam compor as fileiras do Exército que, segundo Carvalho, era uma experiência negativa, já que “[...] o caráter violento do recrutamento, o serviço prolongado, a vida dura do quartel, de que fazia parte o castigo físico, tornava o serviço militar- em outros países, símbolo do dever cívico - um tormento do qual todos procuravam fugir⁵⁴. Desta forma, o serviço na Guarda Nacional tinha

⁵² Idem. Ibidem, p. 86

⁵³ Idem. Ibidem, p. 88

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2001, p.37.

como objetivo aumentar a responsabilidade pela defesa da propriedade e da ordem mantendo o *status quo*.

Segundo Holloway esse modelo de organização de civis “voluntários” se mostrou inadequado para atender a demanda da cidade, pois a Guarda Nacional não conseguia manter sobre controle as classes ditas inferiores. Além disso, seus membros achavam o serviço rotineiro não remunerado um entrave a seus interesses particulares, já que as rondas ocupavam grande parte do tempo. Somavam-se a esses fatores a falta de treinamento, disciplina e interesse para servir como força policial permanente.

2.4- A Criação da Polícia Militar e a admissão das classes populares

A criação de uma força profissional, militarizada e permanente inaugurou um novo momento no que tange à participação das ditas camadas inferiores da sociedade, uma vez que, antes a segurança pública era feita e executada pela elite que tinha o maior interesse em estabelecer a ordem e a civilidade. Assim, o Ministro da Justiça, Feijó, propôs que os cidadãos confiassem seu patrimônio e a sua segurança pessoal a uma corporação profissional, bem paga e bem selecionada. Em 10 de outubro de 1831, foi aprovada a criação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes que em 1866, passou a chamar-se Corpo Militar de Polícia da Corte. O nome Polícia Militar só foi adotado em 1920 e permanece até hoje.

A nova corporação seria subordinada ao Ministro Civil da Justiça. Segundo Holloway a inclusão das camadas populares livres nas fileiras da Polícia Militar só foi possível porque o salário oferecido para o trabalho era muito baixo, e não conferia nenhum status aos seus membros, não despertando o interesse da elite. Assim:

Os soldados da Polícia Militar provinham, desde o início, das classes inferiores desempregadas da população não - escrava da cidade - homens que superavam qualquer possível repugnância pelo serviço militar e que estavam dispostos a submeter-se à rígida disciplina militar em troca do baixo salário [...]⁵⁵.

⁵⁵ Holloway, op. cit., p. 96.

Outro ponto que fez com que a nova corporação se tornasse um atrativo para as classes populares era o fato dos seus soldados não estarem sujeitos aos castigos corporais -somente os escravos e os soldados comuns da Marinha e do Exército eram açoitados como forma de punição- a disciplina e as severas penas de prisão eram as formas de punir os infratores. Assim:

Compete às patrulhas manter sob controle a multidão nos eventos públicos autorizados e prender todos os envolvidos em motins e agitações e que cometessem atos ofensivos à moral pública ou portassem armas. Os patrulheiros tinham a permissão para revistar qualquer pessoa suspeita em busca de armas e entrar nas residências particulares durante o dia para efetuar prisões. À noite, só podiam entrar nas casas quando seus moradores pedissem ajuda.⁵⁶

Além disso, uma instrução de novembro de 1831 dizia que as patrulhas da Polícia Militar: “Cumpririam ‘como seu dever sem exceção de pessoa alguma’, sendo ‘com todos prudentes, circunspectos, guardando aquela civilidade e respeito devido aos direitos do cidadão’”.⁵⁷ Observam-se algumas mudanças no *modus operandi* da nova corporação, pois mesmo estando autorizada a usar a força necessária para fazer cumprir a lei, ela agora deveria respeitar o direito do cidadão. O Código Criminal foi o início para regulamentar e sistematizar a ação da polícia, não sendo mais usado o método do Major Vidigal, onde o mesmo decidia o que era certo ou errado, julgava e aplicava a pena que julgasse conveniente. Porém, a admissão de pessoas oriundas das classes “inferiores” não trouxe mudanças significativas no tratamento dispensado aos escravos libertos e aos pobres.

Como representante do estado e do aparelho de repressão e coerção, numa cidade de maioria escrava e de libertos pobres, os soldados da polícia eram desacreditados pela elite, que tinha dúvidas a respeito de sua atuação. Ela (a elite) questionava como uma corporação composta por populares, que não tinha nada para defender, iria combater em prol dos interesses da classe “superior”, caso surgisse uma guerra social. As camadas inferiores da sociedade “[...] eram ao mesmo tempo alvo da repressão e viveiro dos praças das tropas de polícia.”⁵⁸ A solução encontrada para manter os soldados sob o controle de seus líderes, e fazer com que eles

⁵⁶ Idem. Ibidem, pp. 93-94.

⁵⁷ Idem. Ibidem, p.94.

⁵⁸ Idem. Ibidem, p. 97.

cumprissem o que lhes fora designado, era através da disciplina militar, já que a mesma era uma força de reserva do Exército utilizada para segurança interna. Assim a militarização da Polícia do Rio de Janeiro foi uma resposta ao trato com as classes populares. Holloway nos diz que o fato da polícia ser o principal instrumento de força usado pelo Estado na luta para manter a ordem social através do uso da repressão e da coerção, transformou a relação entre a polícia e a sociedade em uma repulsão mútua que persistiu ao longo dos tempos. A hostilidade entre população e polícia foi ficando cada vez mais afinada, e essa postura foi reforçada quando a instituição passou a ser comandada por Duque de Caxias. Ele “[...] começou a construir uma tradição de corporativismo que separou da sociedade civil e lhe inculcou a mentalidade do nós versus eles, em relação não apenas a instituições rivais [...], mas também à sociedade em geral⁵⁹”. Assim, Holloway afirma que nas duas últimas décadas do Império a polícia do Rio continuou com a missão de patrulhar as ruas e manter a ordem, com práticas cada vez mais especializadas, fazendo com que a antipatia, o antagonismo e a violência recíproca entre a polícia e a população continuassem profundamente enraizados e constituíssem a regra. Como representante direta dos interesses da elite em detrimento dos demais a polícia cresceu acostumada a maltratar os escravos. Com a redução da população escrava, o tratamento dispensado aos mesmos passou a ser direcionado às classes livres não escravas. Assim, a polícia do Rio entrou na era da República exercendo práticas que foram criadas para atender às necessidades do Brasil colônia como método para manter a ordem social dentro dos limites estabelecidos pela elite.

⁵⁹ Idem. Ibidem, p. 146.

Capítulo III- O nascimento da Tropa de Elite.

3.1- O mito de origem.

O Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro foi criado em 19 janeiro de 1978, mas somente em 1991 passou a ser chamado pelo nome atual. O BOPE, diferentemente das outras unidades da PMRJ não tem como missão o policiamento ostensivo rotineiro, mas sim atuar em situações críticas, e para isso os integrantes deste batalhão recebem um treinamento técnico, tático e psicológico diferenciado para enfrentar situações atípicas do cotidiano da Segurança Pública. O BOPE como se vê hoje nasceu, segundo consta em sua historiografia, a partir da incapacidade e despreparo da Polícia Militar do Rio de Janeiro diante de situações de crise. Em 1974, durante a rebelião do Presídio Evaristo de Moraes, também conhecido como Galpão da Quinta da Boa Vista, onde vários funcionários, policiais militares e até o diretor do presídio foram feitos reféns pelos presos, ficou evidente a necessidade de preparo específico para agir em situações também específicas. Na ocasião, o Grupo de Operações Especiais (Goesp) foi acionado para solucionar o problema, entretanto o comandante do grupo, o Capitão Amêndola, não recomendou a invasão. Um outro grupo da PM, ordenou e como tinha sido previsto a invasão foi desastrosa, culminando com a morte de todos os rebelados e de todos os reféns. A partir dessa experiência catastrófica o Capitão do GOESP se dedicou durante dois anos a estudar as ocorrências com reféns em outros países, bem como os grupos policiais que agiam nestas ocasiões. A partir desse estudo, elaborou um projeto com a proposta de criação de um grupo altamente treinado para atuar em situações extremas de crise, assim no Boletim da PM nº 14 de 19 de janeiro de 1978, foi criado o Núcleo da Companhia de Operações Especiais- NUCOE. O novo núcleo tinha como princípios fundadores um processo de seleção bem como um treinamento muito rígido, e com base neste princípio foi inaugurado o I Curso de Operações Especiais – COESP. Observa-se que o novo núcleo foi criado num contexto onde o “subversivo” político era o grande inimigo da polícia militar e os “crimes comuns” não recebiam a mesma atenção e empenho por parte da corporação.

3.2- A mística do BOPE.

Os princípios do novo núcleo de Operações Especiais NUCOE, corroboravam diretamente o autoritarismo e a violência que predominavam durante os anos de chumbo da ditadura militar. Estes ideais são evidenciados na canção composta pelo Capitão Amêndola, (que é apontado pelo projeto “Brasil nunca mais” coordenado pela arquidiocese de São Paulo, como membro dos órgãos de repressão que torturavam presos políticos durante a ditadura militar), para ser entoada pelos alunos da primeira turma do Curso de Operações Especiais. Música que desde a fundação até os dias de hoje é entoada diariamente pelos integrantes da unidade, e pode ser ouvida por qualquer pessoa no site oficial da unidade⁶⁰. A letra da canção evidencia a filosofia na qual se fundamenta os valores do Batalhão de Operações Policiais Especiais, sendo esse conjunto de valores socialmente atribuído ao masculino, tais como: combate, guerra, heroísmo, equilíbrio emocional, lealdade, destemor, morte e vitória, são esses, dentre outros, os elementos que constituem a identidade do homem que pertence ao BOPE, ou seja, valores que são socialmente atribuídos aos homens. Segundo Nolasco, um homem não escolhe o que quer ser, isto já foi feito socialmente, e a ele resta senão conformar-se e endossar quase sob a forma de uma crença, o que compreende pelo significado de ser homem.⁶¹ Além disso, essa permanência dos valores autoritários e antidemocráticos, evidenciam o caráter permanente da violência e do combate ao “inimigo interno”, que ainda resiste no *ethos* da cultura institucional da polícia militar.

Como as instituições militares são um lócus do masculino, os valores veiculados nessa esfera estão todos pautados no machismo, e segundo Marina Castañeda machismo pode ser definido como:

[...] conjunto de crenças, atitudes e condutas que repousam sobre duas ideias básicas: por um lado, a polarização dos sexos, isto é, uma contraposição do masculino e do feminino segundo a qual são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes; por outro, a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes.⁶²

⁶⁰ Site oficial do BOPE: <http://www.bopeoficial.com/valores/cancao/>, acessado em 22/01/2013

⁶¹ NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p.104.

⁶² CASTAÑEDA, Marina. *O machismo invisível*. São Paulo: A Girafa Editora, 2006, p. 16.

Assim sendo, a autora nos diz que o machismo não é um atributo pessoal inato dos homens, ele está pautado em fatores sociais, econômicos e culturais, e como em toda relação de poder, cria papéis e personagens que parecem naturais. Papéis exclusivos para homens e mulheres. Essa segregação, segundo Castañeda, caracteriza as pessoas como aptas ou não em algumas áreas e ocupações e até mesmo define que sentimentos são próprios de cada gênero e de acordo com essa perspectiva define carreiras apropriadas às mulheres e exclusivas para homens. Castañeda nos diz que o machismo:

[...] constitui toda uma constelação de valores e padrões de comportamento que afeta todas as relações interpessoais, o amor, o sexo, a amizade e o trabalho, o tempo livre e a política [...]. Esse conjunto inclui a pretensão de domínio sobre os demais, particularmente as mulheres, a rivalidade entre os homens, a busca de múltiplas conquistas sexuais; a necessidade constante de exibir certos traços supostamente viris, como a coragem e a indiferença à dor, e um desprezo mais ou menos aberto por valores considerados femininos.⁶³

Assim podemos verificar que o machismo não se manifesta só através da violência física, ou seja, de uma forma declarada, mais também pode se manifestar de forma sutil e silenciosa, ou como prefere Castañeda de forma invisível, através das relações de desigualdade e subordinação, onde os homens se acham superiores às mulheres. Segundo a autora, não existe uma única forma de masculinidade e esta, não responde a um imperativo biológico, por isso, as expressões e maneiras de ser homem vão variar, pois não se nasce homem, mas se torna, portanto se aprende culturalmente, assim como o machismo. Assim sendo, as canções do BOPE estão envoltas nesse conjunto simbólico de valores machistas. Como pode ser constatado na letra das canções abaixo:

Lealdade, destemor, e integridade serão os primeiros lemas,
Desta equipe sempre pronta a combater toda a criminalidade,
A qualquer hora, a qualquer preço.
Idealismo como marca de vitória.
Com extrema energia combatemos todos os nossos inimigos,
Criminosos declarados e, em igualdade, derrotamos os omissos.

⁶³Idem. Ibidem, p. 16.

Guerra sem trégua, heróis anônimos,
Operações especiais!
E o Batalhão, coeso e unido,
Não recua ante adversidades.
Vitória sobre a morte é a nossa gloria prometida.
Hurra!

(Canção do BOPE- Letra: Paulo César Amendola de Souza- 1978)

Além da canção de operações especiais, os integrantes do BOPE também contam em seu rol de canções com uma música que eles chamam de canto de guerra. Segundo relatos de alguns integrantes, houve uma proibição pelo comandante da Unidade de cantar a referida música durante as corridas matinais, no entorno do batalhão. Essa proibição se deu devido as reclamação dos vizinhos que diariamente às 8h da manhã ouviam o “canto de guerra” sendo entoado pela tropa. Nessa música, os valores constituintes dos tempos de repressão e autoritarismo sob, as quais as bases do batalhão foram construídas, ficam mais evidentes. A guerra declarada ao “inimigo interno” fica explicito, bem como a desumanização dos integrantes da corporação, que exaltam a humilhação e o desrespeito aos direitos humanos quando dizem que sua “missão é deixar corpos no chão”. Desta forma, os integrantes naturalizam a violência e a brutalidade e promovem um verdadeiro atentado a cidadania e aos direitos humanos.

Homem de preto qual é sua missão?	Sou aquele que combatente,
É invadir favela e deixar corpo no chão.	Que tem o rosto mascarado;
Você sabe quem sou eu?	Uma tarja negra e amarela,
Sou o maldito cão de guerra.	Que ostento em meus braços
Sou treinado pra matar.	Me faz ser incomum:
Mesmo que custe minha vida,	Um mensageiro da morte.
A missão será cumprida,	Posso provar que sou um forte,
Seja ela a onde for	Isso se você viver.
Espalhando a violência, a morte e o terror.	Eu sou... herói da nação.
	Alegria, alegria,

Sinto no meu coração,
Pois já raiou um novo dia,
Já vou cumprir minha missão.
Vou me infiltrar numa favela
Com meu fuzil na mão,
Vou combater o inimigo,
Provocar destruição.
Se perguntar de onde venho
E qual é minha missão:
Trago a morte e o desespero
E a total destruição.
Sangue frio em minhas veias,

Congelou meu coração,
Nós não temos sentimentos,
Nem tão pouco compaixão
Nós amamos os cursados
E odiamos os pés-de-cão.
Comandos, comandos,
O que mais vocês são?
Somos apenas malditos cães de guerra,
Somos apenas cães de guerra.
(autor desconhecido)

Além das canções, do símbolo da caveira, o BOPE tem também como princípio seus onze mandamentos que ficam expostos em uma coluna do rol de entrada do batalhão (figura 2).

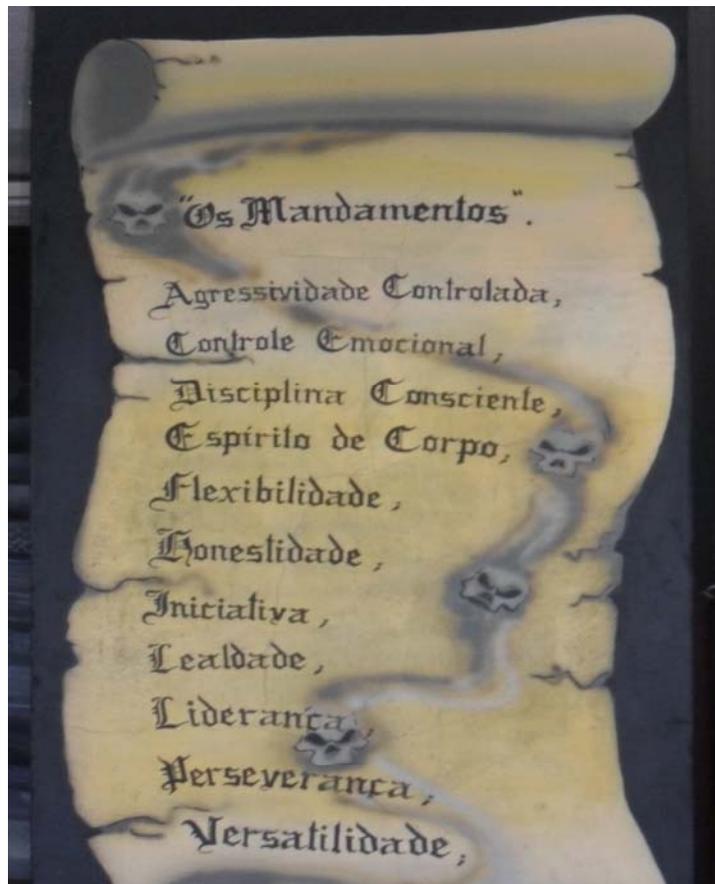


Foto: Renata Souza. 2/02/2012. Figura pintada em uma das pilastras do rol de entrada do batalhão.

Observa-se assim, uma constante preocupação com a manutenção da internalização e da naturalização dos valores, papéis, normas e regras a serem desempenhados “automaticamente” pelos integrantes do batalhão. Em todos os ambientes da unidade, a cor preta e os desenhos de caveira predominam, não deixando o indivíduo esquecer em momento algum que ele faz parte da instituição. Desta forma, a socialização dos valores da instituição são considerados centrais na construção do homem de preto, e tem por objetivo adestrá-lo e tornar suas ações automáticas. Contudo:

O êxito do BOPE não se sustenta apenas na apurada técnica ou na qualidade dos equipamentos, mas sobretudo nos princípios e valores centrais que orientam as ações coletivas ao longo dos anos. São os valores praticados desde sua criação que construíram sua identidade e são transferidos aos policiais a cada novo curso, forjando suas atitudes e ações sem que haja necessidade de comando direto, seja qual for a missão.⁶⁴

Além disso, a máxima “missão dada é missão cumprida”, está estampada na parede do espaço destinado ao *briefing* das equipes de serviço – lugar onde os policiais se reúnem para passar as coordenadas/instruções antes de saírem para executar uma ocorrência- nos remete a ideia do “super-homem” que é invencível e do modelo androcêntrico cultivado em nossa sociedade, ou seja, da infalibilidade masculina, onde a “disciplinarização do sentir e do condicionamento a comportamentos estereotipados viris e agressivos” são pré-requisitos sociais para compor o rol de predicados que formam os homens de verdade. Já que a construção social do masculino está assentada sob um conjunto de manobras agressivas e de uma representação de qualidades extraordinárias, que, segundo Sócrates Nolasco, é o que constitui o modelo de referência para a formatação do masculino legitimado na sociedade brasileira.

3. 3- O clã da caveira.

⁶⁴ Trecho tirado do site oficial do BOPE da parte “valores”: <http://www.bopeoficial.com/valores/>. Acessado em 22/01/2013

Segundo Durkheim, denomina-se clã um determinado grupo de indivíduos que se mantém unidos e se consideram uma família -não no sentido do parentesco consanguíneo- mas de uma união de natureza especial, ou seja, se consideram uma família pelo simples fato de se autodenominar, e por ser designado coletivamente com um mesmo nome. Além disso, os membros de um clã reconhecem obrigações e deveres mútuos idênticos aos que se esperam dos parentes consanguíneos tais como assistência, obrigação, lealdade, luto, o não casamento entre os membros do grupo, dentre outras. Para o autor, o que vai tornar o clã uma estrutura singular é o fato dos indivíduos estabelecerem uma relação de pertencimento muito forte com a coisa/objeto que dá nome ao grupo, uma afinidade muito peculiar. Ou seja, a coisa que serve para classificar coletivamente o clã é o que Durkheim chama de totem. Deste modo, verifica-se que é o totem que vai definir a estrutura de cada clã, e no caso do estudo em tela, o totem que é o símbolo de integração coletiva e que dá nome aos indivíduos do grupo é a caveira, que é também o símbolo máximo do Batalhão de Operações Policiais Especiais BOPE. “O clã nomeia-se, então, não segundo uma coisa ou uma espécie de coisas reais, mas segundo um ser puramente mítico.”⁶⁵

O símbolo maior que caracteriza Batalhão de Operações Policiais Especiais- BOPE, é a figura da caveira. Segundo o site oficial do batalhão:

A faca simboliza o caráter de quem faz da ousadia sua conduta. Representa também o sigilo das missões. É o mais perfeito instrumento de combate que o homem já desenvolveu. Basta observar que a forma básica da faca não foi alterada em milênios. O crânio simboliza a inteligência e o conhecimento, mas também a morte. A faca nele cravado é o símbolo da superação humana.⁶⁶

⁶⁵ DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.99.

⁶⁶ Trecho retirado do site oficial do BOPE da parte “Símbolo”:
<http://www.bopeoficial.com/valores/simbolo/>. Acessado em 22/01/2013



Foto: Renata Souza. 2/2/2012. Figura pintada na parede do salão cerimonial do BOPE.

Durkheim nos lembra que o totem não é apenas um nome, é também um emblema um verdadeiro brasão heráldico, ou seja, é o que identifica e define um grupo e seus membros. A Polícia Militar se divide em várias unidades, onde cada uma tem seu hino, seu uniforme e seu brasão, ou seja, cada unidade tem seu conjunto simbólico que vai demarcar a qual unidade um indivíduo pertence. “O totem, (...) é na verdade um desenho que corresponde aos emblemas heráldicos das nações civilizadas e que cada pessoa é autorizada a portar como prova da identidade da família à qual pertence.⁶⁷” O autor diz que os nobres da época feudal, gravavam seus brasões nos muros de seus castelos, e que os índios levavam na cabeça um capacete que representava seus respectivos totens. Desse modo, Durkheim nos aponta que a partir dessa relação é possível verificar o quanto o totem era importante na vida dessas sociedades, porém essa importância não era só representada nos objetos, ou seja, nas coisas exteriores ao homem, elas também eram encontradas impressas no corpo dos indivíduos do grupo. Assim, trazendo essa análise para o “clã da caveira” encontramos a mesma relação de pertencimento, importância e culto, que as sociedades antigas e as primitivas, tinham com seus totens. Pode-se perceber também em algumas instituições da era moderna essa importância e valorização, pois em toda parte do BOPE encontramos a caveira ornamentando os vários ambientes da unidade, bem como

⁶⁷ Idem. Ibidem, p. 107.

suas viaturas, uniformes, armas e até mesmo a pele dos seus integrantes, já que é muito comum um concluinte do COESP tatuar a caveira em seu corpo. Assim, observa Durkheim:

[...] as imagens totêmicas não são apenas reproduzidas nas paredes das casas, em canoas, nas armas, nos instrumentos e nos túmulos; encontramos-las também no corpo dos homens. Estes não colocam seu brasão apenas nos objetos que possuem, carregam-no em sua pessoa; ele está impresso na carne, faz parte deles mesmos (...).⁶⁸

3. 4 – Os Cursos Especiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais: CAT e COEsp.

No Brasil, a criação das forças especiais data do tempo da colônia, no século XVII, quando da invasão dos Holandeses. Segundo Castro, o modelo de forças especiais que vigora na atualidade é resultante do primeiro Curso de Operações Especiais, ocorrido em 1957, que é considerado o precursor dos grupamentos brasileiros, e o embrião dos cursos de Ações de Comando, Forças Especiais e Operações na Selva. A partir da década de 1970, o Exército Brasileiro na figura do destacamento de Forças Especiais (DFEsp) passou a ministrar periodicamente o Estágio de Ações de Comandos, com duração de três semanas, tendo como público alvo policiais civis e militares do estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Castro nos diz que o estágio também conhecido como “comandinho”, foi o curso que deu origem ao atual Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE-RJ) e da Coordenadoria de recursos Especiais (CORE/PCRJ). Inicialmente o curso era ministrado exclusivamente para sargentos e oficiais e somente em 1983 com a criação do 1º Batalhão de Forças Especiais foi admitido a presença de cabos e soldados nas Forças Especiais Brasileiras.

O Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), é uma Unidade Especial sem circunscrição territorializada, e sua atuação não tem limites geográficos dentro do Estado, sendo utilizada em qualquer parte do mesmo, ao contrário, das unidades convencionais que se dividem em três comandos territorialmente definidos e fixos de policiamento: da capital, baixada e interior. O BOPE “é uma força de intervenção da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), responsável por atuar em situações críticas, sendo a reserva tática de pronto emprego

⁶⁸Idem. Ibidem, p. 110.

da corporação. Seu efetivo é voluntário [...]”⁶⁹ Para fazer parte da instituição é necessário ser policial Militar do Estado do Rio de Janeiro e concluir um dos cursos oferecidos pela unidade: o Curso de Ações Táticas (CAT) ou o Curso de Operações Especiais (CoEsp). Onde:

O objetivo desse minucioso processo seletivo é identificar, nos policiais voluntários, aqueles que possuem as competências para pertencer à unidade. Não basta ter bom preparo físico, boa técnica e bom caráter. É necessário ter espírito de combatente: coragem, equilíbrio emocional, constância e força de vontade.⁷⁰

O Curso de Ações Táticas (CAT) tem duração de seis semanas e sua carga horária é de tempo integral, a execução do curso fica a cargo da Seção de Instrução Especializada (SIEsp) do BOPE. O mesmo é realizado nas instalações do Batalhão e é considerado um resumo do Curso de Operações Especiais (COEsp). Seus participantes muitas vezes são rejeitados pelos concluintes do COEsp como “fracos” porque não tiveram coragem de enfrentar as 17 semanas de treinamento duro. Os “Caveiras”⁷¹ logo se consideram superiores aos “Catianos”⁷². O CAT tem como público alvo cabos e soldados da Polícia Militar com no mínimo dois anos de serviços prestados à corporação. São pré-requisitos para inscrição no CAT: 1) não estar respondendo a procedimento administrativo disciplinar, penal militar ou penal; 2) ter comportamento “Bom”, 3) estar desimpedido de se inscrever em razão de interstício de outros cursos realizados; 4) receber parecer favorável do seu comandante, chefe ou diretor.

O Curso de Operações Especiais (COEsp) assim como o CAT ficam a cargo da Seção de Instrução Especializada (SIEsp) do BOPE. Ele é ministrado na sede da unidade e em bases de instrução destacadas por todo território nacional. O curso é voltado para três categorias distintas de policiais militares. O COEsp categoria “A” se dirige a oficiais superiores, categoria que vai de major a tenente coronel, que segundo Storani nunca foi realizado. O COEsp, Categoria “B” que tem como público alvo os Oficiais intermediários, ou seja, do posto de capitão; oficiais subalternos, que compreende o posto de 1º e 2º tenente, e graduados que abrange o círculo

⁶⁹ Trecho tirado do site oficial do BOPE da parte “batalhão” : <http://www.bopeoficial.com/o-batalhao/batalhao/>, acessado em 19/01/ 2013

⁷⁰ Trecho retirado do site oficial do BOPE da parte “Seleção” : <http://www.bopeoficial.com/o-batalhao/selecao/>, acessado em 19/01/2013

⁷¹ Categoria nativa para identificar os concluintes do Curso de Operações Especiais (COEsp) já que a caveira, além de ser o símbolo da corporação, é também o símbolo dos concluintes desse curso.

⁷² Categoria nativa usada para identificar os concluintes do Curso de ações Táticas (CAT) que tem como símbolo um trovão/raio.

hierárquico dos 1º, 2º e 3º sargento. Que são treinados para comandar equipes de Operações Especiais, além disso:

As instruções no COEsp estão voltadas à especialização do policial militar, com a execução intensiva de sessões práticas e teóricas que proporcionem um perfeito conhecimento de um acentuado adestramento para o cumprimento de missões especiais atribuídas ao BOPE. O curso inclui toda a grade curricular do CAT, além de outras instruções específicas, como mergulho autônomo, vida na selva, montanhismo, paraquedismo, explosivos, combate policial em áreas de alto risco e outras⁷³.

A PMERJ também disponibiliza vagas, para instituições militares de outros Estados da Federação. Os pré-requisitos do COEsp são basicamente os mesmos exigidos no CAT, tais como: 1) não estar respondendo a procedimento administrativo disciplinar, penal militar ou penal; 2) no caso dos praças, estar no comportamento “Bom”, 3) estar desimpedido de se inscrever em razão de interstício de outros cursos realizados; 4) se oficial, estar no posto de 2º tenente, 1º tenente ou Capitão; 5) receber parecer favorável do seu comandante, chefe ou diretor. O processo seletivo do COEsp é composto de quatro etapas: exame médico; teste físico; teste psicológico; e pesquisa social.

3.5- O Batalhão de Operações Policiais Especiais hoje.

*Com o passar dos anos, percebeu-se que o BOPE não é a soma de talentos isolados, e sim um corpo. A excelência está no conjunto.*⁷⁴

Por ser um Batalhão de Operações Policiais Especiais, o BOPE têm como missão, ações não rotineiras de caráter Policial Militar, é uma força de intervenção responsável por atuar em situações críticas, tais como:

⁷³ Trecho retirado do site oficial do BOPE da parte “Seleção” : <http://www.bopeoficial.com/curso/coesp/>, acessado em 19/01/2013

⁷⁴ Trecho tirado do site oficial do BOPE da parte “Sub-unidades”: <http://www.bopeoficial.com/sub-unidades/eoe/> . acessado em 25/01/2013.

- 1 - Combate ao crime organizado, visando à captura ou neutralização de seus agentes;
- 2 - Captura de delinquentes, fortemente armados e entrincheirados;
- 3 - Resgate de pessoas mantidas reféns;
- 4 - Atuação nas rebeliões de presos e estabelecimentos prisionais e nas unidades concentradoras de presos;
- 5 - Apoio às atividades específicas de Defesa Civil;
- 6 - Apoio às Operações Policiais Militares em favelas em que quadrilhas organizadas estão posicionadas e fortemente armadas,
- 7 - Execução de Operações Especiais de Polícia, por longo período de tempo, em áreas urbanas ou rurais, em terrenos montanhosos ou pantanosos, em zonas ribeirinhas ou costeiras;
- 8 - Execução de Operações helitransportadas, em missões como: salvamento, localização de marginais entrincheirados em favelas, perseguições aéreas e similares;
- 9 - Apoio ao Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE) nas escoltas de presos de alta periculosidade;
- 10 - Execução de missões no Campo da Contra Guerrilha Urbana e/ou Rural.

O padrão hierárquico da polícia militar é baseado no modelo do Exército, e estabelece dois círculos⁷⁵ distintos -Oficiais e Praças- onde se dispõem os postos do oficialato e as graduações das praças. Mesmo o Bope sendo uma Unidade Especial segue a mesma distribuição hierárquica da polícia “convencional”. Atualmente o efetivo do BOPE é de 389⁷⁶ integrantes militares que estão divididos em 29 oficiais, categoria que vai de tenente a coronel, e 360 praças que compreende o universo de graduação de soldado a subtenente. Assim distribuídos, quadro 1 Oficiais e quadro 2 Praças:

⁷⁵ Segundo o Estatuto da Polícia Militar no Capítulo III Art. 13 - Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os policiais-militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.

⁷⁶ Fonte: Sessão administrativa BOPE. Novembro 2012.

Quadro 1: 1: Distribuição dos Oficiais do BOPE

	Postos (círculo dos Oficiais)	Quantidade	Funções
Superior	Tenente Coronel (Tem. Cel.)	02	Comando, liderança, direção e planejamento.
Superior	Major (Maj. PM)	09	Comando, liderança, direção e planejamento.
Intermediários	Capitão (Cap. PM)	15	Gerência e administração; elos de comunicação entre o comando e as praças.
Subalternos	Tenente (Tem. PM)	03	Gerência e administração; elos de comunicação entre o comando e as praças.

Fonte: Sessão de Administração do BOPE. Maio de 2012

Quadro 2: Distribuição das Praças

Graduação	Quantidade	Funções
Sub-Tenente (STEN. PM)	30	Execução das diretrizes administrativas e Operacionais. Instrução, adestramento e controle das praças. Participação direta nas atividades rotineiras e especiais de policiamento ostensivo
Sargento (1° SGT. PM)	08	Execução das diretrizes administrativas e Operacionais.

		Instrução, adestramento e controle das praças. Participação direta nas atividades rotineiras e especiais de policiamento ostensivo
Sargento (2° SGT. PM)	42	Execução das diretrizes administrativas e Operacionais. Instrução, adestramento e controle das praças. Participação direta nas atividades rotineiras e especiais de policiamento ostensivo.
Sargento (3° SGT. PM)	80	Execução das diretrizes administrativas e Operacionais. Instrução, adestramento e controle das praças. Participação direta nas atividades rotineiras e especiais de policiamento ostensivo.
Cabo (CBM. PM)	148	Execução direta das tarefas normais e especiais de policiamento ostensivo.
Soldado (SD. PM)	52	Execução direta das tarefas normais e especiais de policiamento ostensivo.

Fonte: Sessão de Administração do BOPE. Maio de 2012

Os postos e graduações também seguem uma hierarquia interna, pelo critério de antiguidade, onde segundo Musumeci e Muniz, “[...] estabelece precedência em diversos aspectos das relações corporativas – desde prioridade no quadro de promoções, até autoria principal em trabalhos coletivos realizados nos cursos de formação.”⁷⁷

O BOPE desde 2008 vem sendo empregado no Programa de Pacificação da Cidade do Rio de Janeiro, projeto elaborado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, que tem por objetivo recuperar territórios ocupados por traficantes e milicianos. Através das Unidades de

⁷⁷ MUSUMECI, Leonarda, MUNIZ, Jaqueline. As instituições de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, In: Projeto MARE-CAPES- Reforma do estado e proteção Social-subprojeto Segurança Pública. Rio de Janeiro, 2000, p.11.

Polícia Pacificadora (UPPs) o programa visa estreitar os laços entre a população e a polícia, ou seja, combater a criminalidade com a polícia de aproximação⁷⁸, onde se propõem, segundo Dias Neto, um estilo diferenciado de policiamento, cujo objetivo é uma maior interação entre policiais e cidadãos visando estabelecer uma relação de confiança e cooperação mútua. A pacificação é dividida em quatro fases, sendo a primeira de intervenção tática; a segunda de estabilização; a terceira de implantação da UPP e a quarta fase que é de avaliação e monitoramento. Dentro desse contexto, e devido à especificidade do BOPE coube à unidade as fases de intervenção tática e de estabilização.

O BOPE se divide em oito unidades. A Seção de Instrução Especializada (SIEsp), é considerada por eles como a mais importante já que é responsável por todos os cursos ministrados no batalhão, bem como estágios, intercâmbios e instruções. Depois, a Unidade de Intervenção Tática (UIT), que atua exclusivamente em ocorrências com reféns. Essa unidade é composta por três grupos distintos: negociadores e análise (GNA), atiradores de precisão (GAP) e resgate e retomada (GRR). Depois temos, a Equipe de Operações Especiais (EOE), que se subdivide em quatro companhias de operações policiais especiais, se revezando em expedientes de 24 horas de trabalho. São elas: alfa, bravo, charlie e delta. Unidade de Demolição, engenharia e transporte (UDET), também conhecida como equipe DEMO, essa unidade é responsável pela desobstrução dos acessos das comunidades para entrada das viaturas, já que operam maquinários pesados como retroescavadeira, caminhão munk, dentre outros. Seção de educação física (SEF), que é responsável pelo treinamento e acompanhamento físico dos policiais pertencentes ao batalhão. Seção de saúde (Ssaúde), responsável por acompanhar as equipes de serviço nas operações para pronto atendimento dos feridos durante as ocorrências, e desenvolve também ações preventivas dentro do batalhão. Além dessas seções o batalhão também conta com a Seção de Administrativa (SADM) e a Seção de Comunicação Social (SCOMSOC) que é responsável por todas as informações divulgadas na mídia sobre o batalhão. Assim sendo, podemos observar melhor a divisão do BOPE conforme o organograma, figura I:

⁷⁸ Sobre o assunto, *vide* DIAS NETO, Theodomiro. Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência Norte-Americana. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

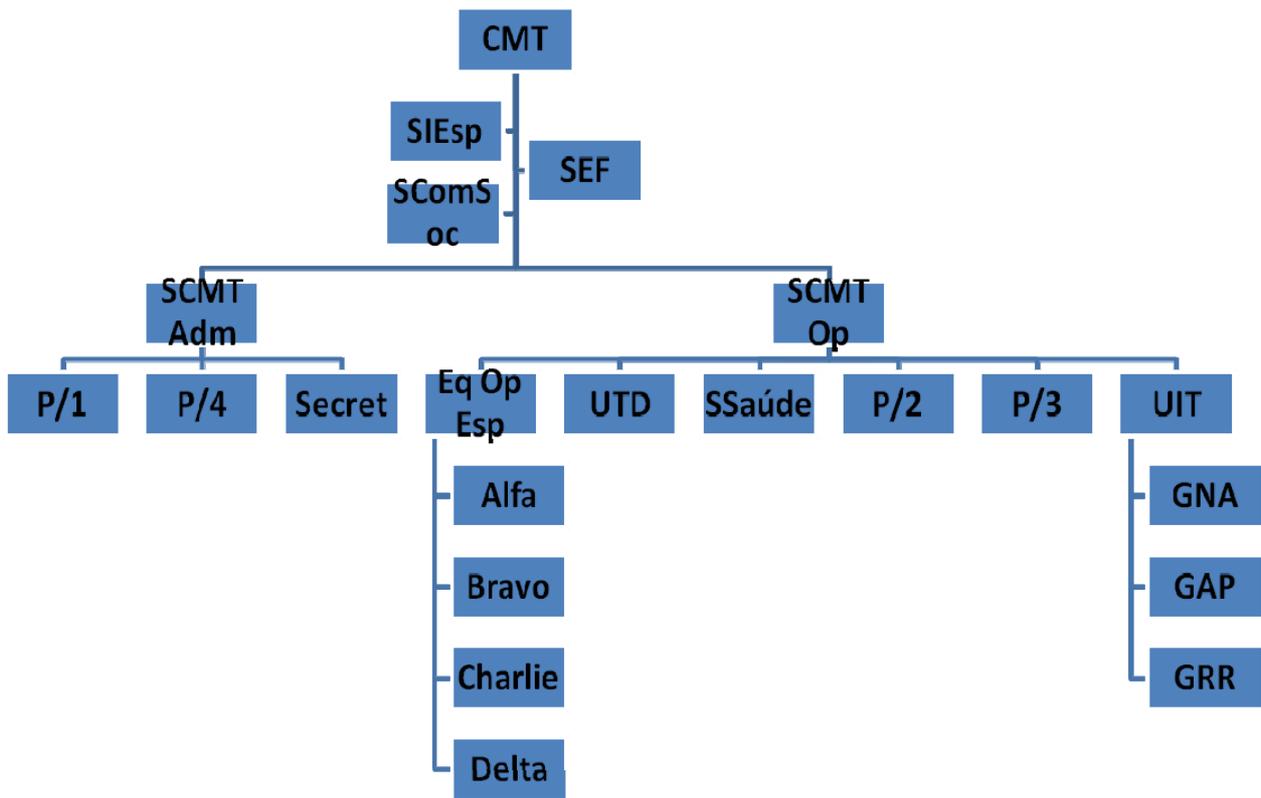


Figura I: Organograma do BOPE. Fonte: Seção de Comunicação Social (SCOMSOC) em 10/12/12.

Capítulo IV- As mulheres e o Militarismo

4.1- A participação feminina no *front* das guerras.

O primeiro contato feminino com o campo de batalha se deu nas forças armadas. Segundo Raymond Caire, Tácito em seu livro sobre o hábito dos germânicos narra que era comum que mulheres e crianças seguissem para guerra, além de acompanhar seus maridos, o autor nos diz, que as mulheres insuflavam o ânimo da tropa quando necessário. Pois os homens que iam para a guerra, temiam que suas famílias pudessem ser aprisionadas. Dessa forma as mulheres eram bem vindas e bem vistas pelo exército. Acreditava-se que existia algo de divino e profético nas palavras e conselhos das mulheres. Contudo, durante o antigo regime o autor relata que um conjunto de crenças gregas, romanas, francesas e cristãs inaugurou o mito da inferioridade feminina, que inviabilizou a presença das esposas que acompanhavam seus respectivos maridos na guerra, passando então a serem admitidas apenas nos “campos de repouso dos veteranos”. A partir deste momento as mulheres livres que acompanhavam o exército, passaram a ser perseguidas e detratadas, sendo toleradas somente porque eram consideradas como mero “repouso do guerreiro”. Contudo, Caire afirma que desde a Idade Média até o período do império as mulheres sempre seguiram os exércitos sendo elas esposas, enfermeiras, prostitutas ou mercadoras. Mesmo não combatendo nas trincheiras, elas exerciam diversas funções importantes e algumas até vitais para a manutenção e sobrevivência dos soldados e dos exércitos. Assim:

A história da França [...] publicada em 1970, assinala que desde 638, o costume entre os francos era de levar suas mulheres com o exército. Tratava-se, na maioria, de mulheres autorizadas. Era de grande importância protegê-las contra as ofensas. [...] Muitas dessas acompanhantes podiam fazer intervenções cirúrgicas, seriam as precursoras das médicas-cirurgiãs de hoje. Mais modestamente, elas serviam como enfermeiras acompanhavam seus esposos, ajudando a transportar o butim e pensando seus ferimentos⁷⁹.

Segundo Caire as mulheres não pegavam em armas, mas exerciam várias funções importantes em uma guerra, dentre elas a mais admirada era a de espiãs, uma vez, que as mesmas conseguiam informações sem despertar desconfianças. Além disso, o autor ressalta que

⁷⁹ CAIRE, Raymond. *A mulher militar: das origens aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002, p.18.

as mulheres foram muito bem-vindas quando se tornaram auxiliares dos combatentes, pois elas eram responsáveis pelo abastecimento dos soldados, levando água, óleo, gordura e até armadilhas disfarçadas para o terreno do inimigo sem levantar suspeitas. Simultaneamente ao aparecimento das auxiliares autorizadas e das esposas que acompanhavam o exército, surge outra categoria de mulher, que segundo Caire, recebeu diferentes qualificações/denominações conforme seu momento histórico, tais como: devassas, prostitutas, mulheres de vida airosa, mulheres de prazer e mulheres suspeitas. O florescimento de mulheres que comerciavam seus prazeres influenciou negativamente a permanência das esposas e das comerciantes que queriam apenas vender suas mercadorias. Dessa forma, “[...] a medida que as vivadeiras e as lavadeiras vão firmando tradição nos exércitos, a legislação passa a excluir todas as outras mulheres que não aquelas que exercem essas profissões.”⁸⁰ Foi, então, através da força da lei, que as mulheres conseguiram garantir sua permanência nos exércitos.

A convivência das vivadeiras e das lavadeiras com exército francês fez surgir a figura das voluntárias, mulheres que seguiam o exército para compor seu corpo de combatentes de forma voluntária. Em 23 de agosto de 1793, um decreto prescreveu a convocação de todos os franceses para o serviço no exército e delimitou um papel específico para as mulheres, tais como: montar as barracas, preparar as vestimentas e servir nos hospitais militares. Desse modo, Caire diz que as mulheres guerreiras podem ser divididas em duas categorias, que, ao nosso ver, ficaria mais bem explicada se classificada em um grupo puramente simbólico e outra um grupo prático e atuante. Uma vez que, de um lado estavam as chefes de exército, na maioria das vezes rainhas, princesas e do outro as mulheres-soldados que sempre disfarçadas de homens lutavam ombro a ombro com os soldados do sexo masculino. Segundo o autor, as mulheres-soldados receberam o nome de Amazonas, em referência a um dos maiores rios do mundo e devido ao episódio de resistência heroica das índias contra os Espanhóis nas margens de rio citado. Assim:

Na França as Amazonas “apareceram” com a revolução de 1789. Paris não conseguiu ter um batalhão feminino organizado, a despeito dos esforços de Théroigne de Méricourt. Esta recebeu, entretanto, o título de “General das Amazonas Revolucionárias” e se destacou na tomada da Bastilha e na marcha sobre as Tulherias, quando adestrou as mulheres de Paris⁸¹.

⁸⁰ Idem. Ibidem, p. 26.

⁸¹ Idem. Ibidem, p. 39

Além de Théroigne de Méricourt o autor também aponta Olympe de Gouges como uma das precursoras da atuação da mulher em busca da cidadania feminina, da equidade de trabalho e da participação política das mesmas, pois segundo Caire, Gouges foi a primeira mulher a ter a ideia de montar uma legião de Amazonas, além de ter sido famosa por sua atuação feminista onde dizia: “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso, logo também o tem para subir à tribuna”⁸². O autor nos mostra que as mulheres que tiveram grandes êxitos nos combates e nas guerras, foram condecoradas por sua atuação brilhante, porém estavam todas disfarçadas de homens. Caire, comenta o caso do cavaleiro Balthasar que foi indicado para porta-estandarte e depois promovido a subtenente, entretanto sua enfermeira tinha sido morta e fora substituída por outra, que quando cuidou de um ferimento em seu seio a denunciou a Luiz XIV. Por mais que tivessem avançado em conseguir autorização para acompanhar os exércitos, a guerra foi uma atividade exclusivamente masculina, cabendo às mulheres atuarem de forma secundária, sem poder combater de igual para igual ao lado dos homens. Ficava a cargo das mulheres apenas a manutenção dos serviços básicos, não tendo esses papéis um reconhecimento social.

O século XX foi marcado por dois grandes conflitos mundiais, e é em meio a esses acontecimentos que as mulheres conseguem demarcar sua presença de forma oficial e ter sua importância reconhecida no espaço público. As mesmas desenvolveram atividades que antes eram exclusivamente masculinas, atuando diretamente no *front* de batalha ou nas fábricas onde a ausência masculina forçou a entrada massiva das mulheres. Assim Michelle Perrot nos diz que:

Em tempos de guerra, os homens estão na frente de batalha, as mulheres na retaguarda. Fazem tarefas masculinas e, com isso, invadem espaços que antes não ocupavam. Durante a grande guerra, elas dirigem bondes autotáxi entram nas usinas metalúrgicas onde, principalmente na Inglaterra, elas pouco trabalhavam, moldam obuses, ajustam peças, manejam o maçarico, às vezes com alegria⁸³.

Além disso, Fabiano Lopes nos diz que:

⁸² CAIRE, op. cit., p.35

⁸³ PERROT, Michelle, Mulheres públicas. São Paulo: Unesp, 1998, p.93.

[...] o século XX vai presenciar a retomada da utilização do potencial humano feminino. O exército americano, por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial, somava 140 mil mulheres⁸⁴.

Mesmo as guerras não sendo um instrumento de emancipação feminina, como aponta Michelle Perrot, podem ser vistas como um embrião da inserção da mulher na vida pública. A autora lembra o caráter conservador das guerras, pois quando se findam, colocam cada sexo em seu lugar reiterando seus papéis tradicionais de gênero. Entretanto as mulheres não voltaram para seus lares sem uma consciência crítica sobre sua posição social. É a partir dessas primeiras experiências públicas que as mulheres começam a reivindicar uma identidade profissional. Dessa forma:

[...] elas exerciam em público as qualidades maternais das mulheres. Mas foram mais adiante, forneceram ao feminismo uma parte de seus quadros e de suas tropas e se alçaram, com a guerra, à condição de “intelectuais”, qualidade tão raramente reconhecida nas mulheres. As escolas normais foram as primeiras Universidades das mulheres⁸⁵.

Podemos verificar que tanto Caire quanto Michelle Perrot, concordam que as guerras não foram um elemento emancipatório, porém, foram o início necessário para que as mulheres consolidassem sua posição e mostrassem que eram capazes de desempenhar com total desenvoltura toda e qualquer atividade até então negada às mesmas. Romperam assim, com o determinismo biológico e de gênero que era vigente no período, que condenavam as mulheres a gestar, parir e amamentar seus filhos no exílio de seus lares. Assim Caire nos aponta que:

Com efeito, pela primeira vez, no seio de formações organizadas, foram ofertadas posições civis e militares às mulheres, em paralelo com as benemerentes que continuaram sendo exercidas. [...] a Primeira Guerra Mundial viu surgir os primeiros corpos femininos militarizados. Mesmo que muitos deles fossem compostos de auxiliares e fossem desativados ao fim do conflito, o impulso inicial fora dado. Não apenas elas renasceriam em 1939, como também novos corpos femininos seriam criados à sua imagem⁸⁶.

⁸⁴ LOPES, Fabiano Luis Bueno. *Mulheres guerreiras: o serviço militar feminino nas forças armadas israelenses*. Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de História da Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2003, p. 9.

⁸⁵ PERROT, op. cit., p. 108

⁸⁶ CAIRE, op. cit., p.59.

De acordo com Patrícia Mariuzzo, no Brasil, o Exército foi a última das Forças Armadas a admitir mulheres em seus quadros. Quando de sua admissão, as mulheres integravam os quadros complementares e de apoio administrativo, em seguida foram incorporadas aos quadros permanentes, porém não tinham acesso ao topo da carreira militar. Recorrendo aos estudos de Maria Celina de Araujo, Patrícia Mariuzzo nos diz que “[...] as mulheres desafiam o conceito tradicional de soldado profissional secularmente associado à valentia como atributo masculino⁸⁷.”

Várias foram as contribuições femininas nas guerras, porém a que mais se destacou foram os serviços de saúde. Caire aponta que foi na Inglaterra e nos Estados Unidos que apareceram as primeiras enfermeiras amparadas por um estatuto militar, países precursores dos corpos femininos militares, cujo modelo inspirou os da atualidade. Na França as enfermeiras religiosas tinham sido substituídas pelas civis nos hospitais militares. Apesar de ser uma organização militar, o corpo de enfermeiras não estava submetido a postos hierárquicos, e tinha o soldo⁸⁸ menor que o dos homens não tendo direito a pensão ou às vantagens dos veteranos combatentes. Situação que permaneceu até a Primeira Guerra Mundial, quando foi concedido o status de semelhante e direito à pensão, entretanto, o soldo permaneceu inferior aos seus homólogos.

Observa-se que as mulheres tiveram ampla participação nas Forças Armadas entrando a partir do corpo de saúde, onde consolidaram sua importância e permanência. Esse fato influenciou diretamente todas as instituições militares da atualidade, uma vez que, a participação feminina nos quadros militares se abriu primeiro a partir do corpo de saúde e depois se expandiu para outras áreas profissionais. Desse modo, qualquer rápida olhada no quantitativo das instituições militares contemporâneas, fazendo uma contagem por gênero e área de atuação, encontraremos maior número de mulheres nos quadros de saúde. Entretanto, Caire nos chama a atenção para o fato de que a participação feminina nas Forças Armadas, não se dá exclusivamente nos quadros de saúde, isso se deve principalmente a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, que em seu artigo 21, parágrafo 2º destaca que: “[...] todas as pessoas têm direito de acesso às condições de igualdade nas funções públicas de seu país”. Além

⁸⁷ MARIUZZO, Patrícia. *Mulheres nas forças Armadas desafiam o conceito de soldado*. In: Cienc. Cult. vol.60 n.4, São Paulo oct. 2008

⁸⁸ Segundo Mini Dicionário Aurélio: Remuneração de militar.

disso, as Nações Unidas, em 1953, adotaram uma convenção sobre os direitos políticos das mulheres e sua igualdade de acesso aos empregos, onde diz em seu artigo 3º: “[...] as mulheres terão direito de assumir cargos públicos e de exercer as funções públicas em pé de igualdade com os homens, sem discriminação alguma.” Dessa forma, garantindo por lei a atuação feminina em todos os postos de trabalho e criando a possibilidade de falar, no que Caire denomina de especialidades femininas.

Caire observa que durante muito tempo a tradição falocêntrica das Forças Armadas, inviabilizou a plenitude da participação feminina em seus postos, o que o autor atribui aos papéis tradicionais de gênero sob o qual as sociedades ocidentais se organizam. Uma vez que, elas concorrem para engessar as mulheres em atividades domésticas. Historicamente as mulheres não foram sociabilizadas para serem líderes, não tiveram uma educação voltada para a formação profissional contínua em cursos de carreira, criando certa resistência das mesmas em exercerem cargos de responsabilidade. Convergindo com as ideias de Condorcet⁸⁹, pois para esse autor o modo diferente de agir entre homens e mulheres se devia à educação e a sociabilidade diferenciada que se dá para cada um. Deste modo, ele acreditava que era injusto e covarde invocar as diferenças que são socialmente construídas para justificar a recusa às mulheres ao gozo de direitos e a participação em profissões ditas masculinas. Assim sendo, negar a cidadania às mulheres com o argumento de que elas só agem por emoções é um tanto quanto contraditório e falacioso. O comportamento das mulheres é o resultado da educação e da sociabilidade que recebem, e, como é ensinado para elas apenas frivolidades e cuidados com o lar, não se pode exigir que as mesmas tenham a racionalidade e a liderança como virtude. Para Condorcet, também não se justifica buscar nas indisposições temporárias das mulheres (menstruação e gestação) argumentos para justificar o não acesso das mesmas à cidadania profissional, pois para ele, se é assim teriam que privar também os homens que tem impedimentos esporádicos, tais como gripes, resfriados, dor de dente e outras doenças. Assim:

Não sendo seus interesses os mesmos, por culpa das leis, não tendo as mesmas coisas, para elas, a mesma importância que tem para nós, podem, sem faltar à razão, guiar-se por outros princípios, e tender a um objetivo diferente. É tão razoável que uma mulher cuide de seus adornos e de sua aparência, quanto era justo que Demóstenes cuidasse de sua voz e de seus gestos. Foi dito que as mulheres, embora melhores que os homens, mais suaves, mais sensíveis, menos sujeitas aos vícios ligados ao egoísmo e a dureza do coração, não tinham propriamente o sentimento da justiça; que elas obedeciam mais ao sentimento do que a consciência. Esta observação é mais verdadeira, mas não prova nada:

⁸⁹ CONDORCET. Sobre a admissão das mulheres aos direito de cidadania. In: BADINTER, Elisabeth, Palavras de homens. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.43-55.

não é a natureza, é a educação, é a existência social que causa essa diferença. Nem uma nem outra acostumaram a mulher à ideia do que é justo, mas sim à do que é honesto.⁹⁰

4.2- A inserção feminina na Polícia: primeiros casos.

Segundo Calazans uma revisão na literatura internacional deixa claro que a entrada das mulheres nos quadros policiais no mundo, coincide com uma vertente de maior aproximação com a comunidade e principalmente com a crise institucional da polícia, que segundo a autora, reflete a crise do próprio modelo de organização do trabalho nas sociedades contemporâneas. Compartilhando do pensamento de Jennifer Brown, Calazans nos diz que em termos mundiais o processo de inserção feminina na polícia está ligado a quatro aspectos, a saber:

Na Europa, o contexto do recrutamento de mulheres situa-se em momentos de crise das forças policiais (por exemplo, deslocamento do efetivo masculino em períodos de guerra, ou crises de credibilidade, com forte deterioração da imagem pública das polícias); existência de uma cultura policial feminina, que estaria identificada e valorizaria formas preventivas- portanto menos truculentas - de policiamento; a despeito dessa realidade, há restrições às tarefas femininas, sustentadas na noção de que as mulheres não são capazes de assumir todas as formas de ação de polícia e a conseqüente tendência de atribuir-lhes, sobretudo, funções burocráticas ou atividades associadas, no imaginário, a extensão do mundo doméstico; necessidade de equiparação de oportunidades⁹¹.

Assim, Calazans nos diz que a inserção feminina e a modernização das instituições policiais caminham juntas, uma vez que o trabalho policial, que outrora era considerado exclusivamente masculino sofreu mudanças, já que características tais como força física, truculência e machismo vêm sendo, segundo a autora, substituídos por novas configurações e métodos de trabalho, tais como: inteligência, capacidade de resolução de conflitos, inovação e o trabalho em equipe, visando uma atuação menos violenta. Dessa forma, “[...] afrontam-se novas situações em que não é necessária a força física, tais como reduzir situações potencialmente

⁹⁰ BADINTER, Elisabeth. *Palavras de homens*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 48.

⁹¹ CALAZANS, Márcia Esteves de. *Polícia e gênero no contexto das reformas policiais*. In: La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 10, n. 2, 2005, p.1-2.

violentas e conflitivas, atender a coletivos que exigem tratamento diferenciado e demandas não criminais”⁹².

As mulheres sempre estiveram presentes nas guerras (como apontado no capítulo anterior), diferentemente da sua participação nas forças policiais. Em uma rápida revisão bibliográfica sobre a inserção feminina nos quadros da polícia no cenário internacional, Najara Santos da Silva⁹³ nos diz que o primeiro registro da atuação feminina na polícia data de 1893 nos EUA, cuja precursora foi Mary Owens, que atuava em ocorrências que envolvessem mulheres e crianças. Além disso, tornou-se a primeira policial apta a efetuar prisões. Lola Baldwin foi a segunda mulher a receber poderes de polícia e começou a comandar um grupo de assistentes sociais. Najara S. da Silva aponta a crise econômica de 1929 e a Segunda Guerra como fatores que contribuíram enormemente para a inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho. Dentre as oportunidades de emprego estavam os departamentos de polícia, que contratavam as mulheres, dada a escassez de mão de obra masculina, que nesse momento, integravam os *fronts* da guerra. Assim, Najara S. Silva nos diz que:

A partir de 1968, as primeiras mulheres fardadas começaram a realizar patrulhamento motorizado em Indianápolis. Posteriormente, seria possível encontrá-las atuando em várias cidades norte-americanas. Finalmente, em 1985, ocorreu a nomeação de Penny Harrington como a primeira chefe de polícia na cidade de Portland, em Oregon⁹⁴.

Na Europa a participação feminina na polícia, data de 1914, a partir da iniciativa dos membros de uma associação de mulheres, que sugeriram a formação de uma força policial feminina para atuar no controle do comportamento juvenil. Segundo Najara S. da Silva, duas mil mulheres integravam essa associação feminina. O recrutamento oficial das mulheres se deu em decorrência da eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando os homens foram para os campos de batalha e a atividade policial ficou a cargo das mulheres. Em decorrência desse fato, em 1915 foi formado o Women Police Volunteers (WPS), na Inglaterra. Silva aponta que a partir de 1918, as mulheres passaram a atuar em investigações, porém seus poderes de polícia eram limitados, já que na maioria das vezes não podiam efetuar prisões.

⁹² Idem. Ibidem, p. 02.

⁹³ SILVA, Najara Santos da. *Mulheres nas polícias militares*. In: Revista da Brigada Militar. Ano II-Nº2-março de 2012. Publicação especial com distribuição no Seminário Internacional Mulheres e a Segurança Pública. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2012.

⁹⁴ Idem. Ibidem, p. 04.

Na França, a participação feminina na polícia data de 1934, onde as mesmas desenvolviam atividades, cujo público alvo era composto por crianças em situações de risco, ou no patrulhamento das ruas. Em 1982 as mulheres começaram a concorrer em pé de igualdade com os homens. Najara S. da Silva também faz uma breve análise da participação feminina na força policial de Israel - país onde o alistamento feminino no exército é obrigatório- as mesmas começaram a atuar a partir de 1960, e tempos depois o exército transferiu 500 mulheres para a atividade policial, onde seriam responsáveis pelo patrulhamento das principais rodovias e fronteiras do país.

4.3. Brasil: antecedentes históricos da participação feminina na Polícia Militar.

Na Polícia Militar, instituição secular de todo o Brasil, a presença feminina é um fenômeno recente. E os motivos que levaram a sua inserção nos quadros da mesma foram tema da investigação de Musumeci e Soares, pois, segundo as autoras, no Brasil os motivos dessa inclusão fogem à regra do cenário internacional, uma vez que, em vários países o ingresso feminino na polícia correspondeu à necessidade de preencher espaços deixados pelas guerras no quantitativo masculino, ou a realização de reformas institucionais que visavam sanar problemas tais como: corrupção, excesso do uso da violência, desgaste da imagem e perda da credibilidade institucional. Além, das pressões sociais pela democratização de um campo de trabalho fechado à participação feminina. Dessa forma, as autoras afirmam que no Brasil o primeiro motivo inexistiu e que não há indícios dos outros dois. Assim, sobre as razões que teriam motivado a inserção feminina nos quadros da Polícia Militar no Brasil, as autoras nos dizem que:

[...] isso não parece ter respondido a uma demanda da sociedade – diferentemente, por exemplo, da criação das Delegacias Especiais da Mulher, na Polícia Civil que resultou de iniciativas e cobranças do movimento feminista e tinha um objetivo bem nítido: prover atendimento especializado, prestado, sobretudo, por policiais civis femininas, às mulheres vítimas de violência. Não há registro de mobilização social equivalente no que se refere às PMs: nem demanda de serviços específicos que seriam mais bem desempenhados por mulheres, nem pressões para a democratização de um espaço profissional até então exclusivamente masculino. Tudo indica que a inclusão do contingente feminino teve origem em motivações internas

às próprias polícias militares e/ou aos respectivos governos estaduais, antes que em apelos diretos da sociedade civil ou da chamada opinião pública⁹⁵.

A base legal para a inclusão feminina na polícia, segundo as autoras, data do período da Ditadura Militar, de 1977 por meio de uma portaria do Estado-Maior do Exército, porém a criação efetiva dos corpos femininos na maioria das vezes ocorreu durante o processo de abertura política, tendo seu ápice na década de 1980 após a redemocratização. As autoras se questionam sobre que motivações internas as policiais militares teriam efetivado essa inclusão feminina, e apontam o aparente desejo da corporação em “humanizar” e desassociar a imagem da polícia aos horrores cometidos pela mesma durante a ditadura militar, quando a polícia de todo o Brasil esteve a serviço das ideologias do período autoritário. Além da incorporação feminina, esse desejo de redenção levou à introdução da disciplina de Direitos Humanos nos currículos policiais. Porém, observa-se que neste momento a instituição polícia queria fazer mudanças, sem alterar, ou seja, “[...] o aparelho de segurança pública não passava (e não passou até hoje) por nenhuma transformação profunda, por nenhuma mudança de paradigma na sua estrutura ou cultura institucional que associasse a incorporação de mulheres a um processo mais amplo de reformas.”⁹⁶ Tornando, de acordo com Musumeci e Soares, obscuro os motivos da iniciativa, já que as razões da inclusão não são explicitadas claramente nem mesmo nas leis e decretos da criação do corpo feminino. Vejamos os antecedentes históricos.

Na América Latina o Brasil foi o primeiro país a incluir as mulheres nos quadros da Polícia Militar. São Paulo foi o primeiro estado da federação a criar um corpo feminino de guardas civis. A ideia de empregar mulheres em atividades policiais nasceu em 1953, durante o 1º Congresso Brasileiro de Medicina- Legal e Criminologia, quando um grupo de assistentes sociais propôs a ideia, sob o argumento de que a “[...] formação psicológica feminina traria vantagens para a atuação policial em certas áreas específicas, como o trabalho junto a mulheres, idosos e ‘menores delinquentes ou abandonados.’”⁹⁷ Em 1955, 13 mulheres foram incorporadas à Guarda Civil, criando-se assim, o Corpo de Policiamento Especial Feminino, sendo este o primeiro grupamento policial feminino uniformizado no Brasil. Essa primeira experiência, serviu de modelo para a criação de contingentes femininos em outras unidades policiais e até mesmo

⁹⁵ SOARES, Barbara Musumeci, MUSUMECCI, Leonarda. Op.cit., p.16.

⁹⁶ Idem. Ibidem, p. 16.

⁹⁷ Idem, ibidem, p. 27.

nas Forças Armadas⁹⁸ do país. No ano de 1959, mesmo fazendo parte da Guarda Civil, o Corpo de Policiamento passou a ser denominado de Polícia Feminina e passou a ser subordinado à Secretaria de Segurança Pública. Em 1970 quando a PMESP foi criada, decidiu-se incorporar as mulheres que faziam parte da Guarda Civil, sendo então a primeira corporação da PM brasileira a contar com a presença feminina em seus quadros. Assim, Musumeci e Soares afirmam que:

Apesar do pioneirismo de São Paulo na admissão de mulheres policiais, a participação destas só começou a ser regulamentada em todo Brasil no ano de 1977, por meio de uma portaria do Estado-Maior do Exército, que aprovava as normas de organização das PMs [...].

Depois de São Paulo, foi o estado do Paraná que criou seu corpo de policiais femininas. Najara S. da Silva afirma, que a primeira turma iniciou-se com 42 voluntárias, mas somente 27 concluíram o curso de formação. Em 1979 inaugurou-se no estado o primeiro curso de formação de Oficiais, que foi concluído por cinco mulheres, em 1981. No Paraná, inicialmente as policiais atuavam, exclusivamente, na proteção de menores, mulheres e anciãos, depois sendo empregadas no policiamento de trânsito e em seguida integrando todos os setores operacionais da referida unidade.

Em Minas Gerais a primeira companhia de Polícia Feminina, data de 1981, quando foram recrutadas moças entre 18 e 25 anos, com formação secundária, altura acima de 1,56m e solteiras. Segundo Monica Cappelle e Marlene Melo⁹⁹, as policiais eram responsáveis pelo policiamento ostensivo da capital, dada a limitação no efetivo masculino, além do objetivo de publicizar a imagem feminina visando transformar a percepção da população em relação à instituição.

No Rio Grande do Sul a Brigada Militar só empregava mulheres civis em seus quadros, onde as mesmas desenvolviam apenas atividades administrativas e de serviços gerais. Somente em 1985 com a lei Estadual n° 7.977 foi criada a Companhia de Polícia Militar Feminina, que segundo Najara S. da Silva, era composta de um efetivo de 135 policiais.

⁹⁸ Nas Forças Armadas do Brasil a Marinha foi a primeira a incluir mulheres em seus postos como auxiliares no ano de 1980.

⁹⁹ CAPPELLE, Monica Carvalho Alves. MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. *Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais*. RAM, REV. ADM. MACKENZIE, V. 11, n. 3, Edição Especial. SÃO PAULO. maio/jun. 2010, p.76.

Na Bahia a primeira Companhia de Polícia Militar Feminina foi introduzida em 1989, contando com um efetivo de 105 mulheres. Mais uma vez o argumento que justificava a inclusão das mesmas se baseava na crença de melhorar a credibilidade da polícia junto à população, além da nova concepção de segurança pública, (pautada no cuidado e na prevenção, que de acordo com o imaginário social o perfil feminino era o mais adequado), que vem sendo cultivado no Brasil desde o início da década de 80.

Na Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro a inserção feminina se deu no início dos anos 80. Através da lei estadual nº 746, de 11 de novembro de 1981, criada durante o governo Chagas Freitas. Conforme as assertivas de Musumeci e Soares, a primeira Companhia de Polícia Militar Feminina, teve início em março de 1982 com um efetivo de 150 soldados, que durante seis meses integraram o curso de formação no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP), sendo comandadas por policiais masculinos, dado a inexistência de oficiais femininos. A primeira oferta de vagas no oficialato se deu em 1983, quando a primeira turma era composta por 14 cadetes¹⁰⁰, que cursaram durante três anos a Academia D. João VI, a Escola de Formação de Oficiais da PM.

Como mostrado por Musumeci e Soares, para ingressar na corporação, as mulheres tinham que atender a um rol de pré-requisitos. Alguns eram exigidos exclusivamente para as candidatas do sexo feminino, por exemplo, o fato das mulheres não poderem ser casadas. Além disso, não poderiam estar grávidas, e o limite de idade era entre 18 e 23 anos. O nível de escolaridade era o mesmo para os candidatos de ambos os sexos, ou seja, ensino fundamental completo para o cargo de soldado e o ensino médio completo no caso do oficialato. Era previsto a mesma formação para homens e mulheres, com algumas exceções no que tange aos exercícios físicos. Musumeci e Soares apontam que inicialmente ambas as escolas tentaram neutralizar as diferenças de gênero, evidenciando a tentativa da instituição em “[...] ocultar a condição feminina sob designativos indiferenciáveis, como ‘aspirante Gomes’, ‘tenente Santos’ ou ‘capitão Pereira.’”¹⁰¹ Somava-se a isso, a não flexão de gênero das patentes militares e a proibição do uso de maquiagem e joias e a obrigatoriedade no corte dos cabelos bem curtos. Esse fato ocasionou uma situação um tanto quanto embaraçosa, na ocasião da chegada de um novo comandante, recém-chegado, que dizia ter encontrado dificuldades em discernir as mulheres em meio aos alunos policiais, dada a semelhança entre homens e mulheres. Assim, em relato de uma das mulheres entrevistadas pelas autoras, ela diz:

¹⁰⁰ Denominação que se dá a aluno de escola superior militar. Aspirante a oficial.

¹⁰¹ SOARES, Barbara Musumeci, MUSUMECI, Leonarda. Op.cit., p.32.

[...] quando esse comandante chegou ele falou assim: ‘Onde estão as mulheres? Porque nós estávamos em forma, aquele monte de alunos, só tinha [...] nós 11 e a cobertura [quepe] era igual. [...] Aí nós entramos no auditório, porque tinha uma palestra com ele pra apresentar e tudo, aí ele: ‘Eu queria saber onde é que estão as mulheres!’ Aí nós levantamos¹⁰².

A Companhia de Polícia Militar Feminina foi organizada como unidade específica, sua estrutura hierárquica era limitada não podendo as praças irem além da graduação de soldado e as oficiais não podiam passar do posto de capitão. A Companhia Feminina ficava situada no 2º Batalhão de Polícia Militar de Botafogo. Era como uma espécie de departamento, sem autonomia administrativa ou financeira, nem decidia o função/trabalho das policiais, que segundo Musumeci e Soares, era decidido pelos batalhões onde elas atuavam. “Além da dependência em relação ao 2º BPM, a falta de poder de comando da companhia resultava, portanto, em fragmentação e fragilidade do corpo feminino dentro da estrutura policial militar fluminense.”¹⁰³ No que tange ao emprego das policiais, as autoras nos dizem, que elas seriam alocadas conforme previsto na lei nº 476, de 11 de novembro de 1981.

[...] precipuamente em missões de policiamento ostensivo, cabendo-lhes as seguintes atribuições, além de outras que sejam estabelecidas pelo comandante-geral:

I. Policiamento de trânsito, em locais horários em que as mesmas tenham melhores condições de segurança, a critério do comandante-geral;

II. Nas operações policiais militares no trato com mulheres e menores em geral;

III. Nos terminais marítimos, ferroviários, rodoviários e aeroviários e nos demais serviços de policiamento cujo risco ou encargos sejam, a critério do comandante-geral, exclusivamente compatíveis com suas condições de mulheres¹⁰⁴.

As policiais atuavam prioritariamente em aeroportos, museus, estação das barcas, estação de metrô, dentre outros lugares que eram considerados “compatíveis com a sua condição de mulher”. Objetivou-se, que as policiais desfrutassem de locais e horários onde pudessem estar

¹⁰² Idem. Ibidem, p. 32.

¹⁰³ Idem. Ibidem, p.35.

¹⁰⁴ Lei nº 476, de 11 de novembro de 1981. Apud: SOARES, Barbara Musumeci, MUSUMECI, Leonarda. Op.cit., p.31.

seguras. Observa-se que inicialmente as mulheres eram colocadas em locais estrategicamente escolhidos, como horários especiais, retomando a ideia da mulher como sexo frágil, de seres que precisam ser vigiadas e protegidas, e até mesmo por falta de competência para desenvolverem as atividades a elas designadas.

Dentre as peculiaridades que envolviam as atividades femininas estava também o uniforme, uma vez que, a roupa em nossa sociedade pode ser considerada como um dos principais marcadores da diferença de gênero, classe social e profissional, produzindo significados e simbolismos de distinção e pertencimento. “Logo, as roupas sempre detiveram o poder de identificar e mostrar as posições ocupadas pelos sujeitos históricos nas hierarquias e os papéis sociais delas decorrentes.”¹⁰⁵ Joan Scott¹⁰⁶ nos diz que o gênero é uma categoria imposta a um corpo sexuado. Segundo Ivana G. Simili, “[...] as roupas ingressam como um dos mecanismos sociais e culturais para as identificações dos sujeitos e as criações de significados para os corpos, como masculinos e femininos”¹⁰⁷ O uniforme feminino era distinto do masculino, assim de acordo com o Decreto nº 8898 de 1 de abril de 1986 o mesmo seria composto por: saia-calça preta, camisa azul de mangas compridas, gravata preta, quepe preto, sapato social preto e bolsa a tiracolo preta, dentro da qual ficava guardado o revólver calibre 38, cano curto, (como pode ser visto na figura abaixo) utilizado em serviço. Atualmente, o uniforme feminino é igual ao masculino, o que dificulta em alguns casos as mulheres de conseguirem uma farda ou coturno¹⁰⁸ que sejam apropriados ao seu tamanho, já que as roupas e os calçados são feitos para os homens.

¹⁰⁵ SIMILI, Ivana Guilherme. *Políticas de gênero na Segunda Guerra Mundial as roupas e a moda feminina*. In: ACERVO, RIO DE JANEIRO, v. 25, n 2, P. 121-142, Jul./dez. 2012,p.123.

¹⁰⁶ SCOTT, Joan Wallac. Prefácio a *gender and politics of history*. In: cadernos Pagu, n 3. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP,1994.

¹⁰⁷ Idem. *Ibidem*, p. 125.

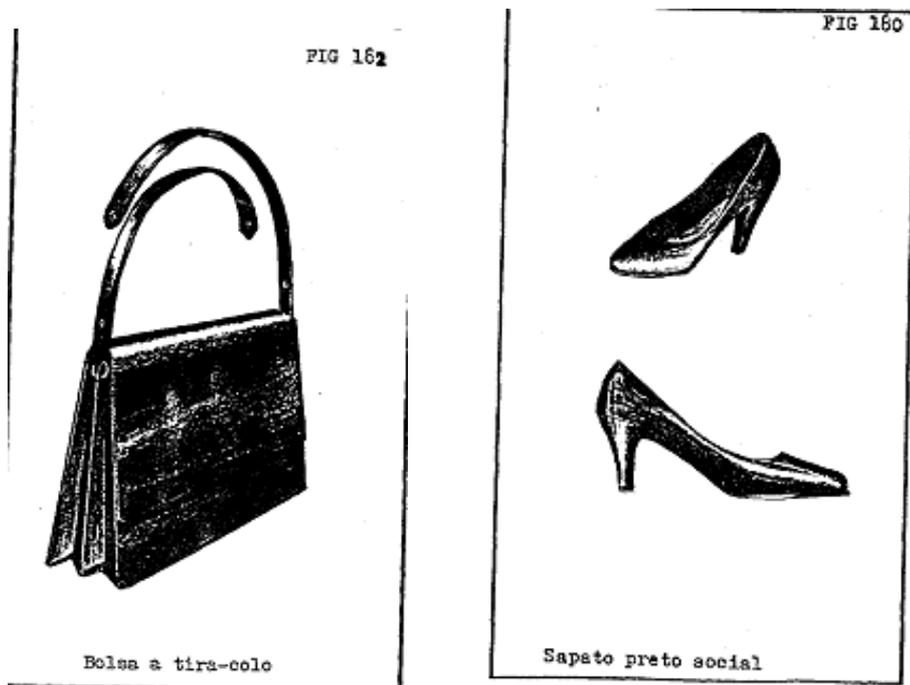
¹⁰⁸ Segundo dicionário *on line* de Português: Calçado militar, atado na frente, e que sobe até a metade da canela.



Fonte: Decreto 8898 de 1º de abril de 1986, que regulamenta os uniformes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro¹⁰⁹. Uniforme feminino

¹⁰⁹ Disponível em:

http://www.policiamilitar.rj.gov.br/admin/admin_biblioteca_pdf/Dec%208898%20Regulamento%20de%20Unifor%20mes%20RUPMERJ.pdf . Acessado em 02/05/2013



Fonte: Decreto 8898 de 1º de abril de 1986, que regulamenta os uniformes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Bolsa a tiracolo e sapato preto social.

Observa-se que o uniforme feminino foge da intenção inicial do curso de formação em assexuá-las ou neutralizar as singularidades do corpo feminino, visto que o desenho nos mostra um uniforme que modela e ressalta certas partes do corpo. Além do sapato de salto que inviabiliza a possibilidade de correr ou até mesmo de ficarem muitas horas em pé e remete a uma ideia de sensualidade. O conservadorismo do uso da arma é outro ponto em destaque nesse uniforme, já que a arma das policiais tem que ficar escondida dentro de uma bolsa, presumindo uma incompatibilidade da imagem feminina com o uso da força bélica. Reforçando o que Andrea M. Schactae chama de reafirmação histórica das diferenças entre os sexos, uma vez que, “[...] enquanto os homens foram construídos para usar armas e ir à guerra, as mulheres foram moldadas para cuidar das crianças e velhos [...]”¹¹⁰ Além disso, a farda feminina deixa claro como a instituição entende os papéis de gênero, ou seja, como a PM vê as diferenças entre homens e mulheres. Consequentemente, como a instituição constrói a identidade da policial feminina, sendo que essa não pressupõe correr atrás de criminosos ou resolver conflitos, em suma, elas não devem interferir em atividades secularmente desempenhadas pelos homens. Desta forma, Andréa M. Schactae afirma que:

¹¹⁰ SCHACTAE, Andréa Mazurok. *O herói, a farda e a polícia feminina: um estudo sobre identidade e gênero na polícia militar do Paraná*. In: Revista fato&versões / n.2 v.1 / p. 75-96 / 2009, p. 92.

A representação do que deveria ser uma policial feminina, está relacionada a uma representação do feminino que existia fora dos espaços do quartel e também está relacionada ao campo, como coloca Pierre Bourdieu, em que a instituição se relaciona. Sendo assim, cabia à polícia feminina, proteger e cuidar dos velhos e crianças [...]. Atividades que historicamente deveriam pertencer às mulheres, em outras instituições como: no espaço da família, da escola, dos hospitais, foram relacionados à atividade da polícia militar¹¹¹.

Outra dificuldade enfrentada pelas mulheres no ofício policial no Estado do Rio de Janeiro era no que diz respeito à equidade de oportunidades de carreira, já que, as policiais femininas tinham seu acesso em todos os degraus da hierarquia policial limitados legalmente. Situação, que só se modificou em 1993 por intermédio da lei nº 2.108, de 19 de abril, que garantiu as mulheres galgar os cargos do topo da carreira. Porém, os primeiros passos para essa conquista ocorreu em 1991, quando se incluem oficiais femininos nos quadros de saúde. Musumeci e Soares apontam essa unificação como um avanço considerável para as mulheres e também como um progresso na qualidade da cidadania do país, já que estabelece igualdade de acesso entre homens e mulheres em uma instituição que durante séculos esteve fechada à participação feminina. Assim na palavra das autoras:

Sem dúvida, a unificação dos quadros representou uma conquista para as PMfem, sobretudo diante da resistência oposta pelos policiais masculinos, que se sentiam ameaçados pelas novas ‘concorrentes’ e também pela hipótese, para muitos inadmissível, de virem a ser comandados por mulheres¹¹².

A inclusão feminina nas polícias militares e a unificação dos quadros, vão variar conforme a unidade da federação, tendo sido efetivado segundo os interesses políticos de cada estado. A década de 1980 é apontada como ápice da inserção feminina nessas instituições. Segundo, Musumeci e Soares, a inclusão das mulheres nas PMs do Brasil não se deu por meio da pressão de movimentos sociais organizados, como mostrado no início do presente tópico. Sendo então, a vertente da “humanização” e da dissociação da imagem de uma instituição pós-ditadura militar, violenta, corrupta, sem credibilidade, ou seja, de uma polícia em crise e com a imagem

¹¹¹ Idem. Ibidem, p. 91.

¹¹² SOARES, Barbara Musumeci, MUSUMECI, Leonarda. Op.cit.p.37.

deteriorada perante a população, apontado como o principal motivo que levou a mesma a ter a iniciativa de abrir suas portas à participação feminina. Isso estava aliado a concepção e a construção simbólica estabelecida culturalmente de que as mulheres são mais honestas, menos violentas, possuem maior capacidade de negociação em detrimento do embate, ou seja, as mulheres iriam desempenhar atividades que culturalmente eram consideradas próprias às mesmas, ou seja, atividades “compatíveis” com o gênero feminino, consideradas menores e na maioria das vezes extensão dos trabalhos domésticos, além, é claro, do cuidado com crianças, mulheres, adolescentes, velhos, bêbados, trabalhos assistenciais e principalmente trabalho interno. Nas palavras das autoras:

Sublinha-se ainda [...], o trabalho assistencial junto à comunidade, a crianças e adolescentes, a mulheres e idosos, a mendigos, bêbados etc. Por reafirmar estereótipos de gênero – vocação assistencialista das mulheres; associação entre ‘sexo frágil’ e atendimento aos fragilizados -, esse tipo de trabalho talvez tenha sido percebido como um outro campo estratégico de relações públicas, de ‘suavização’ ou ‘humanização’ da imagem da polícia, sem que para tanto fosse necessário alterar a cultura institucional hegemônica ou as práticas tradicionais de policiamento.¹¹³

Não existia no Brasil inicialmente, uma política nacional de gênero, que objetivasse incluir as mulheres de forma plena. Como pode ser visto na tabela¹¹⁴ três, muito já se avançou no que tange a inclusão feminina nas PMs, porém, observa-se que o caminho a ser percorrido ainda é muito longo, como constatado por Musumeci e Soares, já que o potencial feminino, que pode ser usado para favorecer novas possibilidades de ação policial não foi explorado pelas corporações.

¹¹³ Idem. Ibidem, p. 19.

¹¹⁴ SOARES, Barbara Musumeci, MUSUMECI, Leonarda. Polícia e gênero: Participação e perfil das policiais femininas nas PMs brasileiras. Niterói, v.5, n.1, p. 183-207, 2. sem. 2004 Niterói, v.5, n.1, p. 183-207, 2. sem. 2004 203

Quadro: 3

Ingresso de mulheres, unificação dos quadros e limites à participação feminina nas polícias militares brasileiras

	Ano da lei facultando ou regulamentando o ingresso de mulheres	Ano de ingresso de mulheres	Quadros masculino e feminino unificados?	Ano de unificação dos quadros	A proporção de mulheres no efetivo é limitada por lei?
AC	1990	1985	sim	1988	não
AL	1987	1988	sim	2001	não
AM	1982	1982	sim	1982	não
AP	1984	1989	NI	NI	não
BA	NI	NI	sim	NI	não
CE	1985	1994	sim	2000	não
DF	1983	1983	sim	1998	sim, em 10%
ES	1983	1983	sim	1990	não
GO	1986	1986	sim	1995	sim, em 10%
MA	1982	1982	sim	2001	sim, em 10%
MG	1980	1982	sim	NI	sim, em 5%
MS	NI	NI	NI	NI	NI
MT	NI	NI	NI	NI	NI
PA	NI	NI	NI	NI	NI
PB	1986	1987	não	—	sim, em 5%
PE	1993	1993	sim	2000	não
PI	NI	NI	NI	NI	NI
PR	1978	1978	sim	2000	sim, em 6%
RJ	1981	1982	sim	1993	não
RN	1986	1987	não	—	não
RO	NI	NI	NI	NI	NI
RR	1999	2000	sim	2000	sim, em 4%
RS	1985	1986	sim	1997	não
SC	1983	1983	sim	1998	sim, em 6%
SE	NI	NI	NI	NI	NI
SP	1959	1959	não	—	não
TO	1989	1986	sim	1996	não

NI = Não informado.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/Ucam e Senasp/MJ.

Fonte: SOARES, Barbara Musumeci, MUSUMECI, Leonarda. Polícia e gênero: Participação e perfil das policiais femininas nas PMs brasileiras.,p.173

4.4- “Batom na Caveira”¹¹⁵: a participação feminina no BOPE do Rio de Janeiro.

“Particularmente acredito que foi uma decisão acertada por parte do comando da PM. E não é porque mulheres têm direitos e nem todo o blábláblá feminista que existe em torno disso sobre mulher poder fazer qualquer profissão que um homem faça (...). Me refiro a características femininas que cercam a mulher e que a tornam melhor até mesmo que homens para funções de segurança”.¹¹⁶

“Só vejo problemas (a curto prazo) em adaptar os quartéis do Bope à presença feminina - obras para construir vestiários e banheiros exclusivos - e a coibir determinadas posturas machistas que vão existir tanto por parte da mídia quanto internamente, nada que não seja resolvido com treinamento, acompanhamento e umas obras.”¹¹⁷

“Tenho realmente medo da mudança tática que ocorrerá com a alteração da cor preta... Pela vida dos oficiais. Tomara que não incluam alvos brilhantes na roupa. E, biologicamente, me preocupa também se alguma "aspira" sofrer daqueles graus extremamente violentos de TPM (e isso não ser detectado nos exames prévios)... Eu não queria estar no morro onde essa aspira com "TPM" estivesse trabalhando.”¹¹⁸ ..

“Fiquei [Sic] sabendo que o BOPE vai permitir mesmo mulheres na Tropa. É ridículo. Meses após o filme mulheres serão permitidas pra agradecer o feminismo militante. É patético.”¹¹⁹ [Sic]

“E se na hora do tiroteio o cabelo despentear ou borrar a maquiagem? Deixa o fuzil de lado e pega o batom? Ou, o que vou fazer pro jantar na hora em que o bicho está pegando? Tem que ser muito analisado. Já pensou mulher de TPM com fuzil na mão, eu saio correndo.”¹²⁰

“O Batalhão de operações Policiais Especiais Feminino é muito importante. Porque as mulheres de hoje em dia não são como as tais de antigamente, que “lembra do filho e fica com dó do bandido”.Elas agem como homem, ou melhor, como mulher, mulher de iniciativa, mas também devem lembrar, que não basta “matar” um bandido, deve DESARMAR uma favela. Farei parte do BOPE, e se mais mulheres pensassem assim, talvez esse país iria pra frente, e o “Rio” não iria ser o mesmo, seria bem melhor!”¹²¹

¹¹⁵ Título da reportagem feita pela revista Marie Claire com as integrantes do Bope/Rj em setembro de 2011, nº246.

¹¹⁶ Fonte: Entrevista de 2008 com o então comandante do Bope sobre a possível admissão feminina na corporação veiculada no blog: Pensamentos equivocados. <http://www.pensamentosequivocados.com/2007/11/mulheres-sero-admitidas-no-bope-rj.html>. Acessado em 04/05/2012

¹¹⁷ Mesma fonte.

¹¹⁸ Idem a fonte anterior.

¹¹⁹ Post do blog Aurora Brasillis: <http://aurorabrasilis.blogspot.com.br/2013/02/bope-e-as-mulheres-nos-exercitos-parte-3.html> Acessado em 04/05/2013

¹²⁰ Comentário de um leitor do blog caso de polícia, sobre um post que falava da participação de mulheres no Bope. <http://www.casodepolicia.com/2007/11/16/voce-no-bope-homem-ou-mulher/> Acessado em: 04/05/2013

¹²¹ Opinião de uma leitora. Idem.

Centenas de outros comentários poderiam ser relacionados aqui para ilustrar a opinião de policiais e civis, homens e mulheres sobre a participação feminina no BOPE. Assim, em meio a uma grande polêmica que repercutiu na mídia, falada e escrita, nas quais, se proliferaram opiniões contrárias, conservadoras, e principalmente sexistas sobre a declaração do Comandante Geral da PMERJ, em 2008, a respeito da possibilidade de incluir mulheres no efetivo do Bope. A opinião das pessoas nos referidos comentários nos permite inferir que mesmo as mulheres tendo conquistado espaços ocupacionais antes negado às mesmas no mundo do trabalho contemporâneo, e conseqüentemente sua significativa participação nas instituições policiais, ainda permanece enraizado no imaginário social conservador a ideia de que a prática policial, não é apropriada para as mulheres. No Brasil, esse conservadorismo se deve ao fato de que as:

Práticas policiais que ainda associam e reduzem a polícia a uma instituição que faz uso da força física, da violência e da repressão: atributos tradicionalmente identificados à cultura masculina e que reatualizam a idéia de uma instituição falocrática, “fechada” e/ou produtora de uma condição histórica de subordinação e discriminação de gênero.¹²²

Assim sendo, podemos afirmar que quando se trata de uma tropa operacional a rejeição a participação feminina é polarizada, dado o caráter da especialização, complexidade e principalmente a dificuldade enfrentada pelos policiais masculinos para se habilitarem /concluírem um dos cursos –CAT e COESP- passaporte para compor o Bope. Esses cursos são formadores de um *ethos* de superioridade e distinção, fabricando até mesmo uma diferenciação entre os integrantes do Bope e os demais integrantes da PMERJ, como se fossem polícias distintas, fazendo com que os caveiras se sintam superiores aos policiais que não fizeram um dos cursos da unidade. Desta forma, Storani nos diz que:

O *ethos* a visão de mundo dos integrantes do BOPE acaba por apartar dois mundos: o dos “operações especiais” e dos “convencionais”. Mais que uma separação simbólica, a estrutura dos caveiras parece se fortalecer nos “convencionais”, quando empregam designações de

¹²² BRASIL, Glauécia Mota, (Org). *A face feminina da Polícia Civil do Ceará: gênero, hierarquia e poder*. Fortaleza: EdUECE, 2008, p. 12.

diferenciação qualitativa, que por vezes se manifestam como depreciativas, para referenciar aqueles que tentaram ser um caveira, que desistiram ao longo do processo de passagem ou não se comportam como tal.¹²³

Essa representação da diferença estabelecida pelos caveiras não é uma exclusividade do BOPE do Rio de Janeiro, pois, como foi mostrado por Priscila Castro, na unidade de Operações Policiais Especiais de Brasília a lógica da diferenciação institucional também é reproduzida. É “[...] como se houvesse outra lógica militar além daquela ensinada no curso padrão. Numa relação dual, marcada pelo ‘nos’ e os ‘outros’, que se definem, ‘*uma polícia totalmente diferente da outra*’, sendo a ‘*outra*’ o restante e maioria do efetivo policial do Distrito Federal.”¹²⁴ Como pode ser observado nem mesmo alguns homens são considerados merecedores de pertencerem ao grupo dos “guerreiros”, evidenciando assim um lugar simbolicamente oposto à presença feminina. Um dos ex-comandantes do BOPE-RJ define a unidade como:

Eu sempre entendi o Bope como unidade de guerra. A minha visão é essa. Porque nós precisamos ter uma última ratio. Um último argumento. O Bope não é uma unidade para ser utilizada em ações marcadamente preventivas. O Bope é treinado e capacitado para rugir. Ele é um tigre, que tem que ser mantido sob controle e solto em alguns momentos. O Bope era e é para entrar onde há desorganização ou conflito, e trabalhar para resolver esse conflito. Se a resolução do conflito estiver de tal ordem agreste, violenta, que você precise usar a unidade com a sua expressão mais violenta no sentido de resolver o problema, o Bope tem que agir assim¹²⁵.

Durante décadas a história institucional identifica o BOPE como um espaço de masculinidades, sendo então a figura feminina não pertencente a paisagem da unidade, a mulher era vista como um elemento que poderia desordenar a lógica local, ou seja, um ser impuro. Segundo Mary Douglas, impuro é: “qualquer coisa que não está em seu lugar”¹²⁶. A autora

¹²³ STORANI, Paulo, op.cit., p.140.

¹²⁴ CASTRO, Priscila Aurora Landim de. *Os convencionais e os especiais: um estudo sobre a construção da identidade dos integrantes do Batalhão de Operações Especiais da PMDF*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília-UNB. Instituto de Ciências, Departamento de Sociologia, 2011.

¹²⁵ Entrevista concedida pelo Coronel Mário Sérgio Duarte, ex-comandante do Bope, ao site Uol notícias. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/01/19/bope-completa-35-anos-para-ex-comandantes-elite-da-pm-do-rio-superou-fenomeno-tropa-de-elite.htm>. Acessado em: 5/05/2013.

¹²⁶ DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. Ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), 1966, p. 50.

observa que o comportamento diante da impureza/poluição é o de condenar ou inferiorizar a “coisa” ou ideia que ameaça a ordem vigente, colocando em contradição as classificações simbólicas. Ou seja:

A impureza nunca é um fenómeno único, isolado. Onde houver impureza, há sistema. Ela é o subproduto de uma organização e de uma classificação da matéria, na medida em que ordenar pressupõe repelir os elementos não apropriados. Esta interpretação da impureza conduz-nos directamente ao domínio do simbólico. Presentimos assim a existência de uma relação mais evidente com os sistemas simbólicos de pureza.¹²⁷

Os comentários extraídos da mídia revelam o quanto a nossa sociedade é conservadora e reticente à presença das mulheres nas instituições policiais, sendo as mesmas vistas como elementos poluidores e desordenadores da ordem androcêntrica estabelecida. Ainda é latente que o soldado tem o masculino como paradigma, ainda mais o soldado do BOPE que é treinado para guerra. Andréa Schactae observa que “[...] a presença de mulheres em espaços militares usando armas e realizando atividades historicamente identificadoras do masculino, afetou a construção do masculino nas instituições militares.”¹²⁸

Entretanto, informações e opiniões que não condizem com a realidade, dado que a entrada da primeira mulher no BOPE data da década de 80 quando ainda se chamava Núcleo de Operações Especiais (NUCOE), o que será detalha no capítulo específico a apresentação das mulheres que integram o BOPE. Outro ponto evidente nas falas é o preconceito em relação ao corpo da mulher, revivendo o discurso médico da inferioridade do corpo feminino predominante no século XVIII, e do dever de beleza como paradigma da feminilidade, visto como uma característica inata da mulher. Além disso, a menstruação é vista como a precursora da nova histeria feminina, ou seja, a tensão pré-menstrual TPM, é considerada fonte de transtornos psicológicos, que incapacita mensalmente a mulher para desenvolver determinada atividade, tornando-a perigosa e passível de desconfiança.

¹²⁷ Idem. Ibidem, p. 51.

¹²⁸ SCHAETAE, Andréa Mazurok. Op.cit.,p. 88.

4.5- O cenário atual da participação feminina na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, o efetivo total da polícia militar do estado do Rio de Janeiro é de 42.803¹²⁹ militares, sendo que apenas 2.888, ou seja, 6,7% são de integrantes do sexo feminino, apontando para uma profissão predominantemente masculina, que ainda não abriu totalmente seus postos à participação feminina, mesmo já tendo se passado 30 anos da entrada da primeira turma de mulheres na corporação. E, destas 2.888 mulheres que integram a PMERJ, 1.602 fazem parte do quadro de combatentes, sendo 193 oficiais (categoria que vai de tenente a coronel) e 1.409 praças (de soldado a subtenente); as outras 1.286 integram o quadro de saúde, sendo 702 oficiais e 584 praças. A quantidade de mulheres nos quadros de saúde evidencia que ainda existem profissões consideradas apropriadas às mulheres, que teriam qualidades “inatas” que lhes permitiriam com muito êxito prover os cuidados com os doentes, velhos e crianças.

Quando olhamos para o efetivo do Batalhão de Operações Policiais Especiais a participação feminina é menor ainda, dado o caráter extremamente militarizado pautado na lógica da guerra urbana, bem como na truculência, onde o hino da corporação qualifica o integrante como “[...] maldito cão de guerra que é treinado para matar”, sendo os valores da masculinidade exaltados e renovados diariamente. Atualmente o efetivo total da corporação é de 513 integrantes, sendo que apenas seis são do sexo feminino dando um percentual de 1,6% de mulheres, sendo três do quadro de combatentes e três do quadro de saúde. Além das seis militares, o batalhão também conta com a presença de duas mulheres civis, uma pedagoga e uma médica.

¹²⁹ Fonte: SIESP/BOPE. Março de 2012

Capítulo V- Notas metodológicas: campo, observação e participação.

5.1- Campo: primeiros contatos

Nosso primeiro contato com o BOPE se deu por telefone no mês de agosto de 2011 com o subtenente da seção de comunicação. Em busca de credibilidade, apresentou-se primeiro o nome da Universidade, a sua localização, o curso do qual fazíamos parte para depois dizer o nome e o motivo da ligação. Em seguida foi perguntado ao interlocutor se havia mulheres no Bope. A resposta foi que a corporação contava com seis integrantes até o presente momento. Então, encaminhamos um ofício por meio eletrônico, conforme sua orientação falando sobre os objetivos e intenções da pesquisa, bem como da metodologia que seria utilizada para realizá-la. Depois de alguns dias de ansiedade, o ofício foi respondido por uma policial, a capitã¹³⁰ Aline, também da seção de comunicação, informando que eles não tinham autonomia para autorizar tal pedido. Ela nos orientou que encaminhássemos um ofício ao comandante geral da PMERJ, pois ele era o único que poderia autorizar nossa entrada e permanência na instituição.

Concluimos que um ofício assinado pelo Reitor da Universidade teria mais respaldo e poderia nos ajudar. Depois do ofício assinado, pude contar com a total disponibilidade e engajamento de minha orientadora para viabilizar a entrega. O ofício foi entregue pessoalmente por ela no dia 9 de setembro de 2011, no Quartel General da Polícia Militar, situado na Cidade do Rio de Janeiro.

Da entrega do ofício até sua resposta passaram-se três meses de espera, quando então recebemos uma mensagem eletrônica autorizando nossa entrada e permanência na unidade. Além disso, essa disponibilidade rompe com o que Priscila Castro denomina de “cultura da indicação”, pois para ela, no Brasil as pesquisas acadêmicas acerca dos militares, durante muito tempo o acesso ao campo esteve limitado a um capital social, ou seja, por um conhecido ou até mesmo por alguém de dentro, dada a descredibilidade atribuída aos estudos dos civis sobre os militares. Nas palavras da autora:

Esse foi meu primeiro contato com o ambiente e rompendo com a cultura da “indicação” por parte do *conhecido*, comum aos trabalhos

¹³⁰ Não existe flexão de gênero para as patentes militares.

acadêmicos acerca dos militares, não me fiz valer de nenhum contato interno. A prática da indicação do pesquisador se faz valer especialmente por algumas características comuns aos meios militares, em regras gerais: a eterna desconfiança e descrença naqueles que os estudam, especialmente se tais pesquisas forem feitas *por e para* civis; a ideia fixa de que a lógica militar é compreensível única e exclusivamente por militares; o temor acerca da apropriação e destinação dos conhecimentos reunidos. Fatores que acabam por condicionar uma inserção, via de regra, facilitada por meio da indicação de um dos “membros”, o qual serve ao propósito de referência e “medalhão” na admissão ao campo.¹³¹

Como pode ser visto, além da demora em nos dar uma resposta, nenhum outro empecilho ou condição foi colocado como pré-requisito para a execução da pesquisa. Assim como Castro, também não contamos com nenhum elemento facilitador ou mediador interno para viabilizar a entrada no campo. Depois de sabermos da autorização trocamos vários emails com a capitão Aline, responsável pela seção de comunicação, com o objetivo de marcarmos uma visita ao batalhão e assim definirmos alguns aspectos da pesquisa de campo, tais como: a regularidade e dias que poderíamos frequentar o batalhão, já que a observação participante da rotina de trabalho das integrantes fazia parte da metodologia, ou seja, uma breve etnografia. Corroborando as assertivas de Roberto Cardoso de Oliveira sobre o trabalho de campo, onde ele nos diz que:

Nesse sentido, os atos de olhar e de ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar - isso é, peculiar à antropologia - por meio da qual o pesquisador busca interpretar- ou compreender- a sociedade e a cultura do outro “de dentro”, em sua verdadeira interioridade. Ao tentar penetrar em formas de vida que lhes são estranhas, a vivência que delas passa a ter uma função estratégica no ato de elaboração do texto, uma vez que essa vivência – só assegurada pela observação participante “estando lá”- passa a ser evocada durante toda a interpretação do material etnográfico no processo de sua inscrição no discurso da disciplina¹³².

A visita ao Batalhão do Bope foi marcada para o dia 27 de janeiro de 2012, às 13h na sede própria da unidade. A mesma localiza-se na Cidade do Rio de Janeiro no bairro das Laranjeiras, mais precisamente na Rua Campo Belo, 150. Chegado o dia 27 de janeiro, saí de Campos às 4h da manhã com destino ao Rio de Janeiro, em um carro da Universidade. Como

¹³¹ CASTRO, Priscila Aurora Landim. Op. Cit.p. 35.

¹³² OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998,p.34

chegamos cedo ao Rio, antes de pararmos para almoçar, pude contar com a gentileza do motorista da UENF, para fazermos um reconhecimento da área, ou seja, para sabermos de fato onde ficava o batalhão do BOPE. Achemos o batalhão sem dificuldades, pois existiam placas indicadoras da localização do mesmo, porém acredito que se estivesse de ônibus teria dificuldades para chegar até o endereço, já que o batalhão está situado na parte alta do bairro de Laranjeiras, cujo acesso é muito difícil, dada a inexistência de coletivos que façam o trajeto, sendo o acesso ao mesmo feito exclusivamente por táxi ou carro particular, no meu caso carro da Universidade. Depois de feito o reconhecimento da área, descemos para almoçar e esperar a professora Marinete, minha orientadora, que mais uma vez estava imbuída do espírito de mestra que orienta, conduz e introduz o neófito na prática da pesquisa empírica, tornando a minha primeira ida ao campo uma experiência distinta da de Malinowski no litoral sul da Nova Guiné, quando de seu primeiro contato com o campo ele narra o desespero de um “principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que possa auxiliar”¹³³. Depois de almoçarmos em um restaurante próximo, resolvemos subir, para esperar a prof^a. Marinete na entrada do BOPE, onde realmente existe um banner escrito “*não faça movimentos bruscos*”, digo realmente, porque tinha visto esse banner no site da unidade, porém, pensei que o mesmo pudesse ser uma montagem, uma brincadeira, mas não, é real como pode ser visto na figura 1. Ao retornarmos a prof^a Marinete já se encontrava na guarita e já havia comunicado aos policiais, que se encontravam na mesma, que a capitã Aline da seção de comunicação estava nos aguardando. As duas sentinelas vestiam farda preta e seguravam seus fuzis, e sempre que um de seus companheiros de farda passavam pela entrada do batalhão os mesmos, erguiam suas armas e gritavam em alto e bom som “caveira” o que nos assustava/espantava enquanto aguardávamos o policial anotar nossos nomes e respectivos números de identidade.

¹³³ MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Coleção os Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1978, p.19.



Foto: Renata Souza. 02/02/2012. Figura 1: Banner localizado na entrada do Batalhão.

A passagem pelo “portal” do Bope deu início ao nosso trabalho de campo, pois a partir dessa entrada, tudo que acontecesse, desde o mais trivial ao mais inusitado comportamento, seria merecedor da nossa atenção, já que nosso estudo abarca também os modos estereotipados de pensar, sentir e agir dos atores sociais que habitam esse espaço. Porém, sempre tendo em mente que “[...] enquanto sociólogos, não nos interessamos pelo que A e B possam sentir como indivíduos no curso acidental de suas próprias experiências, interessamos-nos, sim, apenas por aquilo que eles sentem e pensam enquanto membros de uma dada comunidade.”¹³⁴ Desta forma, seguindo o ritual formal da instituição, o policial da portaria anunciou nossa presença através do rádio. Enquanto aguardávamos a autorização para adentrarmos a unidade, percebemos, que o policial deu início à sua própria “pesquisa de campo”, já que o mesmo nos indagou sobre qual era o objetivo da visita. A professora Marinete discorreu brevemente sobre o tema da pesquisa e perspicazmente lançou a pergunta à sentinela: “*E você, o que pensa da participação feminina na corporação?*” O mesmo não hesitou em dizer que: “*mulher no BOPE não serve pra nada*”, foi firme e conciso em sua afirmativa, reproduzindo o discurso sexista de que a profissão militar é por excelência uma atividade genuinamente masculina, sendo as mulheres desprovidas dos valores ligados à masculinidade. Entretanto, quando o questionamos se suas superiores hierárquicas sabiam da sua posição, o mesmo replicou que estava brincando, e reiterou dizendo que as mulheres eram importantes, sem entretanto dizer efetivamente para que. Deste modo, podemos verificar que Bourdieu¹³⁵ se faz atualizado, quando nos diz que formas de discriminação e de dominação se apresentam também por meio de brincadeiras e piadinhas,

¹³⁴ Idem. Ibidem, p. 32.

¹³⁵ BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

sendo então, a linguagem, as anedotas e as brincadeiras um veículo de pulverização da dominação masculina.

Depois de toda formalidade de identificação fomos autorizadas a entrar, e nos 500m do percurso da portaria até as instalações da unidade pudemos observar os vários veículos que compõe a frota da BOPE, inclusive o tão famoso “caveirão”, bem como tratores, retro-escavadeiras, carros e muitas motos. Ao chegarmos ao prédio onde fica a sede do batalhão, fomos recepcionadas por mais um “caveira” que portava um fuzil. Ele nos conduziu até outro “caveira” que finalmente nos levou a seção de comunicação, onde a capitã Aline nos aguardava. A mesma nos convidou a nos acomodarmos e iniciamos nossa conversa. Começamos a falar sobre os objetivos da pesquisa. A professora Marinete fez um rápido resumo sobre o feminismo e suas conquistas, e de como a nossa sociedade é regida por uma lógica onde o masculino é o paradigma. A capitã Aline se mostrou muito solícita e interessada na temática, digo até mesmo, um tanto quanto lisonjeada e empolgada com o fato de estarmos interessadas em pesquisar as mulheres do BOPE, e de ser ela uma das personagens da pesquisa. Após essa prévia, a mesma foi nos apresentar às outras mulheres que na ocasião se encontravam no plantão. Uma delas deixou bem claro que não faziam o mesmo treinamento que os homens. As seis integrantes estão divididas em três do quadro de saúde e três operacionais, trabalhando com a parte administrativa. A pessoa em questão era integrante do corpo de saúde, e brincou dizendo que ela era portadora de todos os estigmas que uma mulher podia ter, - entendemos estigma no sentido de “[...] indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”¹³⁶- e relacionou os mesmos dizendo que primeiro era mulher, depois mãe de quatro filhas mulheres, enfermeira e por último policial. Observa-se, que as palavras da policial estavam imbuídas do que Bourdieu aponta como uma das características da dominação masculina, ou seja, o reconhecimento da vítima de que sua condição é realmente de inferioridade, cabendo a ela somente se conformar.

Nenhuma das mulheres que integram o BOPE vai para rua participar de atividades ostensivas. Elas acompanham os homens nas missões de pacificação, porém, não vão para a linha de fogo trocar tiros, ficam na área morna¹³⁷ atuando em outras frentes. Na ocasião da visita estavam presentes a capitã Andréia que é uma das psicólogas e a capitã enfermeira Claudia. Da tríade do operacional estavam presentes a capitã Aline da seção de comunicação, que estava nos ciceroneando e a sargento Sonia que também trabalha na parte burocrática da instituição.

¹³⁶ GOFFAMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade Deteriorada*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1988, p. 4.

¹³⁷ Categoria nativa utilizada para dividir a área do confronto em zonas quentes, onde o confronto está acontecendo, e área morna onde é possível ficar sem se expor totalmente ao risco.

Assim sendo, conversamos por quase 1h 20 minutos, acertamos os detalhes de nossa visita para a semana seguinte, e assim dar continuidade ao trabalho de campo. Nesse primeiro contato o que nos chamou a atenção foi o fato da capitã Aline fazer questão de nos mostrar o alojamento feminino, o mesmo era muito limpo, organizado e excessivamente decorado com desenhos de flores e bichinhos que demarcavam o lugar como um quarto tipicamente feminino, corroborando as expectativas sociais de que mulher tem que ser delicada, gostar de frivolidades, ser limpa e organizada.

O primeiro dia de campo, sozinha e sem o carro da UENF foi bem complicado, enfrentei vários transtornos, pegar ônibus, depois táxi, e um certo medo de pedir informações sobre o acesso ao batalhão, dada a hostilidade que parte da população carioca tem em relação à polícia. Saí de Campos às 4h da manhã munida de meu roteiro de pesquisa, câmera fotográfica e gravador com a intenção de fazer as entrevistas com as mulheres que estivessem de plantão naquele dia, porém só consegui chegar ao batalhão às 12h horas. Cheguei à unidade de taxi, passei pela portaria principal para repetir o ritual institucional de identificação e esperar até que a comunicação com a capitã Aline fosse estabelecida e a mesma autorizasse a minha entrada. O batalhão depois do filme “Tropa de Elite” tornou-se uma unidade atípica, ou seja, o cartão de visitas da PMERJ, onde sempre tem jornalistas, pesquisadores, celebridades do esporte, moradores de comunidades pacificadas, incluindo os da Tavares Bastos (que foi a primeira comunidade carioca a ser pacificada, e fica ao lado do batalhão) policiais de outros estados que vão para conhecer, militares de outras forças e de outros países, que fazem cursos no BOPE e até mesmo turistas que incluem o batalhão como parte de seu roteiro de viagem. Cheguei ao batalhão já na hora do almoço e percebi uma movimentação meio diferente, tinha muitos repórteres e pessoas que não pareciam fazer parte da instituição, e a capitã me confirmou que havia a comemoração do aniversário do subcomandante. Ele era um dos autores do livro “Elite da Tropa”, além disso, havia um lutador de MMA que foi campeão dos pesos leves do UFC 142, que foi almoçar no batalhão junto com os “caveiras” para comemorar sua vitória. Fui direto para a sala da capitã, quando subitamente entrou um homem, que na ocasião não estava fardado, esbravejando que a capitã pegou o lugar dele e que mulher não servia para nada na corporação, cumprimentou-me e continuou a gritar que mulher não servia para nada. Esse comportamento e a “brincadeira” de dizer que “*mulher não serve pra nada*” foi muito recorrente durante nossa permanência no campo, pois sempre que eu falava para algum policial, sobre a nossa pesquisa eles prontamente me diziam que seria fácil identificar o papel da mulher no BOPE, já que elas não serviam para nada. Observa-se que essa fala polariza a valorização das atividades

desenvolvidas pelos homens, como se fazer a guerra fosse a única coisa importante nessa instituição, e qualquer um, seja homem ou mulher, que não desempenhe essa atividade é visto como desnecessário e até mesmo inútil. Constatamos a mesma hostilidade para com os denominados “peito liso” categoria usada para se referir aos policiais que estão habitando o espaço do batalhão, mas não são cursados nem no COESP nem no CAT. Contrariamente ao que os caveiras gostariam, existem policiais na unidade que não fizeram nenhum dos cursos, e por questões políticas e práticas estão no BOPE. Esse é o caso das mulheres e de alguns homens que são especialistas em algumas atividades e que foram convidados a integrar o batalhão, porém não tem interesse ou vontade de fazer nenhum dos cursos.

Por ser essa a minha segunda vez no campo, e que para efeitos etnográficos oficialmente era a primeira, o que não me garantiria os laços de confiança e amizade necessários para ouvir das minhas interlocutoras histórias e informação “íntimas” das relações de trabalho e convivência no BOPE, optei por observar, ou seja, ver e ser vista, além disso, escutar mais do que perguntar. Fui ao alojamento feminino deixar minha bolsa e lá encontrei a sargento e a cabo. Aproveitei para conversar minimamente com elas a respeito da pesquisa. Ao retornar a seção de comunicação fui informada de que a capitã encontrava-se no rancho (nome do lugar destinado às refeições em um quartel). Fui ao seu encontro e o mesmo gentilmente me acompanhou até onde estava a comida para que eu pudesse me servir. O refeitório estava lotado de caveiras e civis que comiam e conversavam de forma exaltada. Depois de me servir voltei para compor a mesa onde a capitã estava sentada na companhia de mais um colega. Vale ressaltar que mesmo em dias de festa as estruturas hierárquicas se mantêm, pois o refeitório é dividido em três partes “simbólicas”, já que não existem paredes que delimitem os espaços. Há uma mesa reservada aos oficiais e outras duas do lado oposto do refeitório destinadas aos praças além de outra aos subtenentes. Alguns minutos depois chegou o aniversariante, o subcomandante, acompanhado de sua esposa, que também era militar, uma capitã, porém não era lotada no BOPE. O mesmo policial que anteriormente havia entrado na seção de comunicação dizendo que mulher não servia para nada, mais uma vez gritou: “ [...] onde o Major e a ‘primeira-dama’ dele irão sentar?”. A capitã Aline prontamente abandonou o almoço e foi providenciar um lugar para o casal sentar. Depois de acomodar o aniversariante e sua esposa na mesa em que estávamos sentadas, a capitã Aline me apresentou ao subcomandante e sua esposa dizendo que eu era pesquisadora e estava ali autorizada pelo Estado-Maior, e que minha pesquisa era sobre elas, ou seja, as mulheres no BOPE. Ele disse então que eu ia perder o meu tempo fazendo a pesquisa sobre as “fens” (forma como eles chamam as mulheres na polícia) do BOPE porque segundo ele,

elas não serviam para nada. Perguntei para a esposa do subcomandante o que ela pensava sobre a participação feminina no referido batalhão, e ela não titubeou em dizer que achava uma “palhaçada”, pois já via como desnecessário ter mulher na policia convencional. Uma resposta que causa surpresa, já que a mesma também é policial. Ao questionar sua posição, ela me disse que era diferente, pois se considerava vocacionada e que nunca teve frescuras, já que havia trabalhado muito no policiamento ostensivo. Hoje, porém, está na Secretaria de Segurança Pública, mas, por muitos anos atuou nas ruas. Segundo sua opinião, existem mulheres que entram para a policia já pensando em só trabalhar no administrativo, por isso não era a favor de mulher na PM. Percebe-se assim, a naturalização e a incorporação do discurso do dominador, ou seja, a reprodução do preconceito e hostilidade que a instituição reserva à presença feminina. Confirmando as assertivas de Musumeci e Soares, que nos diz que:

Em suma, as policiais do Rio de Janeiro ocupam hoje um lugar ambíguo e parecem experimentar também sentimentos contraditórios no que tange à condição de policial. Não havendo política institucional de gênero, nem mecanismos de afirmação coletiva de identidade, a imagem da PM feminina torna-se imprecisa, individualizada e sujeita também a avaliações individuais, baseadas na experiência empírica, quase sempre mediada por pré-noções, idealizações ou mecanismos de resistência.¹³⁸

Ao término da refeição, foi trazido um bolo e todos os convidados entoaram o parabéns e em seguida o hino do BOPE. Houve então discursos do aniversariante e de outros oficiais. Depois de findada a festa, o policial que tinha “ordenado” que a capitão acomodasse o aniversariante me perguntou: “*Você viu pra que serve mulher no BOPE?*” Perguntei então para que servia e ele respondeu: “*pra arrumar e organizar festa.*” Verifica-se assim, uma clara discriminação de gênero, onde as mulheres são inferiorizadas, por suas qualificações serem consideradas um atributo natural, logo não merecendo respeito e em alguns casos até mesmo remuneração. Michelle Perrot nos diz que as qualidades físicas e morais atribuídas às mulheres, tais como: passividade que predispõe à execução, doçura, organização, higiene, cuidado com detalhes, cuidado com os outros, dentre outras, na realidade não tem nada de inato, pois são frutos da tradicional educação que a sociedade Ocidental reserva ao público feminino, educação que transforma, qualificação real, aprendida nos bancos escolares em qualidades naturais da

¹³⁸ SOARES, Barbara Musumeci, MUSUMECI, Leonarda. *Op.cit.* P., 99.

mulher. Elas são sempre as responsáveis pela decoração, festas ou as mais indicadas para desenvolver atividades laborais que requeiram precisão e cuidados. Nas palavras da autora:

Qualificações reais fantasiadas como “qualidades” naturais e subsumidas a um atributo supremo, a feminilidade: tais são os ingredientes da “profissão de mulher”, construção e produto da relação entre os sexos.¹³⁹

Depois da “festa” entre uma conversa e outra com as mulheres, sempre nos intervalos dava uma volta sozinha no rol do 1º e 2º andar, observando o batalhão e sua movimentação rotineira, e, sucessivamente me deparava com olhares de interrogação sobre quem eu era e o que fazia ali. No 2º andar encontra-se uma parede com vários quadros com fotos, agradecimentos e homenagens ao batalhão. Em outra parede, também pintada de preto, que é a cor predominante das instalações da unidade, quadros de agradecimentos em vários idiomas de policiais estrangeiros que vieram ao BOPE receber algum tipo de treinamento. A capitão me levou ao alojamento para pedir as policiais que iam trabalhar no dia seguinte, para que as mesmas me dessem atenção, já que ela estaria de folga. As policiais me disseram que o dia seguinte era dia de educação física, que consistia em uma corrida, obrigatória para o pessoal do expediente, ou seja, dos(as) policiais que desenvolvem atividades administrativas. Segundo elas o comandante era muito exigente. Convidada a participar da atividade, aleguei não estar preparada, pois não havia trazido roupas apropriadas. Elas então, prontificaram-se a me emprestar. Percebi que era o batismo de fogo, ou seja, não adiantava dar desculpas, e pensei que seria uma oportunidade única: acompanhá-las na atividade física, ou seja, em sua rotina de trabalho e disse que providenciaria a roupa e o tênis. No fim da tarde a capitão Aline me levou em um “tour” rápido pela unidade, e na hora da saída me deu uma carona. Na saída ela me mostrou que até o estacionamento é hierarquicamente dividido por patentes e graduações. Assim, embaixo do batalhão há um estacionamento onde só os oficiais podem estacionar seus carros. Quanto menor a patente mais longe do batalhão se estaciona.

De posse de roupas e tênis apropriados para prática da corrida, sai de “casa” as 7h, pois fiquei temerosa de chegar atrasada para o meu “batismo de fogo”. Tomei um táxi para não me atrasar. Cheguei ao batalhão por volta das 7h 25min já com roupa de ginástica para começar a corrida, passei pela portaria, me identifiquei e subi. Ao chegar encontrei muitos homens no rol

¹³⁹ PERROT, Michlle. *As mulheres ou os silêncios da história*, P. 253.

de entrada, porém não encontrei nenhuma das mulheres, fui ao alojamento que estava com a porta fechada com uma cadeira, bati e ninguém atendeu, pensei então que elas ainda não haviam chegado. Na parte da manhã, o batalhão é tomado pelo ritual da troca de equipes, era um fluxo muito grande de policiais que estavam saindo do expediente e outros que entravam, todos iam à sala de reserva de armamentos, onde os que saíam devolviam suas armas e os que chegavam para trabalhar faziam o movimento contrário. A curiosidade deles em relação a minha presença era visível, pois ficavam perguntando uns aos outros se eu era “fem” nova. Pensei que ir de roupas pretas me tornaria “invisível” no campo, já que é a cor do uniforme deles, e também a cor predominante nas instalações da unidade. Porém, eu era um corpo estranho que mesmo tentando se camuflar e parecer “igual” sempre era visto. Isso se devia também ao fato de só existir oito mulheres na unidade em um universo de aproximadamente 500 homens.

Pude observar depois, que eu não era a única mulher civil que frequentava a unidade com roupas de ginástica aquela manhã, muitas senhoras estavam entrando no batalhão pelo acesso da Tavares Bastos, e as mesmas dirigiam-se para uma clareira usada para treinamentos. Em seguida apareceu um “caveira” segurando bambolês. Tratava-se, como pude confirmar depois, de educação física para as senhoras que moravam na comunidade. Essa atividade acontecia duas vezes por semana. Era um dos projetos sociais desenvolvidos pelo BOPE. Quando a tropa já estava reunida no pátio, desceu a soldado que se juntou aos demais. O pátio estava repleto de homens de preto e apenas eu e a cabo como representante do sexo feminino. Ela entrou na fila do lado dos não oficiais, uma vez que são formadas filas diferentes conforme as patentes e graduações. Ela quase não aparecia em meio a tantos homens. Sua voz não se destacava na hora da oração e do hino, pois era abafada pelas inúmeras vozes masculinas. Durante a execução das músicas, quando todos estavam de costas para mim e de frente para o mastro da bandeira, bem como para o Cristo Redentor, o instrutor, um capitão que já havia me olhado de forma inquisitorial, com sua face fechada e muito sério aproveitou o momento para perguntar quem eu era e o que estava fazendo ali. Apresentei-me como pesquisadora, e que a minha permanência na unidade estava autorizada pelo Estado-Maior. Depois de sanada a curiosidade do instrutor ele ordenou a tropa que voltasse a posição inicial. Depois de terminada a forma, uma equipe, que acredito que seja a dos caveiras cursados, saiu para correr. A equipe da qual a soldado fazia parte, estava dividida em relação a ir ou não correr, pois ela era basicamente composta por homens que integram o quadro administrativo do batalhão, sendo a maioria policiais fora de forma e mais idosos. E nesse intervalo de tempo entre correr e não correr a cabo foi me apresentando aos demais policiais. Para um deles ela me apresentou como a nova “fem” do

batalhão, ele então disse, que era para depois da corrida a soldado me levar à seção dele para cortar os cabelos, que isso seria meu batismo, como ele havia feito com ela. Ela então sorriu e disse que não era para ele ter contado isso.

Comentei com a cabo Laura que o instrutor durante a forma veio indagar quem eu era e o que fazia ali. Ela disse então que ele é um dos homens que não gostava da presença delas no batalhão. Perguntei como ela sabia que ele não gostava de mulheres ali. Disse-me que ele não fala isso diretamente com elas, porém tentava dificultar o trabalho das mesmas, de forma silenciosa e branda. Exemplificou dizendo que, quando elas precisavam de um equipamento, que por ventura fosse da seção dele, não o obtinham. Para ela, soava como uma ação que só tinha por objetivo atrapalhar o andamento do serviço executado por elas. Esse caso corrobora as assertivas de Bourdieu quando nos diz que a dominação masculina, resulta na violência simbólica, que é uma violência que se apresenta de maneira suave, invisível, branda. A cabo não percebe que essa negativa do instrutor é uma forma de violência, pensa que é uma mera implicância, o que segundo o autor esse desconhecimento da violência simbólica contribui para a perpetuação da dominação masculina.

Passado o impasse, os policiais decidiram sair para correr. Na ocasião integravam a equipe eu a cabo e mais cinco homens. A corrida decididamente foi uma prova de fogo, pois mesmo sendo uma frequentadora assídua de academia de ginástica não estava nem um pouco familiarizada com o percurso que incluía muitas descidas e subidas e um sol muito forte. Saímos do batalhão por volta das 8h 45min, o percurso até o parque Guinle foi tranquilo, pois incluía basicamente descida e, por ser uma rua arborizada, nos garantia sombra em vários trechos do percurso. Quando chegamos ao Aterro do Flamengo onde o sol era intenso e não tínhamos sombra, fiquei muito cansada e não pude acompanhar o ritmo da corrida. Disse então para a cabo Laura que eu já estava no meu limite físico e não aguentava mais correr. Uns minutos depois aparece um “caveira” me dando apoio moral para que eu continuasse a corrida. Fui então, intercalando o final do percurso com caminhada e corrida, e ele aproveitou para perguntar o que eu estava fazendo no BOPE. Depois de falar do meu objetivo, ele “brincou” dizendo, que tinha descoberto o porquê da cabo ter saído em disparada na reta final. Ela estava querendo se mostrar, se valorizar na frente da pesquisadora. Ao chegar ao fim do percurso, nos sentamos para repor as energias e beber água. As conversas se revezavam entre assuntos relativos a esportes e assuntos do universo da corrida. O que me deixava apreensiva era o fato de saber que teria que voltar correndo todo o percurso de volta ao batalhão. Através dessa corrida, e da “convivência”, pude perceber que as mulheres do BOPE tem a todo momento que provar que são capazes e

merecedoras de fazer parte do mundo totêmico e masculino da unidade. Os homens estão sempre falando em mérito, em “bançar”, ou seja, que as mulheres mostrem ser capazes de concluir uma atividade. As policiais também deveriam encampar a máxima de que “*missão dada é missão cumprida*”. Assim, eles estavam sempre lançando desafios às mesmas, seja através de corridas, ou qualquer instrução que demandasse força/esforço físico, corroborando as assertivas de Rejane Cristina A. de Jesus, onde, segundo a autora, “as mulheres precisam mostrar, a todo instante, que são competentes, que merecem estar ali. São incompetentes até que prove o contrário”¹⁴⁰. Depois disso, pude perceber que as mulheres do BOPE reproduzem a lógica da meritocracia institucional, daí o convite e a insistência para que eu participasse da corrida. Retornamos ao batalhão. Meus joelhos “gritavam” de dor, eu estava muito cansada. Voltamos em um ritmo mais lento, correndo com um senhor do administrativo que estava fora de forma, para minha sorte! Fomos conversando a respeito da questão das mulheres na corporação e ele me disse que as mulheres são muito importantes para a instituição, porém não soube dizer que tipo de importância elas tinham dentro da polícia. Depois de ter corrido 5km e meio voltamos ao batalhão. Ao passar pela portaria as sentinelas gritaram “[...] *isso é pra ela ver como é ser caveira... e escrever, sentir no coração*” eu gritei de volta dizendo que eu estava sentindo, mas não era com coração e sim no físico.

No alojamento feminino, a cabo me falou sobre os uniformes da PM. O mesmo é composto de calça, camisa, gandola, meia e coturno. É chamado de mug e igual para homens e mulheres. Ela reclamou que tudo ali era para homem por isso, teve que adaptar toda a roupa para que coubesse nela, que possuía 1,65m de altura. A cabo me levou em todas as seções para mostrar que tipo de atividades cada uma desenvolvia e me apresentar aos respectivos funcionários. Sempre aparecia a “brincadeirainha” de cortar meus cabelos. Em duas das seções chegaram a pegar uma tesoura e ameaçaram cortar. Buscavam com isso eliminar os sinais distintivos do feminino. As mulheres que tem cabelos compridos, na instituição, costumam apresentá-los sempre presos, em um coque.

Aprendi que era possível acessar o batalhão por outro caminho, ou seja, subindo pela comunidade Tavares Bastos, já que existia uma linha de transporte alternativo que fazia o trajeto de subida e descida da comunidade, que localiza-se ao lado do batalhão. Os policiais costumam chamar a comunidade de quintal do BOPE, pois o relacionamento dos moradores com o batalhão é muito amistoso, existindo até mesmo policiais da corporação que residem na mesma. Além

¹⁴⁰ JESUS, Rejane Cristina Amazonas. *A atuação do Centro Maria Felipa no combate à discriminação de gênero na Polícia Militar da Bahia*. Artigo apresentado ao IV Curso de Pós-Graduação em Gestão e Políticas de Segurança Pública. Da Universidade federal da Bahia. Bahia, 2011, p. 11.

disso, o BOPE mantém vários projetos sociais que viabilizam a aproximação da unidade com os moradores. Com o objetivo de facilitar o trânsito e o contato entre a comunidade e o batalhão, abriu-se um portão que permite aos moradores, e conseqüentemente aos policiais que vão para o trabalho de ônibus, acessar a unidade. Era muito comum ver moradores da comunidade cruzando o pátio do BOPE. Os moradores também se mostravam muito satisfeitos em ter o batalhão como vizinho. Eu sempre aproveitava o trajeto de subida ou descida para perguntar aos moradores o que eles achavam do BOPE, e as respostas eram sempre positivas. Eles inclusive lamentavam a possível mudança do batalhão para outro endereço, pois segundo alguns moradores, a Tavares só se livrou da criminalidade depois que o batalhão se instalou na vizinhança. A convivência já está tão naturalizada que em um dos cursos oferecidos pelo BOPE o treinamento da parte prática de conduta de patrulha, é feito nas ruelas da comunidade.

Em meio ao trabalho de campo, no dia 10 de janeiro de 2012, aconteceu um fato inédito: os policiais militares entraram em greve no Estado. Segundo o artigo 142, parágrafo 3º, inciso IV, da Constituição “ao militar são proibidas a sindicalização e a greve”, configurando um ato inconstitucional. Isso nos deixou apreensiva, já que o rumo da mesma poderia influenciar diretamente na execução da pesquisa. Cheguei ao Rio às 7h da manhã e o clima era de normalidade. Fiquei um pouco preocupada com o que poderia encontrar, mas a cidade parecia normal. No caminho, e dentro do ônibus, pude avistar uma viatura da polícia parada na rua e tudo estava aparentemente calmo. Cheguei a Rua Bento Lisboa esquina com Tavares Bastos, onde deveria saltar. O ponto de referência era a padaria “Nova Viriato”, onde fica o ponto das kombis que fazem o trajeto por dentro da Comunidade Tavares Bastos. Por muitas vezes o ritual institucional da identificação se repetiu, porém pude perceber que à medida que a minha presença se fazia familiar, eles iam dispensando certas formalidades, pois já não mais me anunciavam, e logo permitiam minha entrada. A movimentação da unidade no dia da greve era diferente da semana anterior, pois, todo o efetivo encontrava-se de serviço, ou seja, todos foram aquartelados, incluindo as mulheres, caso houvesse a necessidade de atender a alguma emergência/ocorrência. A unidade não aderiu à greve e parte da equipe naquele dia tinha como missão executar o policiamento ostensivo. Percebi que a capitã Aline não gostou muito da minha presença na unidade, dado os acontecimentos, ela me informou que também todas as mulheres estavam de prontidão desde a noite anterior, e sem previsão de quando retornariam às suas respectivas casas. Perguntou-me como estava Campos, pois, o 8º BPM havia parado em adesão à greve e uma equipe do BOPE estava a caminho da cidade. Disse que eu não tinha nenhuma informação porque havia saído de casa às 3h da manhã.

Em seguida, fomos para o alojamento feminino e encontramos duas capitãs do quadro de saúde. Elas conversavam sobre a rotina das respectivas atividades. Uma estava muito brava com alguns colegas de trabalho, pois, segundo sua alegação eles não estavam contribuindo para o bom andamento do trabalho dela. Ela percebia certa rivalidade e vaidade velada neste conflito, já que ela era a especialista na atividade e eles tinham apenas noções básicas. Citou brevemente seu currículo, e tendo vasta experiência no seu ofício achava um desaforo não ter reconhecimento por parte dos inferiores hierárquicos. Quando ficamos sozinhas no alojamento ela começou a falar tudo isso e disse que estava cansada de ter “razão”, e que agora ela queria é ser feliz. Então não iria mais se estressar com o descaso dos colegas de equipe, bem como não queria mais “aparecer”/destacar, pois sentia que os homens que trabalhavam na mesma equipe se incomodavam com isso. Para nossa surpresa ela começou a chorar, e disse sentir que sua liderança estava sendo boicotada. Perguntamos de que forma ela sentia isso. Revelou que os rapazes não faziam as coisas do jeito que ela dizia que deveriam ser feitas. Eles ignoravam a sua presença e opinião, bem como se dispersavam quando ela se aproximava. Mais uma vez pudemos verificar a dominação masculina em ação, gerando uma discriminação de gênero, já que a mulher em questão não fazia totalmente parte da cultura institucional que é forjada em cima do modelo masculino. Além disso, ela não era portadora do símbolo maior de pertencimento e respeito que aproxima os iguais. Ela não é cursada. Rejane Cristina A. de Jesus entende:

[...] que discriminação de gênero seja toda e qualquer conduta abusiva manifestada por palavras, gestos, escritos ou atos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou a integridade física e psíquica de uma pessoa, pondo em risco seu emprego ou a sociedade em que vive¹⁴¹.

Descemos para o almoço e, quando estávamos voltando passamos por um major que fez uma “brincadeirinha”. Disse que era para eu anotar em meu caderno de campo que as “fens” do BOPE só andavam em bando. Uma das capitãs prontamente respondeu que isso se devia ao fato, das mesmas serem inferiores numericamente, e por essa razão deveriam andar juntas para se protegerem. Perguntei se ela tinha realmente medo. Disse que não confiava nos homens do BOPE, principalmente depois que colocaram mais homens de forma emergencial para atender ao crescimento determinado pelo governador. Comentou que quando começou a trabalhar na corporação seu carro apareceu com um grande arranhado. Nos dias em que era obrigada a

¹⁴¹ Idem. Ibidem, p. 11.

dormir no batalhão não ficava tranquila e que além de fechar a porta encostava uma cadeira ou algum objeto pesado na mesma. Perguntei se já havia sofrido algum tipo de violência ou ameaça dentro da unidade e ela disse que não.

Mesmo temerosas com os rumos da greve, optamos por não aplicar todos os questionários em um mesmo dia, pois, as pessoas estavam envolvidas e tensas com os acontecimentos da greve, não se mostrando disponíveis para responder ao nosso questionário. Principalmente os homens com os quais nós conversávamos, quando era um diálogo informal, pelos corredores, eles eram super atenciosos, mas quando nós pedíamos para responder formalmente ao questionário nos pediam para procurá-los depois, já que naquele momento tinham um compromisso, evidenciando assim, certa desconfiança e indisponibilidade para com a figura da pesquisadora. Além disso, o material reunido em apenas quatro visitas ao campo seria insuficiente para escrever uma dissertação, pois as relações e conflitos narrados anteriormente não ficariam evidentes nas perguntas do questionário, sendo a vivência no campo, essencial para percebermos e presenciarmos comportamentos estereotipados da relação entre os homens e mulheres que trabalham no BOPE. Iniciamos a aplicação do questionário, com uma das mulheres. Ela era excessivamente tímida, e estava muito tensa com o fato da entrevista estar sendo gravada. Então, resolvemos que, no restante do dia, continuaríamos com a metodologia de observar e ouvir mais do que perguntar.

O contato com as mulheres foi se consolidando sem dificuldades, principalmente com as psicólogas que estavam muito envolvidas com a academia, já que uma estava terminando o doutorado e a outra iniciando. Nossas conversas eram sempre muito produtivas, fazíamos intercâmbio de bibliografia, já que o tema de pesquisa das duas era também a polícia. Com o passar das visitas, uma delas passou a ser uma informante chave, e devido ao seu conhecimento teórico e empírico sobre o campo por vezes, nos introduziu na lógica institucional, além disso, estabeleceu nosso contato com outros oficiais, o que foi de extrema importância para a realização das entrevistas. Assim, parafraseando Foote-Whyte:

A princípio ele era apenas um informante chave e também meu protetor. Na medida em que passamos mais tempo juntos parei de tratá-lo como um informante passivo. Discutia com ele francamente o que estava tentando fazer, que problemas me confundiam e assim por diante. Muito de nosso tempo era gasto na discussão de ideias e observações, e deste modo Doc tornou-se, no verdadeiro sentido do termo, um colaborador da pesquisa.¹⁴²

¹⁴² FOOTE-WHYTE, William. *Treinando a observação participante*. In: ZALUAR, Alba (Org.) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1990, p. 80.

Mais um dia de campo, 24 de fevereiro de 2012, encontramos na seção de comunicação uma equipe de jornalistas, que havia sido contratada pelo Governo do Estado para produzir um livro que terá veiculação exclusiva no exterior para divulgar as políticas de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Como o BOPE é o cartão de visitas da PMERJ, com fama internacional, foi escolhido juntamente com as UPPs para ilustrar o livro. A capitã Aline também nos comunicou que a partir daquele dia teria que usar um crachá escrito “visitante”. Disse que eram ordens do coronel. Apesar de ser a primeira vez que exigiram que nós usássemos tal item, isso era uma prática comum e antiga, porém, estava desativada por falta de crachás que eram sempre levados pelos visitantes. Brincamos que ela havia acabado com a nossa identidade secreta, já que ninguém mais se aproximaria de nós para perguntar: *quem éramos e o que fazíamos ali*; pois, muitas vezes era através da abordagem dos policiais que nós conseguimos alguém para responder ao questionário.

O trabalho de campo nos permitiu observar que as policiais não davam ordens diretamente aos homens da unidade. Por mais que elas fossem superiores hierarquicamente, sempre víamos a ordem sendo proferida por um homem cursado¹⁴³, ou seja, um caveira. Comportamento adotado, segundo elas, como uma estratégia para que as diferenças de gênero não fossem geradoras de conflitos de autoridade. Já que algumas das mulheres haviam percebido que eram muito comuns as crises e até “desobediência” velada/passiva nas relações de comando entre os “caveiras” e os não cursados. Como pudemos observar, no caso narrado anteriormente, onde a mulher que não adotava essa estratégia tinha seu trabalho “boicotado” pelos homens de sua equipe. Algumas das mulheres chegaram a se identificar com a figura de um grilo falante, ou seja, elas estão por trás das ordens ou ideias, sempre atuando nos bastidores. Assim, segundo uma delas: “[...] *no BOPE todas as mulheres tem uma voz masculina, ou seja, sempre tem um homem que fala em nome dela*”. Elas, portanto, reconhecem que não têm voz dentro da corporação, uma vez, que estão em uma instituição cujos estereótipos profissionais remetem sempre à virilidade, força e guerra. Além disso, os caveiras ainda não estão acostumados com a presença feminina, cabendo às mulheres procurarem as estratégias mais adequadas para consolidarem sua presença na instituição

As nossas tentativas de entrevistar os homens inicialmente foram infrutíferas, situação que só se modificou no decorrer da pesquisa, quando nossa presença já estava naturalizada. Alguns personagens, que julgamos indispensáveis, não tinham disponibilidade de tempo para responder ao questionário, dada a rotina atribulada da unidade. E até mesmo uma das mulheres,

¹⁴³ Categoria nativa para se referir a um policial concluinte do COESP ou CAT.

uma das civis, não foi entrevistada devido à inviabilidade de prolongar nossa permanência no campo.

5.2. Quem são as mulheres do BOPE?

A primeira mulher a fazer parte do Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro (Bope), foi uma médica civil, cirurgiã-geral, que entrou para corporação no final dos anos 80, quando o mesmo ainda se chamava Núcleo de Operações Especiais (NUCOE). A médica inicialmente era contratada pela PMERJ para prestar serviços à corporação. Mesmo já estando há dez anos aposentada ela não abre mão do trabalho voluntário junto à corporação, e nem do uso da farda preta, que começou a usar em 1998, por medida de segurança, nas incursões noturnas. A médica é a precursora da Seção de Saúde na unidade, onde já está há mais de vinte anos prestando serviço à corporação.

A segunda mulher a habitar a caserna do BOPE, porém, a primeira militar foi uma Sargento do quadro de combatentes, que entrou na PMERJ no ano de 1990. Em 2001, antes de ir para a unidade, era lotada no Batalhão de Choque da PMERJ, que também é uma unidade especial, onde trabalhou por dez anos. No BOPE a Sargento trabalha na Seção de Justiça e Disciplina (SJD). Nas transcrições das entrevistas será chamada de Sonia.

Observou-se que a participação feminina no BOPE foi lenta e demorada, somente 23 anos depois da criação da unidade deu-se a entrada da primeira mulher militar, tendo seu “ápice” em 2011, quando entraram três mulheres. As razões e objetivos da inserção dessa primeira mulher militar não ficaram claros. Ela disse que foi convidada pelo Coronel que comandava a unidade na época e inicialmente desempenhava a função de telefonista/recepcionista. É importante observar que as mulheres para entrar no BOPE não fazem nem o CAT nem o COESP, cabendo às mesmas apenas um Estágio de Aplicações Táticas (EAT), curso que tem a duração de duas semanas. Dentre o rol de disciplinas inclui técnicas de tiro, uso seletivo da força, instrução tática individual e armamento. Para que uma mulher venha a fazer parte do BOPE, precisa ser indicada ou convidada, como é o caso de todas que estão atualmente na unidade. Do total das seis integrantes militares, três são do quadro de combatentes que é composto por uma cabo, uma sargento e uma capitão e três do quadro de saúde, que é composto

por duas capitães psicólogas e uma capitão enfermeira. No BOPE mesmo as mulheres do quadro de combatentes não atuam na linha de frente, ou seja, no cenário de operações. Desempenham apenas atividades burocráticas ou especializadas. Os cursos (CAT e COESP) do BOPE não são restritos ao sexo masculino, - ele é aberto ao policial militar- mas, até hoje nenhuma mulher concluiu nenhum dos cursos. Segundo informações, de alguns policiais, até o ano de 2012 (na ocasião da pesquisa de campo) só uma mulher da marinha havia se inscrito e começado o teste físico de seleção do CAT, onde segundo relatos, ela teve que raspar a cabeça e fazer a mesma bateria de exercícios físicos que os candidatos do sexo masculino. Ela, porém se lesionou e abandonou o processo seletivo, o que é contado com muita alegria por alguns integrantes da unidade.

A outra mulher civil que compõe o quadro feminino do BOPE é a pedagoga, que trabalha na PMERJ desde o ano de 2000 e entrou no BOPE em 2005. A pedagoga, que será chamada de Marcela, trabalha na Seção de Instrução Especializada (SIEsp), que é responsável por todos os cursos ministrados no batalhão, bem como estágios, intercâmbios e instruções.

A Seção Administrativa (SADM) do BOPE desde 2008 conta com a presença de uma cabo, também do quadro de combatentes, que já atua na PMERJ desde o ano de 2003. A cabo, antes de ir para o BOPE foi lotada em outras duas unidades: o Batalhão Policial de Turismo (BPTur) e o Grupamento Aéreo Marítimo (GAM). Ela será chamada de Laura.

O serviço de psicologia iniciado em 2004, (foi inaugurado por uma psicóloga militar que saiu para atuar na Força Nacional), passou a contar desde 2008, com a capitão, do quadro de oficiais de saúde. Formada em psicologia Marlúcia é especialista em negociação de liberação de reféns compõe o quadro da PMERJ desde 2002, fazendo parte da primeira turma de psicólogos militares da instituição. O setor de psicologia, que compõe a Seção de Saúde (Ssaúde), tem como responsabilidade aplicar e avaliar o teste psicológico que faz parte da seleção dos cursos de ingresso na unidade, instruções sobre liderança, psicologia no gerenciamento de crises e motivação, treinamento com a tropa através de dinâmicas de grupo, atendimentos clínicos dos policiais e seus dependentes e o assessoramento ao negociador em ocorrências com reféns. Em 2011 a seção de Psicologia recebeu reforço com a entrada da capitão Andréia, que compõe o quadro de oficial de saúde, formada em psicologia que atua conjuntamente com a outra capitão em todas as atividades de responsabilidade da seção.

Também em 2011, a capitão Aline do quadro de combatentes, que já está na PMERJ desde 2003 passou a integrar o BOPE. Sua formação em jornalismo proporcionou sua lotação na

Seção de Comunicação Social (SCOMSOC), setor responsável por todas as informações divulgadas na mídia sobre o batalhão.

A última mulher a ingressar no BOPE foi a capitã Claudia, que é enfermeira, oficial do quadro de saúde. A capitã ingressou na PMERJ no ano de 1997. É oriunda do primeiro concurso realizado para o quadro de saúde de enfermeiros (as) de nível superior da instituição. Foi para o BOPE em 2011 onde atua na Seção de Saúde (Ssaúde).

Para que fosse possível traçar um perfil das mulheres que compõem o batalhão, fizemos uso de dados primários, obtidos através da aplicação de um questionário semiestruturado. O mesmo foi aplicado à totalidade das integrantes militares da unidade e para evitar a identificação das participantes usamos nomes fictícios e indicaremos apenas suas posições hierárquicas: oficial ou praça. A idade das integrantes variou entre 30 e 65 anos, com uma maioria jovem. Cinco são casadas, sendo, duas com policiais militares, um deles também lotado no BOPE. A policial solteira havia rompido um relacionamento de seis anos com um civil e estava namorando um policial também do BOPE. Afirmou que o fato de atuar em um batalhão que exigia dela maior dedicação e tempo fora de casa trouxe problemas para o relacionamento. Segundo Helena Carreiras, vários estudos têm mostrado que “[...] para as mulheres militares é provavelmente mais fácil prosseguir na carreira se o seu cônjuge for também militar do que se este for civil: nesse caso as deslocamentos implicariam sempre decidir entre uma separação ou a mudança de emprego de um dos membros do casal.”¹⁴⁴ A rotina militar inclui deslocamentos e a permanência em quartéis e operações onde a presença masculina é majoritária, o que pode não ser bem compreendida por companheiros civis.

Em relação à maternidade observa-se que um maior percentual não tem filhos. Corroborando os resultados das últimas pesquisas que apontam para um adiamento da maternidade das mulheres que investem na carreira e/ou priorizam a profissão. Das seis mulheres apenas duas têm filhos: uma com uma filha e a outra com quatro filhas.

No que tange ao grau de escolaridade, quatro delas têm nível superior completo, (em alguns casos é a exigência mínima para desempenhar determinada função), e as outras duas estão matriculadas em curso de nível superior, mesmo que a exigência para ingressar na PMERJ (quadro de praça) tenha sido apenas o ensino médio completo. Dentre as áreas de formação temos: psicologia, enfermagem, medicina, gestão de segurança pública, pedagogia, educação

¹⁴⁴ CARREIRAS, Helena. *Família, maternidade e profissão militar*. In: Estudos feministas. Florianópolis: IFCS/UFRJ, vol. 5 N. 1/97, p. 75.

física e engenharia civil. Observa-se que algumas mulheres não se limitaram apenas ao curso de graduação, tendo realizado cursos de pós-graduação, especialização relacionadas com sua área de atuação, e até mesmo o curso de doutorado.

No que consiste ao perfil étnico-racial das integrantes do batalhão, trabalhando com uma classificação autoatribuída, encontramos respostas variadas como branca, morena, amarela e parda. Observou-se nas categorias raciais utilizadas, uma tendência muito comum da cultura brasileira, que foi fortemente marcada/influenciada pela ideia do embranquecimento e da democracia racial, quando as pessoas com forte indício étnico/racial negro não se consideram enquanto tal.

Na instituição militar a distribuição por patente e graduação está dividida em dois círculos hierárquicos distintos (oficiais e praças). O oficialato se organiza em postos e praças em graduações, sendo os oficiais hierarquicamente superiores aos praças. Segundo o Estatuto da Polícia Militar, os círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre policiais-militares da mesma categoria que tem por objetivo desenvolver o espírito de camaradagem em ambiente de estima e confiança. Dentre as militares a distribuição por patente e graduação está dividida da seguinte forma: quatro mulheres pertencentes ao círculo dos oficiais, categoria que vai de tenente a coronel, e duas da categoria das praças conjunto que compreende o universo de soldado a subtenente.

5.3- Ser uma PM feminina.

Antes de entrar na PMERJ as policiais desenvolviam atividades diversas, a maioria delas trabalhava fora do âmbito doméstico. Apenas uma se ocupava exclusivamente da atividade familiar. Dentre as atividades desenvolvidas temos: donas-de-casa, enfermeira plantonista, funcionária pública municipal, professora de educação física, estudante, psicóloga clínica.

Percebemos que a escolha pela profissão policial militar para as mulheres não foi originada de uma tradição familiar, ou seja, não tinham familiares, e principalmente o pai policial militar. A principal motivação, da maioria das mulheres, para a escolha dessa carreira, foi a busca de estabilidade proporcionada pelo serviço público. Como pode ser observado na fala abaixo:

Eu precisava fazer um concurso público para estabilidade financeira.
(Oficial Andréia)

Entretanto, encontramos algumas que disseram ter havido uma identificação/admiração anterior pela carreira. Prevaleceu, no entanto, o argumento de que a busca pela estabilidade profissional tenha sido o elemento motivador da escolha da carreira. Contrariamente constatou-se que alguns homens entrevistados, eram filhos de policiais civis e militares, e por isso, se diziam vocacionados, para desempenhar tal profissão. Assim, entre os motivos apresentados para justificar a escolha das mulheres pela carreira policial, destaca-se:

Oportunidade de emprego a princípio, eram 50 vagas para psicologia, eu tinha pavor da polícia militar, nunca me imaginei aqui... Mas, a princípio foi por uma escassez de mercado, eu olhei 50 vagas para psicologia, uma instituição que eu tinha lá meus receios, que eu tinha medo....vou fazer, oportunidade mesmo. Concurso geralmente eram três, duas vagas para psicologia. Mas, oportunidade de emprego, nunca foi um ideal, nunca escondi isso....nunca foi um ideal não. Era oportunidade de emprego (...) eu precisava de estabilidade.. (Oficial Marlúcia)

Bom... por causa da.... eu tinha acabado de sair da faculdade, aliás eu sai em 93 da faculdade, e fiz o concurso da PMERJ que tava aberto em 1993, mais eu só entrei em 1997, porque todo processo seletivo...tal, eu engravidei da minha segunda filha, aí fiquei na parte física, me chamaram dois anos depois que todo mundo tinha entrado, entendeu (...). Oportunidade, oportunidade de emprego. (Oficial Claudia)

Meu irmão.... meu irmão era bombeiro, e eu já fazia faculdade na UFRJ. E aí ele falava: 'faz que nem eu, faz uma carreira que te dê estabilidade, faz prova pro bombeiro' ...e aí ele me contando o que se passava lá na academia, eu gostava, tipo assim... rapel... tudo de atividade, assim.(...) Aí eu fui, me atrevi fazer (...) fiz a prova, passei em primeiro lugar... porque era dividido a prova de mulheres e homens, eram dez vagas para mulheres e cem para homens, e das mulheres eu fui a primeira colocada, e aí fiz as provas né, passei, aí entrei... acabei vendo lá qual era, gostei...aprendi a ser militar. (Oficial Aline)

Ficou evidente que muitas mulheres desconheciam o ofício policial ou até mesmo tinham uma visão negativa da corporação, sendo a busca por um trabalho estável a principal razão de procurar a polícia. Segundo Jaqueline Siqueira do Sacramento¹⁴⁵, na sociedade contemporânea a procura por empregos estáveis associados a planos de carreira, têm aumentado consideravelmente, tanto entre homens como entre mulheres, fazendo com que haja uma demanda por carreiras estatais, tornando a polícia um campo de atuação atraente, mesmo para aqueles (as) que desconhecem a realidade da profissão.

Além disso, observou-se que duas delas disseram ter uma admiração/relação anterior pela carreira policial, porém não chegaram a se declarar vocacionadas para tal função. Prevalecendo, desta forma a busca de estabilidade proporcionada pelo serviço público como muitas vezes relatado pelas mesmas nas conversas informais.

Eu queria ser policial... desde os doze anos eu quis ser policial... foi um assalto que teve próximo da minha casa, que os policiais entraram lá em casa para procurar os bandidos, que foram se esconder lá, na casa de cima. Aí, eles (os policiais) entraram e me levaram pra procurar os bandidos, atrás deles ...aí, eu gostei da atuação deles. (Praça Sonia)

Na época, assim... eu admirava as mulheres no militarismo, entendeu. Eu achava uma coisa assim, que me despertava um interesse, por ser uma exceção mesmo.... eu admirava. (Praça Laura)

Segundo Musumeci e Soares formalmente o papel da polícia está vinculado a sua missão de “servir e proteger”, “[...] o que se privilegia na identidade policial militar são sobretudo as virtudes ‘ másculas’ e ‘guerreiras’: ‘bravura’, ‘heroísmo’, força física, ‘aptidão para o risco- virtudes que as mulheres estariam, por hipótese, desprovidas.”¹⁴⁶ Dessa forma, observa-se que a polícia militar tem sua cultura pautada no ideal de masculinidade, onde os valores atribuídos aos homens é o paradigma da imagem institucional, ou seja, a instituição Polícia Militar foi forjada em cima desses valores, não existindo um lugar para as mulheres. Todavia, a presença feminina nas corporações militares (policiais ou não) é um fato, o que nos faz pensar sobre como essas mulheres se percebem em um espaço institucionalmente masculino. Perguntadas sobre o que significava ser uma policial feminina, encontramos como respostas:

¹⁴⁵ SACRAMENTO, Jaqueline Siqueira do. *Polícia e gênero: percepções de delegados e delegadas da Polícia Civil do Rio Grande do Sul acerca da mulher policial*. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Porto Alegre, 2007

¹⁴⁶ SOARES, Barbara Musumeci, MUSUMECI, Leonarda. Op.cit., p 87.

Eu tenho uma relação com isso assim, muito natural, eu não vejo nada de mais nisso... assim, eu to muito mais focada na minha identidade psicóloga, do que na minha identidade policial feminina... né. Então pra mim, não é nada demais, mas também não é uma coisa que eu desvalorizo, mas isso não está tão presente na minha vida prática, está muito mais presente a Marlúcia como psicóloga. Então assim, eu não exerço tanto a função de policial feminina, né. Eu sou uma policial feminina, mas que tem uma função muito administrativa, de pesquisadora de profissional, então assim, eu não consigo dividir tanto isso, porque eu me vejo mais como psicóloga que tá num espaço que tem um grupo de mulheres, do que exercendo a atividade de policial feminina. Se eu tivesse na rua de repente, ou então fazendo os serviços próprios da administração policial talvez eu me sentisse mais policial feminina.(Oficial Marlúcia).

Assim, quando eu entrei eu tinha outra visão da polícia, entendeu. Agente tem a visão da polícia como combatente agente não vê essa parte que vem além de tudo isso, esse contato com a população, essa parte de aproximar a população e a polícia. Você começa a ver o outro lado porque, quando você tá fora a impressão que se tem é que tá cheio de mal policial. E pra mim hoje em dia não é assim, a visão da corporação muda completamente.(Praça Laura)

Como pode ser verificado, a concepção do que é ser policial feminina é uma imagem que não tem um consenso, ou seja, não existe uma definição sobre o que vem a ser uma policial feminina. Não havendo uma identidade nem mesmo uma atividade específica que possa caracterizar a função da mulher na corporação. Levando algumas a não saber o que responder, ou dar respostas que não tinham nenhuma relação com a pergunta feita e até mesmo a recorrer a canção da PMERJ como forma de definir sua atividade, na qual os valores propalados fazem referência direta aos valores masculinos que permeiam a profissão, já que ser policial historicamente, esteve associado ao homem. Como pode ser verificado na fala abaixo:

O que é...? e agora como vou responder isso.... o que é ser policial feminina? ‘Uma razão de ser....enfrentar a morte, mostrar-se forte no que acontecer.’”(trecho da canção da PMERJ). (Praça Sonia)

Percebe-se também, que as entrevistadas não se referem em momento algum a ideia do trabalho remunerado feminino como uma conquista ou qualidade da cidadania. Uma delas até

fala que o fato de ser policial feminina contribui para “mudança social” ou “processo” mas, não se aprofunda e nem deixa claro que mudança ou processo é esse. As diferenças de gênero, não são em momento algum apontados por elas, como uma questão a ser levada em consideração, ou seja, parecem não perceber que a divisão sexual do trabalho está também estruturada em cima da divisão dos papéis sociais atribuídos a cada sexo. Assim:

Ser policial militar feminina.... a possibilidade de você trabalhar por uma mudança....mudança social, você participar de um processo de mudança, né... Você está colaborando para um processo de mudança.(Oficial Aline)

A utilização do argumento da estabilidade profissional proporcionada pelo serviço público foi recorrente para justificar a escolha da carreira, além de um suposto *status* por ser funcionária pública e também militar.

O que é ser policial feminina? O que é ser policial hoje em dia... é uma pergunta difícil. Acho que é assim, é você em primeiro lugar ter... ser agraciada por estar em um serviço público,entendeu... em relação a toda uma sociedade, todo mundo quer estar, né... todo mundo quer galgar um serviço público. Tem o status do serviço público, como, independente de estar na polícia, Marinha ou na Aeronáutica, mas tem o status do militarismos, né, também. Então assim, a gente vivencia esse status né, as pessoas que a gente trabalha... a gente da saúde, tem a possibilidade de ter outro emprego as pessoas perguntam ‘pra que ter outro emprego você já é da polícia, já ganham muito bem’ as pessoas veem assim ‘vocês são militares ganham bem, pra que ter outro emprego’. Né, não sabem do contra cheque no final do mês, entendeu. Então assim, ser policial hoje é tá conseguindo desenvolver minha capacidade técnica né, profissional pra qual eu me formei e ter esse status na sociedade que não foi o que eu procurei, mas existe, ele existe. (Oficial Claudia)

Segundo Musumeci e Soares essa confusão da condição policial se deve principalmente por falta de políticas institucionais de gênero, e principalmente pelos estereótipos sociais que renegam as mulheres a atividades relacionadas ao mundo doméstico, já que a corporação naturaliza as qualificações reais como características inatas das mulheres. Além disso, algumas percebem que existe uma cobrança institucional exagerada para que elas se mostrem capazes de desempenhar bem as atividades a elas destinadas, mais do que aos homens, evidenciando um

comportamento totalmente preconceituoso por parte dos policiais do sexo masculino, uma vez que é recorrente a opinião dos mesmos de que mulher na PM não serve para nada.

Para Michelle Perrot o saber a respeito das diferenças sexuais que é produzido socialmente, é sempre amalgamado por objetivos políticos bem determinados de dominação, subordinação e poder. Algumas mulheres não apreendem as desigualdades de gênero vigentes em nossa sociedade, ou seja, não percebem que as diferenças sexuais produzidas socialmente sobre o corpo masculino e feminino são parte de uma disputa política. Desta forma, como pode ser observado no trecho da entrevista transcrito abaixo, a interlocutora diz que o fato de ela ser mulher é indiferente para sua atuação profissional:

Eu acho que é a cada dia um aprendizado, acho que o feminino...pra mim não é o feminino que faz a diferença e sim a atitude. Tipo... se eu fosse homem...eu não vejo diferença no meu tipo de atuação, pra mim como profissional, eu não vejo que o sexo me possibilite coisas diferenciadas... se eu fosse homem eu não estaria aqui ou seria pior ou melhor. Não vejo nenhum impedimento, pra minha carreira, como eu trato com a comunicação, de diferença de ser mulher ou homem.(Oficial Aline)

Porém, logo em seguida a mesma se contradiz, ao dizer que:

Ser policial feminina....deixa eu ver , que eu posso te falar sobre sexo....as vezes você tem que provar um pouco um pouco a mais, por ser uma carreira essencialmente masculina, e com uma gama de pessoas do sexo masculino muito superior, você tá sempre em observação, as pessoas tão sempre te observando mais, porque você é o diferente. Ainda mais hoje, aqui no BOPE você é o diferente, então acho que é só um pouco a base, você tem que tá sempre provando um pouco a mais....mas não tenho problemas com isso.(Oficial Aline).

Evidenciando o quanto essa dissimetria é atuante, quando a mesma fala sobre uma maior cobrança/observação do seu desempenho profissional justamente pelo fato de ser uma mulher. Corroborando mais uma vez as assertivas de Michelle Perrot quando nos diz que os limites do que uma mulher pode ou não fazer vão além da ordem jurídica. Esses limites são ditados “[...] pelo sexo dominante, vigilante em definir a mulher-como-deve-ser.^{147,}”

¹⁴⁷ PERROT, Michele. Op.cit., p. 271.

Segundo Elisabeth Badinter condicionou-se socialmente a definição de gênero à sexualidade, existindo assim entre a maioria das sociedades um *habitus* referente a cada anatomia, que vai ditar as regras sociais de comportamento do homem e da mulher, uma identidade social que vem sendo naturalizada ao longo dos tempos, que mais parece uma identidade biológica inscrita no DNA de cada sexo, tendo então os atores sociais que se comportar/agir conforme o previamente estabelecido. Assim a autora nos diz que “a identidade masculina está associada ao facto de possuir, tomar, penetrar, dominar e afirmar-se, se necessário pela força. A identidade feminina, ao facto de ser possuída, dócil, passiva, submetida (...)”¹⁴⁸ No que tange às definições de gênero que orientam e ilustram as práticas discursivas e subjetivas das policiais observamos que elas reproduzem esse padrão socialmente determinado, onde o papel atribuído ao feminino está embebido em valores que obedecem aos códigos heteronormativos, ou seja, o mundo doméstico está para as mulheres assim como o público para o masculino. Assim, quando perguntadas sobre o que significaria ser uma mulher, elas disseram que:

Ser mulher...lavar louça, cuidar da casa...que pergunta difícil! (risos).
(Praça Sonia)

Ser mulher....é ter muitos sonhos, é ser muito sonhadora, acreditar em coisas boas, é gostar de criança...é tanta coisa (risos). Ser sonhadora, ser batalhadora, é ser...ao mesmo tempo que...é uma junção, ao mesmo tempo que é ser meiga é você ser determinada, correr atrás do que você quer, fazer as coisas que você quer....(Oficial Aline)

Observou-se também que ao mesmo tempo em que as mulheres recorrem aos papéis tradicionais de gênero para definir o que é ser uma mulher, algumas demonstram uma ruptura com essas personagens tradicionais. Como pode ser observado na fala da Aline, que ao mesmo tempo em que ela relaciona mulher como “sonhadora”, “maternal” e “meiga” ela também recorre a características que são socialmente associadas aos homens, tais como: “correr atrás”, “determinada” para compor a imagem que ela tem do que ser é uma mulher.

No trecho transcrito, foi possível constatar que uma das entrevistadas cai na armadilha do discurso sexista, que diz que as mulheres, por questões biológicas, são incapazes de participar de

¹⁴⁸ BADINTER, Elisabeth. XY sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 133.

certas atividades. Muito embora, nessa mesma fala, ela perceba que é a falta de treinamento específico que distancia as mulheres das atividades ditas exclusivamente masculinas, ou seja, ela reconhece que é a “falta de treinamento” que afasta as mulheres das atividades ou setores da carreira policial e não uma incapacidade inata.

Pergunta difícil...eu acho que a gente é mais frágil sim, entendeu... essa história, pra mim que de direitos iguais, eu digo assim, direitos iguais sim, mais agente não é igual, não tem como comparar um homem e uma mulher. Cada um é... a fisiologia é diferente..é tudo diferente, entendeu. De repente assim, o serviço militar para uma mulher é...é mais difícil, por alguns motivos, entendeu por isso que eu acho que as mulheres trabalham em áreas específicas porque acontece uma seleção natural, quando você vai entrando...claro, existem mulheres que trabalham no operacional melhor que muito homem, mas não é a maioria. Não quer dizer que se você treinar... mais é complicado...[...] como é que você vai fazer um curso que tem que ficar dias sem tomar banho e você estando menstruada.(Praça Laura).

Verificou-se também a retomada do velho discurso naturalizado de que a menstruação é um estigma que habita o corpo feminino e a impossibilita de desempenhar determinadas atividades, como pode ser observado no trecho acima onde a entrevistada recorre a esse argumento para justificar a não existência de mulheres em algumas atividades/setores da carreira policial, pois segundo a mesma, é como se existisse uma “seleção natural” que excluísse as mulheres de algumas atividades ditas exclusivamente masculinas.

A ditadura da beleza é outra ideia que assombra o feminino. Segundo Michelle Perrot no espaço público as mulheres têm quase um dever de beleza, ou seja, a beleza está para o feminino assim como a força está para o masculino. “Para as mulheres, a imagem é, em primeiro lugar, tirania. Ela confronta-as com um tipo físico ou com um modo de vestir ideais. Sugere-lhes o bom e o belo. Como comportar-se, como vestir-se, [...]. Sobre as mulheres pesa o olhar inquisidor da família, da vizinhança ou do público.”¹⁴⁹ E as integrantes do BOPE não escapam ilesas dessa normatização, já que consideram que:

Ser feminina, mesmo sendo policial, usar brinco, batom, cuidar das unhas.... se cuidar né. (Oficial Andréia)

¹⁴⁹ PERROT, Michelle. *As mulheres e as suas imagens ou o olhar das mulheres*. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *Imagens da mulher*. Porto: Plon, 1992, p.177.

Não são poucas as instituições que atuam nesse cerceamento da condição feminina. A Igreja, por exemplo, tem uma longa trajetória de silenciamento das mulheres. Segundo Heinemann a “[...] história do cristianismo é quase a história de como as mulheres foram silenciadas e privadas de seus direitos.”¹⁵⁰ Dessa forma, para a Igreja as mulheres são o oposto da santidade, são impuras, a origem do mal e não são consideradas garantidoras de “equilíbrio”, podemos verificar isso segundo as concepções religiosas sobre Eva, que foi a primeira mulher a colocar o mundo em perigo ao seduzir Adão levando-o a pecar. A justificativa da Igreja para a existência da mulher se resume à função biológica da reprodução, sendo ela, necessária apenas para auxiliar o homem na procriação. Observou-se a permanência de resquícios desse discurso religioso na resposta de uma das entrevistadas sobre o que significava ser uma mulher. Nela identifica-se um conservadorismo, claramente permeado por uma moralidade cristã, já que o nome de Deus foi invocado para justificar a ideia de feminino, reiterando uma ideia de mulher como corpo de serviço que tem como suas funções principais a maternidade, submissão, sedução e a beleza que como mostrado por Michelle Perrot é uma armadilha que gera sofrimento as mulheres.

O que é ser mulher? Eu acho que é ser...bom! Eu amo ser mulher, amo. E mulher pra mim é ser assim, um ser pleno, sabe, um ser que vive, eu acho que foi um ser...eu acho não, tenho certeza disso, que Deus. Porque toda minha filosofia de vida religiosa, da minha concepção religiosa eu acho que a mulher é um ser criado por Deus, pra ser, pra garantir não só a espécie, mas pra garantir o equilíbrio na face da terra, entendeu. Ele deu a mulher o poder da sabedoria, com a beleza, com a sutileza, entendeu... uma inteligência... todas as inteligências estudadas até hoje a mulher tem, ela é muito sábia, agente é que não sabe se valorizar, entendeu. Mulher, eu falo isso com as minhas filhas, do ser racional e do ser irracional, você olha, em toda raça animal o homem corre atrás para conquistar a mulher, cara. Então, hoje em dia a mulher infelizmente se deixou desvalorizar esse lado dela, porque é ela que está querendo correr atrás [...] mulher tem que se fazer de difícil ter as armas dela. Porque é assim que ela conquista...e a bíblia fala isso “a mulher sábia edifica sua casa” é ela que comanda, e dá para os homens as armas, aí ele acha que ele está comandando, mas quem está fazendo tudo é ela....(Oficial Claudia).

¹⁵⁰ HEINEMANN, Uta-Ranke. Eunucos pelo reino de Deus: mulheres sexualidade e a igreja católica. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1996, p.25.

Segundo Elisabeth Badinter “[...] ser um homem implica um trabalho, um esforço que parece não ser exigido à mulher,”¹⁵¹ ou seja, no feminino apresenta-se como natural a menstruação que é um demarcador natural de que a menina virou mulher, porém para o homem não existe nenhum sinal natural que demarque a virilidade, sendo então, a mesma construída socialmente, ou como prefere a autora “fabricada”. Dessa forma, o homem se constrói a partir da negação de tudo que possa aproximá-lo do feminino. “O comportamento que as sociedades definem como convenientemente masculino é composto de manobras defensivas: receio das mulheres, receio de mostrar qualquer tipo de feminidade- inclusive ternura, passividade ou dispensa de cuidados aos outros [...]”¹⁵². Bourdieu também aponta que o desgaste social e psicológico dos homens para se fazer viril é muito grande, pois eles são vítimas da sua própria dominação masculina. Sendo esse o motivo que leva a entrevistada a acreditar que as mulheres são mais livres, já que para elas toda e qualquer manifestação emotiva é permitida. Assim Marlúcia acredita que:

Ser uma mulher é muito bom viu! Porque eu acho que a mulher, tem uma capacidade.... eu vejo o feminino como algo que remete a liberdade... em que sentido, a mulher ela pode chorar, pode gritar, bater, espremer e ao mesmo tempo pode ser séria, ser....forte, né. Homem não, acho que ele tem que representar mais um papel sabe, a sensação que dá é que as mulheres elas são mais livres pra ser elas mesmas, porque a gente não precisa esconder isso se a gente tá puta, agente, tá puta, se a gente quer chorar em público a gente chora, se a gente quer xingar também a gente xinga. (Oficial Marlúcia)

Além disso, observa-se que a sobrecarga de trabalho atribuída às mulheres na contemporaneidade, que leva as mesmas a desenvolverem várias atividades, simultaneamente, é visto pela entrevistada como uma qualidade exclusiva das mulheres, que a mesma denomina de “versatilidade do feminino”:

Eu acho que por mais que a gente tenha uma história de repressão aí do feminino, a mulher, pra mim a mulher é um sexo forte, porque agente lida com dores superlativas, né. A

¹⁵¹ BADINTER, Elisabeth. XY sobre a identidade masculina, p. 16.

¹⁵² Idem. Ibidem, p. 74.

dor do parto, a dor de ter que gerenciar varias coisas ao mesmo tempo. O bom de ser mulher é que ela consegue fazer várias coisas ao mesmo tempo, o homem não, isso aí já foi dito pelos homens né. Tanto na condição de paciente, o marido fala isso, os amigos...a mulher ela tá no telefone, ela tá fazendo lá a comida da criança ao mesmo tempo ela tá com um livro lá aberto, email entendeu. Essa versatilidade do feminino...eu acho que eu não suportaria não, essa coisa de ficar fazendo uma coisa de cada vez, eu gosto de ficar fazendo tudo ao mesmo tempo...e a gente dá conta.. (Oficial Marlúcia).

Para Maria Lygia Quartim de Moaraes,¹⁵³ esse excesso de atividades atribuídas às mulheres é a síntese de um sistema familiar, uma organização econômica, jurídica e religiosa que lapidaram ao longo da história a ideologia do “próprio para as mulheres”. Essa ideologia afetou a inserção da mulher no mercado de trabalho e a divide obrigatoriamente nas responsabilidades dos trabalhos domésticos e profissionais. Observa-se que a concepção de gênero dominante entre as mulheres está construída em cima de valores tradicionais e até mesmo religiosos, uma visão conservadora do papel do feminino que reduz ao poder da sedução, da maternidade e ao dever de beleza. Segundo Welzer-Lang, esse comportamento feminino de submissão e conformidade com o discurso masculino dominante, se deve ao fato das mulheres não perceberem que a sociedade está simbolicamente dividida, e essa divisão:

[...] atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor. Esta divisão do mundo, esta cosmogonia baseada sobre o gênero, mantém-se e é regulada por violências: violências múltiplas e variadas as quais— das violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho — tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente aos homens à custa das mulheres¹⁵⁴.

Em pesquisa realizada com integrantes do BOPE, Storani identificou que os homens se submetem voluntariamente ao sofrimento, e ao mais duro esforço para pertencer ao BOPE, tendo como motivação e objetivo “se testar”, “se colocar a prova”, “servir no BOPE” e principalmente,

¹⁵³ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. História da cidadania. São Paulo: Contexto. 2010, pp. 495-516.

¹⁵⁴ WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: Estudos feministas. Florianópolis:UFSC, v.09 n.2/2001, p.461.

a busca pelo *status* de pertencer a “tropa de elite”, passando, por todas as dificuldades e adversidades que compõe o currículo dos cursos, construindo assim o *ethos* guerreiro que faz com que os caveiras se considerem como diferentes, e superiores a todos os demais. As motivações que impulsionam os homens a entrarem no BOPE e o rito de passagem ao qual os mesmos são submetidos corrobora as assertivas de Welzer-Lang quando nos diz que a relação entre os homens em locais monossexuados, ou “casa dos homens” como prefere o autor, também se estrutura através da dominação masculina. Ou seja, essa dominação “[...] estrutura o masculino de maneira paradoxal e inculca nos [...] homens a ideia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres”¹⁵⁵. Essa aprendizagem, segundo descreve o autor, se faz através do sofrimento, para que possam, assim, aprender os códigos e ritos que vão transformá-los em verdadeiros homens.

A intensidade do pertencimento, ou seja, o grau de “encavramento”, categoria nativa para pertencimento, ou a vontade de integrar a “casa dos homens” não é a mesma entre homens e mulheres. Mesmo porque, os homens são orientados para a construção da masculinidade, ou seja, integrar este espaço é uma forma, um caminho para se fazer enquanto verdadeiros homens, já as mulheres, para serem mulheres, não precisariam passar por tal provação. Pois como relatado pelas mesmas, elas não veem diferença entre ser uma policial convencional ou uma “mulher de preto”. Como foi dito pela oficial Claudia: “*Pra mim, eu não vejo nenhuma diferença.*” O que não acontece com os homens, como foi constatado por Storani, e como pudemos observar também durante a pesquisa. O autor nos diz que os integrantes do BOPE acabam separando dois mundos: o do “operações especiais” e o do “convencionais”. Desta forma, “ser um caveira, ter o nome na ‘galeria de honra’ do BOPE e ser portador do distintivo do COEsp, é mais que um símbolo de status, sendo encarado pelos convertidos como um sinal de responsabilidade e compromisso com a ‘marca’”.¹⁵⁶ O que fica muito evidente na fala abaixo:

O orgulho pessoal e profissional. O respeito ao uniforme negro. Antes a morte do que a desonra. O processo de seleção era tão difícil e doloroso, o ritual de passagem era tão dramático, que o pertencimento passou a ser o bem mais precioso. Ser membro do BOPE, partilhar dessa identidade,

¹⁵⁵ Idem. Ibidem, p. 462.

¹⁵⁶ STORANI, Paulo, op.cit., p142.

converteu-se no patrimônio mais valioso. A auto-estima não tem preço. Portanto, não se negocia.¹⁵⁷

Desta forma, acredita-se pelo fato das mulheres não passarem pelo “processo de transformação”, ou seja, não serem cursadas, justifique o porquê delas não apresentarem o mesmo grau de pertencimento que é visto nos homens. Mesmo podendo fazer os cursos todas as mulheres disseram não ter interesse, vontade, ou necessidade de fazê-los, como evidenciou uma das entrevistadas do quadro de saúde que acompanhou uma das edições do COESP:

[...] quando eu fui pro curso, eu vi o que os caras têm que fazer, e realmente é sobre-humano, em uma semana você não dormir nem duas horas, eu não consigo. Eu adoro uma cama quente, tudo bem que eu fico no plantão, mas eu to ali eu sei que quando sair eu vou pra casa e vou dar uma deitadinha. Eu não consigo, eu ia desistir de fazer COESP [...] é muito difícil. (Oficial Claudia).

Elisabeth Badinter nos lembra de que socialmente agimos como se a feminilidade fosse natural, portanto às mulheres não é exigido uma comprovação para respaldar sua feminilidade, ao contrário do que ocorre com os homens em relação à sua virilidade. Assim, por mais que algumas mulheres tivessem uma vontade pretérita de integrar o BOPE, nenhuma disse ter coragem/vontade de fazer o CAT ou o COESP, ou se submeter a qualquer tipo de sacrifício ou sofrimento.

O ambiente militar se manteve por quase três décadas fechado à participação das mulheres e teve sua cultura institucional “abalada” quando houve o ingresso das mesmas. O BOPE não estava preparado para a presença feminina, e segundo relatos da primeira policial que foi para a instituição, ela não contava com banheiro ou alojamento próprio. A unidade teve que se adequar às condições da nova integrante. Além disso, a aparente “facilidade” de acesso das mulheres à corporação, trouxe a tona a velha discussão dos militares sobre a “utilidade” da participação feminina na atividade policial, e principalmente em uma unidade de operações

¹⁵⁷ BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo; SOARES, Luiz Eduardo. *Elite da tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.7.

especiais, bem como polarizou a “rivalidade” entre os “cursados”¹⁵⁸ e os “peito liso”¹⁵⁹. O que é claramente percebido pelas mulheres, como relatam algumas das entrevistadas:

Eu não sou cursada, cara, e isso, incomoda a eles, e a mim. Realmente, acho que incomoda também, porque eu sinto que incomodo, e eu não gosto de incomodar a ninguém. Eu acho que eu incomodo, porque eles demonstram isso o tempo inteiro....quando a gente sai aí, eles falam o tempo inteiro, eles batem no peito e falam: “eu sou caveira, porque fiz o curso, porque isso aqui (o distintivo/insígnia de caveira) não é mole não, pra conquistar não é qualquer um não” (Oficial Claudia)

[...] tem outras pessoas que eu sei que são completamente avessas a nossa presença aqui, acham que a gente...por mais que mostre o trabalho, a gente não deveria estar aqui porque nós não somos cursadas. E que todas as pessoas que estão aqui deveriam ser cursadas, então eles abominam isso. Por mais que a gente preste o melhor serviço do mundo, é...tipo uma tradição deles que todos tenham o curso. Até para que eles se identifiquem, tipo assim, aquele ali ombreou comigo no curso, ou então ele fez um outro curso, então ele é igual a mim...então. Eu não posso ser igualada a eles, porque eu não fiz o curso, e eu poderia fazer, e tipo assim, não é vetado mulher fazer, por isso...eu entendo, que eles são contrários. (Oficial Aline)

A caveira, ela cria uma noção de unidade, que agrupa todo mundo ela tem um valor de horda, ela é totêmica que ela regula, determina e estabelece. E eu também estava submetida a essa horda quando eu entrei aqui, que eu não sabia, eu era o elemento estranho e tinha uma horda pronta, eu era o ser a parte que estava entrando, então como eu estava entrando, eu tive que entrar e não fazer os “movimentos bruscos”, do visitante, eu era uma visitante ainda. Hoje eu não sou uma visitante, mas nunca serei um deles, e nem tenho que ser, eles me incluem, mas não como fazendo parte da horda caveira. (Oficial Marlúcia)

Podemos afirmar também, que as formas de ingresso e os motivos que levaram as mulheres a integrar o BOPE são totalmente distintos daqueles que motivaram a maioria dos homens, ou seja, em momento algum elas disseram querer “se testar”, se “colocar a prova” ou simplesmente buscavam o *status* de pertencer à “tropa de elite”, como constatado no público masculino. A maioria das entrevistadas alegou ter ido para o BOPE através de convites ou indicações de outros policiais, sendo a oferta para trabalhar na unidade uma opção melhor do que

¹⁵⁸ Policial que é portador do distintivo de conclusão de um dos cursos do BOPE (COESP ou CAT).

¹⁵⁹ Policial que integra o BOPE sem ter feito um dos cursos oferecidos pela unidade (COESP ou CAT).

os antigos batalhões, como apontado por uma das praças do quadro de combatentes, que diz que a escala de serviço no BOPE seria melhor. Como pode ser verificado nas falas abaixo:

Eu vim pro BOPE convidada pelo Coronel da época que servia aqui. Na escala do Choque, eu trabalhava sábado e domingo direto, na revista em dia de visita, aí eu... vim. Ia ter escala pra eu trabalhar, e lá eu estava trabalhando sábado e domingo direto. Sabia que era uma tropa unida, ele me convidou, aí eu vim. (Praça Sonia).

Eu vim pra cá, a convite de outro policial que era instrutor daqui da unidade e trabalhou comigo lá no GAM, e aí ele vendo a necessidade de uma pessoa para trabalhar no serviço aqui que eu fazia lá... e aí ele fez o convite, e eu vim. (Praça Laura).

Fui convidada pelo Major [...] ele ia sair pra fazer o curso pra sair Major, o CAO. E aí me convidou para ficar no lugar dele enquanto ele tivesse fazendo o curso. Em fevereiro de 2011 eu vim pra cá e estou até hoje. (Oficial Aline).

Oportunidade também, foi assim a [...] saiu daqui, a Coronel [...] acho que na época era Major, Capitão...nem lembro, ela perguntou se alguém queria vir pro BOPE eu me candidatei, porque eu fiquei encantada com a questão do refém, me chamou a atenção essa coisa de assessoria. O que me fez vir pro BOPE foi o desafio, de trabalhar nessa questão de assessoria de retomada e ocorrência com refém, eu achei essa coisa muito louca assim..(Oficial Marlúcia).

Além disso, todo policial militar lotado no BOPE recebe uma gratificação de R\$ 1.500,00, que acreditamos ser também um grande incentivo, para a aceitação do convite. Entre as entrevistadas apenas uma demonstrou uma vontade pretérita de atuar no BOPE, motivada por uma curiosidade sobre a unidade e seus integrantes, ou como ela disse: *“eu quis o BOPE”*. Como pode ser conferido abaixo:

Na polícia eu cá realmente de paraquedas [...] mas pro BOPE não, pro BOPE, eu sempre tive assim, uma coisa...sabe aquele ponto de interrogação, aquela coisa assim, aqueles caras...assim o que acontece, aqueles caras assim...uma coisa assim não era incomodar no sentido de ser ruim, era alguma coisa que me deixava assim...né. só que eu achava que era impossível mulher aqui no BOPE né. Fiquei sabendo que tinha uma colega minha, que tinha vindo pra cá, quando

eu soube que a [...] tinha vindo pra cá, aí eupode mulher no BOPE? Eu também quero ir pra lá. Eu quis o BOPE, [...]...mais fiquei namorando, sabe aquela coisa de amor platônico. [...] Quando meu coronel foi transferido, e eles estavam perguntando pra onde eu queria ir, e tinha uma vaga pro BOPE, eu me candidatei, mais uma vez eu pensei que o BOPE não ia chegar em mim, porque ia ter muita gente querendo.[...] Aí eu consegui. (Oficial Andreia)

Outra exceção foi o caso de uma das entrevistadas que disse ter sido lotada no BOPE como forma de manter sua integridade física, uma vez que ela estava sendo ameaçada por colegas de trabalho na antiga unidade. Já que ela se negou a envolver-se em atividades ilícitas, e como o BOPE dentro da PMERJ é considerada uma unidade onde as equipes são muito unidas e a honestidade é um valor maior a ser preservado. Seus superiores hierárquicos avaliaram que ela estaria em segurança trabalhando nessa unidade. Como mostra o depoimento:

Eu estava numa fase... já tinha alcançado dentro da polícia um patamar aonde o máximo dentro do meu posto hierárquico poderia alcançar, que era cargo de major, e eu era uma recém capitão e eu fui ser P4. Fui convidada a ser fiscal administrativa da polícia, do HCPM. Então, o que aconteceu, fiquei ali praticamente dois anos e pouco, como fiscal administrativa, e eventualmente fui subindo, assumi a subdireção do Hospital [...]. Só que cansa né, você nada, nada e morre na praia né, fui cansando aí começou a prejudicar saúde, família. Falei que não valia a pena, aí pedi pra sair, aí falei com o comandante, ele disse que ia ver um lugar pra mim, ia pensar direitinho, com carinho. Precisava que eu ficasse em um lugar tranquilo, eu não compactuava com muitas coisas, aí ele achou, tipo.. me resguardar, tipo me guardar para minha segurança física, inclusive. [...] Aí o Coronel [...] me chamou e falou: “olha [...] criou-se um grupamento dentro do Batalhão de Operações Especiais, onde você tem curso de EAT...e está apta a exercer. Já que a gente não vai mais precisar do seu serviço aqui eu vou te liberar e vou te mandar pra lá. Pra você começar um trabalho novo no BOPE, você quer ir?” na realidade eu fiquei um pouco assim....eu tava querendo ir embora da PMERJ, eu queria ir embora para bem longe. [...] Aí vim pro BOPE, nunca nem imaginei que aqui poderia ter uma enfermeira, no BOPE, aí ele me mandou pra cá. (Oficial Claudia).

Os dados coletados sobre como as mulheres são tratadas por seus colegas do sexo masculino revelam o quanto os homens são resistentes à presença feminina no interior do BOPE. Por mais que numericamente as mulheres sejam inferiores e mesmo sabendo que elas não vão desempenhar as mesmas atividades operacionais, eles sempre reservam um tratamento distante e inicial bem hostil para com as mulheres. Como relatado por elas:

Hoje, bem. Porque no começo as pessoas tinham uma certa aversão a mulheres aqui dentro, era um ser estranho, entendeu. Na polícia, agora, é mais comum de ter mulher, antes nem tanto, e aqui é uma unidade assim... operacional, então assim, a grande maioria era homem. Quando eu cheguei aqui, eu fui a terceira que chegou aqui, então assim, tinha uma sargento que já estava há muitos anos, uma psicóloga que trabalhava em uma função específica de reféns e eu mais uma policial feminina, mais da tropa. Então assim, as pessoas, os policiais, assim é... talvez pelo grande esforço que eles fazem pra estar aqui gera uma comparação: “por você ser mulher é muito mais fácil de você chegar aqui”. Entendeu, eles julgavam assim de repente pela condição de ser mulher acham, que você tá aqui porque está com alguém, um benefício, pelo fato de você ser mulher acham que você está se beneficiando, disso...entendeu. Então assim, conforme o tempo vai passando as pessoas vão te conhecendo, vão vendo seu trabalho ... hoje o pessoal me trata super bem. (Praça Laura).

Muito bem, muito bem, na minha seção... no geral não. Nunca me destratarem, mais eu ouço falar, não na minha presença, quando eu não estou, o que falam, não da Aline, mas das mulheres. Tipo assim, da nossa presença incomodar, não especificamente da pessoa, mas da presença não ser *quista*, tipo assim, achar que não é o nosso lugar aqui [Sic]. Mas nunca em momento algum fui destrata e nem menosprezada, muito pelo contrário, muito pelo contrário aqui eles tentam me botar (incluí-la nas atividades/instruções) até... eu que falo não, isso não é pra mim. Tanto assim, que a gente faz corrida com eles, agente foi pra Itatiaia, fizemos duas... aquela parte de montanhismo com eles, eu falei não... quando eu fui convocada né, eu vou, eu também não me boto pra trás não né. (Oficial Aline)

Muito bem, não vejo assim...eu acho que há um respeito muito grande ao meu lugar aqui, respeito que eu acho que eu conquistei, pela minha postura que eu sempre dei limites. Eu sempre fui abusada, no bom sentido, me sinto muito respeitada. Você percebe que há pessoas que não gostam de você, mas não é natural isso? Tem pessoas que você fala e não cumprimenta, mas são pessoas que eu acho que já são mal educadas... porque não tem educação mesmo. Não sei, ao longo da vida eu aprendi e tenho aprendido a cada dia deixar o outro ser o outro... sabe. Então, não quer falar não fala, não quer cumprimentar não cumprimenta que às vezes é uma coisa da pessoa. (Oficial Marlúcia)

Muito bem, no geral muito bem.... [...] tem alguns incidentes, mas no geral muito bem. (Oficial Andreia)

Somente uma entrevistada aponta o machismo como um fator que interfere diretamente nas relações estabelecidas na unidade, chegando a usar o termo para relatar o tratamento dado a ela pelos colegas de farda, como transcrito abaixo:

É dividido, tem aqueles mais machistas e aqueles menos, né... entendeu. Tem gente que reconhece, tem alguns paramédicos que reconhecem a importância de eu estar, para garantir, assim tecnicamente. (Oficial Claudia).

As observações do campo evidenciaram também uma sutil distinção do tratamento masculino dispensado às oficiais e às praças, já que a hierarquia militar, em alguns casos, supera a diferença de gênero. Como relatado por uma capitão:

[...] facilita no sentido do policial em momento algum ele vai se insubordinar a mim, eles são muito disciplinados nesse ponto, tipo assim, sabem que eu sou capitão, então eles me respeitam, e isso assim...é muito mais difícil ele aloprar comigo..ou sei lá o quê. (Oficial Aline).

Por mais que alguns policiais não concordassem com a presença e atuação de uma mulher oficial, eles estavam presos ao regulamento que prevê respeito e subordinação às hierarquias. Mas, mesmo estando aprisionados às normas institucionais e políticas, os homens não deixam de exercer a dominação masculina. Segundo Bourdieu a forma como ela é exercida e vivenciada se dá através do que ele denomina de violência simbólica, que é uma violência silenciosa, invisível e se manifesta de forma sutil, sendo muitas vezes imperceptível. Apesar de uma das entrevistadas ter afirmado que o fato de ser oficial facilitava o trânsito dela na unidade, isso não era uma unanimidade entre as oficiais, já que uma relatou ter percebido uma resistência velada por parte dos seus subordinados. Esse fato confirma as assertivas de Edinilsa Ramos de Souza quando a autora nos diz que mesmo o militarismo tendo permitido a participação feminina em seus quadros, “[...] as atividades inerentes ao trabalho policial ainda são consideradas masculinas”¹⁶⁰. Além disso, a autora recorre a Minayo e Souza para nos mostrar que a visão machista é a que predomina nas corporações militares e essa visão é a grande responsável pelos

¹⁶⁰ SOUZA, Edinilsa Ramos de. Cad. Saúde pública, Rio de Janeiro, 23(1): 105-114, jan, 2007. P.106

conflitos entre homens e mulheres, já que “[...] os homens têm dificuldades de se submeterem às ordens das mulheres”¹⁶¹. Como pode ser constatado na fala abaixo:

[...] eles relutam prestar continência, um pouco indisciplinados, não chegam a ser indisciplinados. Eles fazem questão de não parecer indisciplinado, porque eu posso enquadrar, eu posso prender porque não prestou continência. Porque está transgredindo o regulamento, porque passou um oficial ele tem que prestar continência. Tipo assim, te ignora, fazem questão de te ignorar, eu também....evito, porque eu sei ser militar quando eu quero. (Oficial Claudia)

Observou-se que a resistência às mulheres civis é mais branda, ou seja, elas não ameaçam a ordem militar, simbólica, hierárquica e masculina que rege as relações dentro da unidade, e por isso, são incorporadas/aceitas com mais “facilidade”. Porém, não deixaram de receber o tratamento hostil inicial que os homens dispensam as mulheres militares, e observa-se que a nossa interlocutora não pontua essa hostilidade como uma das manifestações do machismo, pois como disse Castañeda não precisam existir manifestações físicas ou verbais explícitas para que ocorra uma violência de gênero, já que o machismo se apresenta igualmente por uma atitude quase automática. “Não houve violência, repressão, nem discussão, mas estabeleceu-se, como um passe de mágica, uma relação desigual em que alguém ficou em cima e alguém em baixo”.¹⁶² Como pode ser observado na seguinte fala:

Houve uma resistência no início que é natural, porque teoricamente é um espaço masculino, pessoas com bom porte físico, né... destemidos, capacitados, muito bem treinados, e mulher fazer o que aqui se elas não podem fazer nada disso. [...]. (civil Marcela)

Percebeu-se também no discurso da entrevistada que o trabalho feminino aparece apenas com apêndice do trabalho masculino, ou seja, as atividades desempenhadas pelas mulheres são complementares as dos homens, pensamento que contribui para segregação ocupacional e para a desvalorização do trabalho feminino e conseqüentemente para a permanência dos papéis tradicionais de gênero.

Mas é uma ferramenta um suporte, são essas mulheres que ajudam e auxiliam nas tarefas que o batalhão tem que atender, de modo que eles consigam ficar tranquilos. (Civil Marcela).

¹⁶¹ MINAYO e SOUZA. apud SOUZA, Edinilsa Ramos de.op.cit.,p.106.

¹⁶² CASTAÑEDA, Maria. Op.cit.,p.15.

Segundo Andréia Valéria Steil, na década de 80 nos EUA, nasceu o conceito de teto de vidro, para descrever uma barreira muito sutil, que chega a ser transparente, porém suficientemente forte para barrar o acesso das mulheres aos postos mais altos na hierarquia organizacional. Segundo ela, “[...] tal barreira afetaria as mulheres como, impedindo avanços individuais exclusivamente em função de seu gênero.”¹⁶³ Segundo Mônica Cappelle e Marlene Lopes Melo, “[...] tal barreira limita com base no gênero e não na qualificação da mulher, e visa a manutenção das desigualdades como forma de opressão, estando presente em brincadeiras, políticas administrativas, metáforas e linguagens utilizadas.”¹⁶⁴ Desta forma, percebe-se que esse comportamento é recorrente dentro do BOPE, haja vista, que nós sempre escutávamos dos homens durante o trabalho de campo a “brincadeira” de que “*mulher no BOPE não serve pra nada*”, frase exaustivamente reproduzida por diferentes interlocutores. Isso nos permite afirmar que os homens do BOPE usam dessas estratégias “sutis”, na maioria das vezes, para dificultar a permanência e o bom andamento do trabalho feminino na unidade. Como se constata nos depoimentos.

Sou tratada de forma amistosa. Quando eu cheguei aqui ninguém falava comigo, as pessoas eram amistosas, educadas, bom dia, boa tarde. Mas eu não conseguia ter acesso a nada [...]. (Civil Marcela)

[...] hoje o pessoal me trata super bem, no começo não..... eles ficam testando a gente o tempo todo pra ver se agente quer ficar aqui realmente.... [...]. Testando o psicológico mesmo, não falam com você, te questionam do seu trabalho, te cobram, eles te expõe a uma pressão assim, pra ver o quanto você aguenta teu limite. Conforme o tempo vai passando e você vai aguentando isso aí vai aliviando. [...] Na hora do almoço ninguém sentava perto de mim ou quando sentava ninguém falava comigo, então eu sentia muito isso, e que pra mim era o pior... ser ignorada. (Praça Laura)

5.4- Olhar masculino sobre as mulheres.

¹⁶³ STEIL, Andreia Valéria. *Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro*. Revista de Administração da USP, São Paulo, v.32,p.62-69,1997. pp.62-63.

¹⁶⁴ CAPPELLÉ, Monica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. *Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais*. São Paulo, Revista de Administração Mackenzie, v. 11, n.3, E, edição especial.p. 71-99. Mai/jun 2010.p.78.

Com objetivo de verificar o que os homens que integram o BOPE pensavam da participação feminina na unidade, foram entrevistados nove homens, inclusive o atual comandante e o subcomandante da unidade. Dentre os entrevistados quatro são do quadro de praças, divididos da seguinte maneira: o subtenente Mario¹⁶⁵ já está há vinte sete anos no BOPE é atualmente chefe da Seção de Administração, não tem nenhum curso do BOPE (COEsp ou CAT). O subtenente Rubens, que também não é cursado, e há vinte oito anos integra o BOPE, é atualmente chefe da tesouraria. O cabo Leandro, que é concluinte do curso de ações táticas (CAT) e está no BOPE há dez anos. O sargento Gustavo que já está há catorze anos no BOPE e também é concluinte do CAT. Os outros cinco entrevistados pertencem ao quadro de oficiais, sendo distribuídos da seguinte forma: O Tenente Coronel Paulo, que está no BOPE há dezoito anos, é concluinte do curso de operações especiais (COEsp) e desde 2010 é o comandante da unidade. Tenente coronel Romário que é o atual subcomandante do batalhão, também é concluinte do COEsp, e está há seis anos na unidade. Dentre os maiores temos o Major Fabrício que está no BOPE desde 2005, o Major Bruno, que já está na corporação há vinte um anos, ambos concluinte do COEsp. E por último, o capitão Moíses, que está há seis anos no BOPE e também é portador do distintivo de conclusão do curso de operações especiais. Como pode ser observado, todos os oficiais são “caveiras”, ou seja, passaram pelo ritual da “casa dos homens” concluindo assim o rito de passagem dos “homens de verdade”. A amostra não é representativa numericamente. Foram escolhidos estrategicamente o comandante e o subcomandante. Além disso, optamos, por entrevistar os policiais que trabalhassem em seções onde as mulheres também atuavam, porém não obtive sucesso em todas as tentativas, e prevaleceu a disponibilidade/vontade dos mesmos em responder ao nosso questionário semiestruturado independente se tinha ou não mulher na seção.

O tipo de atividade que se espera de um “caveira” é pautada na lógica da guerra e da truculência, valores que persistem como fundamental na constituição de uma unidade de operações especiais. Porém, observa-se um grande esforço da instituição em remodelar sua imagem pública, tentando afastar-se do modelo “máquina mortífera”, já que é muito evidente a tentativa de aproximação dos “temidos” caveiras com a comunidade, o que inicialmente gerou um conflito interno com a imagem consolidada do “cão de guerra”. Segundo informações dos próprios componentes da tropa eles achavam incompatível essa ideia de amizade com a comunidade. O que contribui, a nosso ver, para consolidar a imagem da mulher policial militar.

¹⁶⁵ Os nomes são fictício para evitar identificação dos entrevistados.

Elas têm realizado trabalhos que levam em consideração os valores de gênero, porém, qualificações reais que são naturalizadas como inatas do ser feminino, e essas qualificações são as estratégias utilizadas para alcançar esse diálogo com a comunidade. Desta forma, os homens denominam as qualificações femininas de “habilidades femininas” como pode ser constatado na fala abaixo:

[...] os serviços externos, nosso do BOPE após fazer ocupação de um terreno vem aquele jeitinho, aquela flexibilidade, aquela habilidade feminina. Por ter assim, umas pessoas que estão sempre usando de rusticidade (policiais do BOPE), a maioria de cara feia e não sei o que, dificulta a aproximação com a comunidade. Já quando entram as mulheres depois da área ocupada, agente vai ficar aqui 30 dias 40 dias começa a fazer reunião com a comunidade, presidente da associação com a escola. Elas facilitam a aproximação, porque não tem só os homens lá, “*hi, lá tem mulher também*”, aquele “*hi, lá tem mulher também*” Dá um respaldo pra facilitar, e mulher tem bastante jeito de chegar conversar falar essas coisas... Quando ocupou ótimo, é uma ótima ferramenta, mulher ir para a reunião, exemplo a professora Marcela, a capitão Aline já sabem como é o sistema como é que funciona como é que rola, Pra pegar uma mulher aqui, (na comunidade) como lidar, tem muita mulher influente, respeitada, dona fulana, dona sicrana [...].(Praça Mario)

A imagem feminina é apontada como um elemento que veio corroborar a ideia de “humanização”, ou seja, elas são o oposto da imagem de rusticidade emitida pelos homens do BOPE. A ideia da mulher na polícia como elemento de “humanização” é apontada por vários autores, como uma estratégia de *marketing* amplamente utilizada pelas PMs brasileiras quando quiseram recuperar/reparar sua imagem pública diante da população. Dessa forma, com a nova política de pacificação e de aproximação, a presença feminina após o confronto inicial, se mostrou muito eficiente e segundo Élide Damasceno Braga, o objetivo é “promover uma imagem da polícia mais próxima da ideia de moralidade e maior credibilidade junto a sociedade”¹⁶⁶. Para tal fim, a presença feminina se faz indispensável, já que a imagem das mulheres vem socialmente carregada de um simbolismo que atribui às mesmas a idéia de auxílio, proteção, bondade e principalmente honestidade. As mulheres são então colocadas em lugares estrategicamente visíveis, tais como: hasteando bandeiras, concedendo entrevistas ou nas ocupações das comunidades.

¹⁶⁶ BRAGA, Élide Damasceno. *Trajetórias identitárias e trabalho feminino nas unidades operacionais da Polícia Militar de Sergipe*. Artigo apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Bahia, 2011.p.4

Segundo relato dos policiais, observou-se uma maior aproximação da população quando da presença feminina nas pacificações, o que refletiu em um maior número de denúncias de crimes, violências sofridas e até mesmo pontos de drogas e esconderijo de atores envolvidos com o tráfico. Não que isso seja uma revolução na atuação policial, mas pode ser considerado um salto inicial na consolidação e delimitação dos papéis e da atuação do trabalho policial feminino. A participação das mulheres como protagonistas nas ocupações não foi um papel pensado para esse fim, porque inicialmente a presença das mesmas só se justificava para executar a revista feminina quando necessário, e como apontado acima, para minimizar a imagem do BOPE como máquina de guerra. Entretanto, observou-se que a presença feminina agregava valores além dos que foram estabelecidos para elas, logo a presença das mulheres se mostrou indispensável. E a partir daí, as mulheres criaram seu espaço de atuação, como a “pedagogia da pacificação” que consiste em reuniões nas escolas com professores e diretores para explicar o que é e como se dá o processo da pacificação, além do trabalho com a comunidade de divulgação das etapas a serem realizadas durante a ocupação, estabelecer o contato da comunidade com o poder público que antes só se fazia presente nas escolas que existiam no morro, pois devido a intensa atividade do tráfico de drogas vários serviços não chegavam aos moradores. Então, reuniões são promovidas para estabelecer esse contato e viabilizar a participação cidadã desses moradores na sociedade. Essa atuação tem sido vista com muito bons olhos pelo comandante da unidade que ao perceber que as mulheres poderiam ajudar a alcançar o objetivo da missão começou a estimular a participação das mesmas nas pacificações. Assim ele nos diz que:

[...] a mulher também traz algumas habilidades que são muito interessantes e que a gente aplica em outras áreas de conhecimento, é mais ou menos como a gente trabalhou aqui no BOPE, eu sou o Comandante que tem o maior número de policiais do sexo feminino trabalhando e cheguei aqui em uma época que a gente não tinha nenhum policial do sexo feminino. (Comandante do BOPE).

Existem dias em que elas não podem ficar distantes da frente operacional, todas elas aqui, se você observar, elas tem uma participação em algum momento nas operações. (Comandante do BOPE).

Existem dois aspectos, eu precisava fazer com que o nosso “público” entendesse que elas são parte da unidade também, e eu precisava que elas entendessem enquanto mulheres, que não serão tratadas como

queridinhas e coitadinhas não, elas são soldados. Eu procurei uma forma de encaixá-las no cenário de operações, para que elas entendessem que é parte dessa estrutura, [sic] que elas são úteis, e que a tropa verificasse e reconhecesse isso também. (Comandante do BOPE).

Não existe um consenso em relação à importância, ou se de fato as mulheres dão uma contribuição às atividades desenvolvidas no BOPE, uma vez que o discurso de alguns homens diante do gravador, ou seja, na formalidade da entrevista na maioria das vezes era muito distinta das conversas informais pelos corredores da unidade, já que foi muito recorrente ouvir que: “mulher no BOPE não serve pra nada”, assim, os entrevistados ao responder o questionário semiestruturado moldavam suas falas a partir de um discurso politicamente correto. Além disso, pode-se observar no discurso masculino o recurso às diferenças físicas entre o corpo feminino e o masculino para justificar a não presença das mulheres nas atividades reservadas aos homens. Como pode ser verificado no trecho abaixo:

Eu acho que a participação feminina no BOPE...hoje em dia é mais na parte administrativa, não vejo a mulher no BOPE trabalhar na atividade fim, não tem como, até porque a questão do peso dos equipamentos que nós levamos o tipo de treinamento...entendeu, não que a mulher não tenha capacidade, mais isso é uma coisa fisiológica normal, entendeu. A questão também da... fragilidade, a questão ali de repressão a criminalidade, né. Então eu acho que a mulher, eu não vejo assim, a mulher atuando nessa área, na parte administrativa sim. (Oficial Moisés).

Aqui no BOPE, devido...pra trabalhar na rua assim de forma direta no meu ponto de vista é um pouco puxado para as mulheres, entendeu. Devido... que há um esforço físico muito grande mesmo, muito grande, subida de morro, calor, muito quente, calor o tempo todo, as mulheres já tem aqueles dias difíceis dela mesmo...Realmente é um pouco puxado para mulheres trabalhar efetivamente na rua [...]. (Praça Leandro)

Observou-se que a maioria dos homens só veem como uma atividade que pode ser bem desenvolvida pelas mulheres as de cunho administrativo, as que requeiram apenas as habilidades ditas femininas, ou seja, naturalizadas como próprio para as mulheres, e sempre retomando a ideia de trabalho feminino como trabalho complementar. A “essência” e a natureza feminina também aparecem nas falas dos interlocutores como características intrínsecas às mulheres, que

as incompatibilizam com a atividade policial. E mais uma vez vemos a menstruação sendo apontada como algo que incapacita as mulheres mensalmente.

Existem serviços que podem ser feitas por mulheres sem nenhum problema, entendeu. A mulher na unidade ela é...uma ferramenta importantíssima, para o desenvolvimento de diversas funções, tipo: nos temos as sessões os chefes subchefes, os auxiliares os executores, serviços internos elas vão executar excepcionalmente os diversos serviços aos quais elas vão ser submetidas. (Praça Mario).

Percebeu-se durante o trabalho de campo que a presença das mulheres militares são mais incômodas, do que a presença das mulheres civis. Acredita-se que elas “ameaçam”, pois alguns militares parecem temer ter seu lugar ocupado por alguma mulher policial. Observou-se que os homens por mais que não concordem ou não gostem da presença feminina na unidade, admitem que seja importante, desde “*que elas saibam o lugar delas*” como foi relatado por um policial em uma conversa informal, fazendo uma clara menção às mulheres militares que tem condições de assumir cargos de chefia dentro da unidade. Esses são ainda majoritariamente ocupados por homens. A seção de comunicação, até o presente momento, é a única que teve como chefe uma mulher, a oficial Aline, que na ocasião estava substituindo o Major . E mesmo reconhecendo que a participação feminina na unidade não é numericamente expressiva, ela é apontada como intensa, como explicitado pelo subcomandante da unidade, que vê a presença feminina no BOPE como um elemento que veio para “abalar toda uma estrutura”. Ser admitida nessa instituição que era até então exclusivamente masculina pode ser considerado um avanço para consolidar a participação feminina em atividades secularmente fechadas à participação das mesmas. Assim, o subcomandante nos diz que:

Aqui no BOPE, como parte da polícia, também ela é positiva, é extremamente tímida ainda, as mulheres não estão ligadas diretamente a operacionalidade do batalhão, as mulheres ainda não tiveram a oportunidade de fazer um curso operacional, mas, hoje em dia, a gente vê na parte administrativa uma participação muito intensa. A participação da mulher no BOPE, ela vem justamente para sacudir, balançar toda uma estrutura, um alicerce. (Subcomandante do BOPE)

O subcomandante também avança ao dizer que essa resistência às mulheres não se limita ao BOPE e nem mesmo ao meio militar, sendo uma resistência que perpassa vários âmbitos profissionais que são considerados exclusivamente masculinos. Ele evidenciou assim, que existe uma disputa política que envolve as diferenças entre homens e mulheres, que vai refletir diretamente na divisão sexual do trabalho.

A gente tem que perceber que nem todas as pessoas estão preparadas a receber a mulher, isso não é só no meio militar, policial e civil, principalmente nas profissões voltadas para o sexo masculino. Eu acho que temos que determinar as áreas de atuação, é obvio que o curso de operações especiais, tem umas demandas, algumas exigências que talvez não fossem adequadas ao perfil físico de uma mulher, porem, eu percebo que a mulher é muito importante aqui.

Como já foi apontado, as mulheres que integram o BOPE, não desempenham as mesmas funções dos homens na unidade. Elas em sua maioria são especialistas que foram para corporação desempenhar atividades técnicas específicas, e mesmo as que são do quadro operacional não são cursadas, por isso desempenham atividades administrativas. Com a nova política de segurança pública, (polícia de aproximação e pacificação) as mulheres ganharam um papel expressivo dentro da unidade, já que durante as ocupações das comunidades a imagem carregada de todo simbolismo que a nossa sociedade reserva às mesmas, trouxe um efeito muito positivo durante as missões. Além disso, o atual comandante vê de forma muito positiva a participação das mulheres em várias atividades do BOPE, mesmo admitindo que não haja interesse em abrir um curso (COEsp ou CAT) adaptado ao público feminino, ele acredita que elas são capazes de concluir um dos cursos, porém pensa que ainda pode levar tempo para que isso aconteça, já que, segundo ele, o curso foi moldado sob o paradigma da masculinidade sendo então difícil para uma mulher conseguir concluí-lo. Deste modo ele nos diz que:

Bom, primeira coisa, a participação feminina aqui na nossa unidade ela se restringe a funções de cunho administrativo, educativo (área de instrução) e também em algumas atividades de apoio, a gente não tem mulheres na linha de frente das operações. Por que isso é por uma questão pessoal do comandante da unidade? Não, hoje em dia podemos dizer assim né, é uma questão meramente de especialização de qualificação, aí tem uma curiosidade, não pode fazer o curso uma mulher no BOPE, COESP ou CAT? Pode. Tanto é que o curso é aberto a policiais militares, sem discriminação. Agora é bem verdade que o perfil traçado para as avaliações do curso, as etapas que tem que

ser atingidas, são feitas em cima do público masculino. Porque tempos atrás, até quando iniciaram o curso aqui e a unidade foi criada, não havia participação de mulheres, foi criado o curso, o perfil montado está aí, se uma mulher chegar e atingir os índices e concluir o curso, ela vai servir aqui, vai ser combatente sem problema nenhum. É bem verdade que as experiências, não só aqui, mas, no mundo, elas começam a mostrar que as mulheres por questões do gênero, aí vem fisiologia, a biologia feminina, elas acabam virando um limitador realmente do público feminino nas nossas missões.(Comandante do BOPE).

Assim sendo, verifica-se que o trabalho policial não se resume em fazer somente a guerra, ou seja, por mais que a visão belicista continue muito forte no BOPE, pode-se observar que as mudanças ocorridas na sociedade demandaram novas estratégias de atuação, e, conseqüentemente, exigiram uma nova postura no âmbito da Segurança Pública, tal como o modelo da polícia de aproximação. Essas mudanças também afetaram a atividade policial e segundo Élide Damasceno Braga, “para atender às novas demandas da Segurança Pública que indicava um caminho de prevenção, ao invés de coerção, encontram-se no trabalho feminino as qualidades necessárias para a implantação desse novo modelo.”¹⁶⁷

¹⁶⁷ BRAGA, Élide Damasceno.op.cit.,p.6.

VI- Considerações finais

Como foi visto, ao longo da história, as mulheres foram colocadas fora da esfera pública, e, durante muitos séculos, a ordem falocêntrica as aprisionou no exílio da vida doméstica. Por meio da inferiorização da imagem feminina, e lançando mão de várias ideologias e artifícios inauguraram a ideia do “próprio para mulheres”, existindo até mesmo o que Michelle Perrot denominou de segregação do espaço público, onde lugares e profissões foram proibidos às mulheres e outros convencionados como apropriados às mesmas. E a classificação do apropriado e do inapropriado se estendeu até mesmo para as expressões corporais e para a subjetividade dos corpos femininos, moldando assim a diferença de gênero. Essa diferença gerou uma divisão do mundo entre homens e mulheres, convencionando socialmente uma diferença política sobre o biológico, que inferioriza a mulher e exalta o homem. Ocorrendo assim, o que Bourdieu denomina de socialização do biológico e biologização do social, que produziu nos corpos e nas mentes a construção social das diferenças, fazendo com que as mulheres sejam vistas como inferiores. Dessa forma, essa inferiorização passou a ser aceitável ou até mesmo apontada como natural. Segundo o autor esse pensamento ganhou respaldo com a dominação masculina, que é uma dominação de cunho simbólico, ou seja, não está visível às suas vítimas, já que é silenciosa invisível e está enraizada em nossa cultura patriarcal, se manifestando por meio de brincadeiras, piadas, jogos, ou seja, a ideia da inferiorização feminina já está naturalizada em nossa sociedade.

A PMERJ resistiu por quase dois séculos à entrada de mulheres em sua corporação, sendo uma instituição marcada pela violência e truculência como *ethos* constituidor da identidade do policial militar. Isso foi reforçado pelos anos de chumbo vividos no país durante a Ditadura Militar, que serviu de inspiração para a criação do BOPE, instituição que era usada como última expressão de força do Estado, contra o inimigo interno. A entrada feminina na PMERJ se deu justamente no final dos anos 70 início dos anos 1980 com o objetivo de suavizar ou desvincular a imagem negativa adquirida durante a Ditadura, não tendo a inclusão das mulheres um objetivo bem nítido, como ocorreu na Polícia Civil, onde as mesmas foram incluídas com a finalidade de prover atendimento especializado às mulheres vítimas de violência. A PMERJ se manteve, durante muito tempo, fechada à inclusão feminina, dado o modelo masculino paradigmático do soldado que é considerado incompatível com o feminino. Deste modo, a inclusão feminina não trouxe, como mostrado por vários estudos de gênero e polícia, inclusive o de Musumeci e Soares, mudanças de paradigma na estrutura nem na cultura institucional, sendo visto como um

elemento novo na velha corporação, desempenhando atividades que eram extensão do mundo doméstico. A inserção feminina foi na verdade uma resposta à própria crise institucional.

Quase sempre as mulheres tiveram suas atividades e trabalhos desconsiderados. Como Michelle Perrot nos mostrou, elas sempre trabalharam, porém suas atividades nunca foram reconhecidas como profissões, pois por mais domésticas que as atividades possam ser, elas são importantes para o desenvolvimento da vida em sociedade. Verifica-se que os trabalhos desempenhados pelas mulheres levam em consideração características e qualificações reais, que foram sociabilizadas através da educação tradicional reservada às mesmas, como se fossem características inatas, físicas e morais. Assim, como a cultura institucional da PMERJ foi moldada pelos valores da masculinidade, as atividades desempenhadas pelas mulheres são consideradas menores e até mesmo desnecessárias.

As observações de campo nos permitem afirmar que os motivos que levam as mulheres a ingressar no BOPE são totalmente distintos dos que motivam a maioria dos homens, ou seja, as mulheres foram para o batalhão mediante convite ou indicação de outros policiais, sendo então, a escala de trabalho e a gratificação de R\$ 1.500,00 os fatores que determinaram a aceitação. Dessa forma, nenhuma das entrevistadas se mostrou disposta a fazer o CAT ou o COESP, caso fosse necessário para ingressar na unidade. Além disso, acreditamos, que mesmo não se mostrando dispostas a fazer qualquer tipo de sacrifício para ingressar na unidade, elas também não falaram em abandonar o BOPE, por mais que sejam ignoradas, testadas ou até mesmo destratadas por seus colegas de trabalho, pois as “vantagens” econômicas e simbólicas de compor a tropa de Elite da PMERJ são aparentemente maiores do que os “conflitos” estabelecidos nas relações de trabalho. As policiais são sempre convidadas para proferir palestras, entrevistas, *workshops*. Convites que começaram a aparecer depois do ingresso no batalhão, que valorizou muito o currículo das mesmas por estar associado à marca do BOPE. Isso porque a unidade ficou mundialmente conhecida depois do filme “Tropa de Elite” pelo duro processo de seleção que só admite os “melhores” policiais militares. Por mais que elas não passem pelo duro processo seletivo a “fama” que ronda o BOPE recai também sobre elas, fato que foi constatado durante o “Seminário Internacional Mulheres e a Segurança Pública” realizado no Rio Grande do Sul em março de 2012, onde o assédio de outras mulheres policiais foi imenso, todas queriam tirar fotos, conversar, ou simplesmente ver as mulheres do BOPE. Na ocasião fomos acompanhá-las durante o seminário, e nem mesmo as autoridades presentes despertavam tanto a atenção do público quanto as mulheres do BOPE. E ao perguntarmos a algumas das participantes do seminário o que elas achavam das mulheres do BOPE, elas se

diziam admiradoras das mesmas, pelo fato dessas mulheres integrarem uma tropa tão linha dura. Assim sendo, acreditamos que a “fama” e o reconhecimento externo é uma das vantagens de fazer parte de do BOPE.

No que tange as atividades desenvolvidas pelas mulheres no BOPE, podemos afirmar que nenhuma, por mais que seja do quadro operacional, atua diretamente no cenário de operações, ou seja, elas não vão para linha de fogo. Desse modo, as atividades desenvolvidas por elas são exclusivamente administrativas, pedagógicas e ligadas a especialidades médicas. Vemos assim, a permanência dos papéis tradicionais de gênero destinados às mulheres, onde “certos setores lhes são reservados: as crianças, os doentes, os pobres.”¹⁶⁸ Permanece assim, a ideia de que a atividade militar é genuinamente masculina.

As relações de trabalho com os colegas de farda não podem ser generalizadas, pois verificamos que alguns homens reconhecem a importância da presença feminina em todas as atividades profissionais. Porém, a maioria dos “caveiras” se mostraram resistentes a presença das mulheres na unidade, fato que ficou evidenciado tanto no relato dos homens, que recorriam as diferenças biológicas para justificar o argumento da incompatibilidade da atividade policial com o público feminino, quanto na fala das mulheres, quando relatavam os vários casos de violência de gênero e de violência simbólica feitos a elas por seus colegas de farda.

As observações de campo nos permitem afirmar que a presença feminina no BOPE tem impactado sutilmente/lentamente a prática profissional da corporação, por mais tímida, lenta e numericamente inferior que possa ser a participação das mulheres. Ou seja, a presença feminina se faz visível, seja como reconhecimento da competência e da importância do trabalho que elas estão desenvolvendo ou pela “ameaça” e incômodo que elas provocam em seus colegas de trabalho, como constatado pelo subcomandante da unidade ao afirmar que: “*A participação da mulher no BOPE, ela vem justamente para sacudir, balançar toda uma estrutura, um alicerce*”. O que não é uma particularidade do BOPE, pois tal situação se originou com a unificação dos quadros em 1993, que permitiu às mulheres alcançarem todos os postos hierárquicos da carreira policial. O pensamento conservador de alguns policiais que veem a atividade militar incompatível com o gênero feminino, relaciona a prática policial ao uso da força física, da truculência e do combate, não levando em consideração atividades intelectuais, discursivas que corroboram diretamente o novo modelo da política de segurança pública inaugurado pelo Estado, que é muito bem desenvolvido pelas mulheres, já que elas são educadas para o diálogo e não

¹⁶⁸ PERROT, Michelle. As Mulheres ou os silêncios da história. op.cit.,p.269.

para o conflito. A participação feminina nessa corporação com uma longa tradição calcada nos valores da masculinidade, está longe de nos permitir dizer que a presença feminina nas instituições militares tenha alcançado um nível ideal e representativo, ou até mesmo que as mulheres no BOPE tenham transformado a cultura institucional, ou consolidado sua presença. Como foi mostrado, elas enfrentaram dificuldades para se estabelecer no ambiente corporativo, onde a especificidade da unidade requer um nível de especialização que é super valorizado pelo seus componentes. Mas observou-se a tentativa das mulheres de estabelecerem uma identidade da atividade policial feminina nesta unidade, não sendo apenas meros objetos decorativos, que estão na instituição sem um papel a ser interpretado. O fato das mulheres estarem apenas presentes em um campo profissional fechado à participação das mesmas, não pode ser considerado uma vitória plena dos direitos políticos das mulheres, pois como mostrou Michelle Perrot “a liberdade das mulheres: eis o grande medo. Ela ameaça a ordem patriarcal, as relações milenares entre os sexos, a paz das famílias, os privilégios falocráticos, os papéis amorosos e a ordem da criação”¹⁶⁹. Segundo a autora, por esse motivo deram a elas oportunidades de emprego em ambientes até então majoritariamente masculinos, como forma de mantê-las sob controle, pois “reificar, deificar a mulher é uma maneira de colocá-la ‘em seu lugar’, sobre os altares, isto é, à parte e em parte nenhuma”¹⁷⁰. Além disso, ainda é muito cedo para se mensurar as contribuições e mudanças que a presença feminina podem trazer para o BOPE. Em contrapartida, o BOPE também está se adaptando à presença feminina, pois construíram alojamento feminino e banheiro para acomodar as novas integrantes. Relatar essas pequenas mudanças corrobora a assertiva de Michelle Perrot quando a autora nos diz que “toda revolução é primeiro simbólica, antes de ser estrutural”¹⁷¹. Dessa forma, por menor que seja a participação feminina nas instituições militares, ela deve ser vista como um passo necessário e importante para a consolidação do trabalho feminino em atividade secularmente fechada à sua participação. A PMERJ ainda não conta com uma política de gênero que vise um aproveitamento, ou tenha definições sobre o papel feminino na instituição. Os cursos de formação ainda têm como paradigma a masculinidade, ou seja, a forma que se usa para “fabricar” os policiais ainda é a mesma para homens e mulheres, causando assim uma indefinição sobre o que é ser uma policial feminina e até mesmo qual o objetivo de se ter mulheres na PMERJ/BOPE, cujo papel até então se resumia primordialmente à revista feminina.

¹⁶⁹ PERROT, Michelle. DE Marianne a Lulu: as imagens da mulher. p.181. In: SANT’ANNA, Denise Benuzzi de. Políticas do Corpo. São Paulo. Estação Liberdade, 1995

¹⁷⁰ Idem. Ibidem.p.182

¹⁷¹ Idem. Ibidem. P.170.

BIBLIOGRAFIA

Apostila de História da PMERJ. Disponível em:

<http://dc252.4shared.com/doc/CqUy5YaF/preview.html>. Acessada em 25/02/13

BADINTER, Elisabeth. *XY sobre a identidade Masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993

_____ *Palavras de homens*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991

_____ *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

_____ *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

BATISTA, André. PIMENTEL, Rodrigo. SOARES, Luiz Eduardo. *Elite da tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. *A cultura policial e o policial carioca*. In: PANDOLFI et AL. (Orgs). *Cidadania Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999. P. 149-163.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

CAIRE, Raymond. *A mulher militar: das origens aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CASTAÑEDA, Marina. *O machismo invisível*, pg16. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

CARREIRAS, Helena. *Família, Maternidade e profissão militar*. In: *Estudos feministas*. Florianópolis: IFCS/UFRJ, v. 5 n.1/97

CALAZANS, Márcia Esteves. *Mulheres Policiais Militares: Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã*. Porto Alegre (RS) , 2007.

CASTRO, Priscila Aurora Landim de. *Os convencionais e os especiais: um estudo sobre a construção da identidade dos integrantes do batalhão de Operações Especiais da PMDF*. 2011. Dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília-UNB. Instituto de Ciências, departamento de Sociologia, 2011.

CAPPELLÉ, Monica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. *Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais*. São Paulo, Revista de Administração Mackenzie, v. 11, n.3, Edição especial.p. 71-99. mai/junh 2010.

COTTA, Francisco Alberto. *Olhares sobre a Polícia no Brasil: a construção da ordem Imperial numa sociedade mestiça*. Pg.6. In: Revista de História e Estudos Culturais. v.6,anoVI, n.2. abri/jun de 2009

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: ensaios sobre as noções de poluição e tabu*. Lisboa: Perspectivas do homem/edições 70. 2006

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo, Martins Fontes, 2003

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001

GIRARDET, Raoul. *A sociedade militar: de 1915 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

GOFFMAN, Erving_ *Manicômios prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997

_____ *Hierarquia e individualismo em Louis Dumont*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003

LIMA, Mírian Assumpção e. *A Major da PM que tirou a farda*. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2002.

LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

MAPAS- Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade. *Matar, Morrer, civilizar: o problema da segurança pública*. (relatório do projeto) IBASE/Action Aind-brasil? Fundação Ford, dez. 2005. Disponível em: www.ibase.br

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Cidadania no feminino*. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi . *História da cidadania*. São Paulo: Contexto. 2003

MUNIZ, Jacqueline. “*Ser policial é sobretudo, uma razão de ser*”- *cultura do cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. 1999. Tese (doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NETO, Theodomiro Dias. *Policciamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência Norte-Americana*. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NUMMER, Fernanda Valli. *Ser policial ser militar: o curso de formação na socialização do Policial Militar*. Niterói: EDUFF. 2005

MENDONÇA, Sônia Regina de. *A consolidação da República oligárquica*. Pg 317, In: *História geral do Brasil*. LINHARES, Maria Yedda. (org), Rio de Janeiro: Elsevier, 1990

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal*. Pg 302 In: *História Geral do Brasil*. Org, LINHARES, Maria Yedda. Rio de Janeiro, Elsevier, 1990

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O Trabalho do Antropólogo*, pg, 24. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998. OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O Trabalho do Antropólogo*, pg, 24. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PERROT, Michelle, *As mulheres ou o silêncio da história*. Bauru, São Paulo. EDUSC, 2005.

_____ *Mulheres públicas*. São Paulo, UNESP, 1998

_____ *Os excluídos da história: mulheres, operários, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1998

_____ *De Marianne a Lulu*. In: SANT'ANNA, Denise Benuzzi de. Políticas do Corpo. São Paulo: Estação Liberdade, 1995

PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. “*Igualdade e Especificidade*”. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto. 2003

PONCIONI, Paula. “*O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de policiamento do estado do Rio de Janeiro*”. In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n.3. p. 585-610, set/ dez. 2005

_____ *Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro*. 2004. Tese (Doutorado)- Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004.

Revista de História e Estudos Culturais. vl.6,anoVI, n.2. Abri//jun 2009

REZENDE, Maria José de. *A ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade de 1964-1984*. Londrina: Editora UEL, 2001

ROCHA, Letícia Freire da, *Identidade do Policial Militar e a dinâmica cultural*. 2008. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ.

SILVA, Rosimeri Aquino; TASCETTO, Leônidas Roberto. *Direitos Humanos e policia*. IN: civitas, Porto alegre, v. 8, n.3. p 454-465, set. –dez. 2008

SIRIMARCO, Mariana. *Desfiles, marchas, vênias y saludos: el cuerpo como sujeto de conocimiento em la formación policial*. In: CITRO, Silvia. *Cuerpos Plurales: antropologia de y desde los cuerpos*. Buenos Aires: Biblos, 2010

SCOTT, Joan Wallac. *Prefácio a Gender and politics of History*. In: cadernos Pagu, n. 3. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1994.

STEIL, Andreia Valéria. *Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro*. Revista de Administração da USP, São Paulo, v.32,p.62-69,1997

STORANI, Paulo, *Vitória sobre a morte: a glória prometida. O rito de passagem na construção da identidade dos operações especiais do BOPE/PMERJ*.Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal Fluminense. 2008

SOARES, Barbara Musumeci, MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____ *Polícia e gênero: Presença Feminina nas PMs brasileiras*. Boletim segurança e cidadania, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, abr. 2004

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, Lourdes Losane Rocha de. *Inserção e evolução da Mulher na PM do Piauí*. Teresina (PI) 2007

TOLEDO, Elisa. TOLEDO, E. A. *Entre o “psicotira” e o “policiólogo”*: Onde se encontra o psicólogo militar? Pg 70. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974

HOLLOWAY, Thomas H. *A polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Pg 23. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997

WELZER-LANG, Daniel, *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia*. In: Estudos feministas. Florianópolis: UFSC, v. 09 n. 2/2001.